

1 ATA DEGRAVADA DA 173ª PLENÁRIA AMPLIADA E DESCENTRALIZADA DE MONTES CLAROS  
2

3 Aos vinte seis dias do mês de outubro de 2012, às oito horas, No auditório da  
4 Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – AMAMS, no município de  
5 Montes Claros/MG realizou-se a centésima septuagésima Terceira Plenária Ordinária  
6 do CEAS – Ampliada e Descentralizada - coordenada pelo presidente Sr. Geraldo  
7 Gonçalves de Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros  
8 titulares: Nívia Soares da Silva – SEDESE; Marcos Vinícius Dias Nunes – FETAEMG;  
9 Luiz George Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa Santa; Márcio Caldeira –  
10 ASSPROM; Tanit Jorge Sarsur – SES; Guilhermina Catarina Torga-SEF; Ana Paula  
11 Simões Hilário – CMAS/BH; Marcelo Armando Rodrigues – CRESS; Cristiane  
12 Nazareth da Silva – ISJB; Geraldo Gonçalves de O. Filho – SINTIBREF; Conselheiros  
13 suplentes: Maria Albanita Roberta de Lima –SEDESE; Maria de Fátima Rodrigues –  
14 SEPLAG; Volney Lopes – PSIND; Ami Amorim – Missão Ramacrisna; M<sup>a</sup> de Fátima  
15 Bergamini – SIND-SAÚDE; André Luís de Oliveira – CMAS/Ituiutaba; Gilvânia  
16 Francisca de Paula – SEDESE; Maria de Lourdes Santos Damasceno – SEAPA;  
17 Rosilene Aparecida Tavares – CMAS/Montes Claros; Membros da Secretaria  
18 Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Maria de Paula Ribeiro,  
19 Maria Regina Caldeira e Maria Luiza Carvalho. Os Convidados : representantes dos  
20 atingidos pela UHE/Candongá, os representantes dos empreendedores da UHE  
21 /Candongá e os representantes dos Municípios da URCMAS/Montes Claros e outros,  
22 conforme lista de presença. Justificativas de ausências: Maria Dolores da Cunha Pinto  
23 – Federação das APAES, José Fernando A. Millane – CMAS/Cataguases, não  
24 informaram o motivo; Raquel Fonseca Veloso – SES, por motivos pessoais;  
25 Guilhermina T. Torga – SEF, Anália M<sup>a</sup> Ferreira - COGEMAS, José Henrique Righi  
26 Rodrigues - SEF, Júlio César de O. Brum - IMSNS, Edir Petrucelli C. Xavier - SEE, por  
27 motivo de trabalho; Andréa Medrado – SEDESE, Fernando H. G. Rezende - SEPLAG,  
28 por compromissos agendados na mesma data; Adriana Rocha – SEAPA, participação  
29 em outro evento; João Ademar Specht – AJEAS, motivo de reunião na entidade.  
30 LOCUTORA - O Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Área Mineira  
31 da Sudene, AMAMS, Luiz Wanderley Lôbo. O Secretário de Estado Adjunto de  
32 Desenvolvimento Social, Juliano Fisicaro Borges. E a Presidente da União Regional de  
33 Conselhos Municipais de Assistência Social Montes Claros, Elizabeth Aguiar. Para as  
34 suas considerações iniciais com a palavra a Presidente da URCMAS Montes Claros,  
35 Elizabeth Aguiar. ELIZABETH AGUIAR - Eu quero agradecer a todos os presentes  
36 nesta reunião não só do município de Montes Claros, mas sim de toda a região e  
37 agradecer, também, o Juliano Fisicaro Borges, Secretário de Estado Adjunto de

38 Desenvolvimento Social, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Presidente do Conselho  
39 Estadual de Assistência Social e ao Luiz Wanderley Lôbo, Secretário Executivo da  
40 Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene. Pra mim é uma satisfação  
41 muito grande estar aqui representando a presidência da URCMAS Regional de Montes  
42 Claros, como presidente de associação rural do município de Montes Claros. Pra mim  
43 é uma satisfação muito grande, fui muito bem recebida pela URCMAS e estou aqui  
44 juntamente com os companheiros da diretoria para fazermos um excelente trabalho  
45 junto a todos porque eu só não consigo fazer, mas peço apoio de todos para que  
46 juntos possamos fazer um trabalho diante desse Conselho. LOCUTORA - Com a  
47 palavra o Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Área Mineira da  
48 Sudene, AMAMS, Luiz Wanderley Lôbo. LUIZ WANDERLEY LÔBO - Bom dia a todos  
49 e à todas! Nesse segundo dia de encontro de Reunião Descentralizada do Conselho  
50 Estadual, em nome da nossa direção da AMAMS, Associação dos Municípios que  
51 representa 92 municípios aqui na região, nós queremos saudar a todos, essa casa que  
52 é a casa de vocês, a casa dos municípios do Norte de Minas. Quero saudar, também,  
53 a Elizabeth, Presidente da União de Conselhos. Saudar, também, o Geraldo, que já  
54 esteve outras vezes aqui na AMAMS nesse Plenário participando de reuniões  
55 representando o Conselho Estadual. O Juliano, nosso Secretário Adjunto de  
56 Desenvolvimento Social. E a todos vocês que estão aqui, hoje. A AMAMS vem  
57 acompanhando de perto, Dr. Juliano, a implantação da política de assistência social  
58 aqui no Norte de Minas desde 2003 que nós temos um departamento de assistencial  
59 aqui na AMAMS que hoje está sendo coordenada pela colega Fátima Guedes,  
60 assistente social, que foi minha aluna, inclusive, hoje está aqui coordenando, então, a  
61 AMAMS tem tido uma atenção especial na implantação da política por considerar a  
62 importância que é essa política. A AMAMS, hoje, no departamento, a gente tem a  
63 atenção voltada para o aprimoramento da gestão da política de assistência social e  
64 voltada, também, para fortalecer, apoiar, as instâncias de controle social dentre elas o  
65 Conselho de Assistência Social, o Conselho Tutelar, as instâncias do controle social  
66 do Bolsa Família dentre outras instâncias de controle social existentes no município.  
67 Aqui, também, nesse Plenário é que nós temos a parceria com a SEDESE no curso  
68 telepresencial. Aqui que nós recebemos os municípios já no 3º ou 2º curso  
69 telepresencial. Os municípios têm participado... É importante, não é? Aquele curso  
70 telepresencial tem sido uma forma de descentralizar e chegar à informação e  
71 capacitarmos os nossos técnicos e gestores de assistência social que estão no  
72 município. Então, a gente quer colocar à disposição a AMAMS nessa parceria com a  
73 SEDESE, com o Conselho Estadual, nesse processo de fortalecimento da política.  
74 Nós ( ) estamos num momento delicado, mas num momento muito rico do ponto de

75 vista da democracia que é a mudança, agora, dos gestores municipais. Nós vamos ter  
76 que ter uma atenção com relação a isso no ano que vem. Ontem eu até conversava  
77 com a Roberta sobre isso porque surgiu algumas preocupações no Plenário com  
78 relação à mudança profunda do ponto de vista do número de gestores municipais de  
79 prefeitos que não foram eleitos e nem conseguiram eleger o seu candidato. Vamos ter  
80 uma mudança profunda nos municípios. Em princípio a gente fica um pouco aflito com  
81 essa situação, mas com uma certa tranquilidade porque se a gente considerar,  
82 também, que tudo que nós fizemos desde 2013 pra cá vai começar do zero eu acho  
83 que isso é um absurdo porque é um esforço que temos feito e que eu acho que nós  
84 temos que... [fala fora do alcance] Com relação à implantação da política. Então, nós  
85 avançamos bastante nos últimos anos. Primeiro, uma coisa que eu gostaria de  
86 ressaltar é com relação e a gente percebe aí nas prefeituras o trato que o prefeito  
87 municipal tem dado para a política. Hoje a gente percebe que são poucos os prefeitos,  
88 por exemplos, que nomeiam a sua esposa a primeira dama, secretária de assistência  
89 social. Eu estava falando isso com o Geraldo, não que tenhamos algo contra a  
90 primeira dama. Primeiro o damismo que é o problema... A prática, não é? Inclusive,  
91 nós temos alguns municípios onde a esposa do prefeito é a secretária e a gestão é  
92 melhor, em muitas vezes, que em outros municípios. É claro que não vamos discutir a  
93 questão da imagem e semelhança da esposa na questão da política, da transferência  
94 de voto, porque aí é outra questão. Mas a gente percebe que (é) um avanço já, os  
95 prefeitos têm percebido a necessidade de terem um profissional com conhecimento na  
96 área de gestão, de conhecimento da política, pra gerenciar a política pública de  
97 assistência social. Prefeito, também, é muito pragmático. Ele percebeu, também, que  
98 hoje nós temos recursos e aporte financeiro para a gestão e implantação da política e  
99 ele tem dado o devido valor à essa política. Com relação à questão do corpo técnico, a  
100 gente percebe que como nós temos a grande maioria dos municípios não tiveram  
101 concurso público pra efetivação da equipe técnica do SUAS nós percebemos uma  
102 grande migração dessa equipe, aí entra aquela questão de não começar do zero.  
103 Quando a gente faz a capacitação dos nossos técnicos aqui, inclusive, eu sou  
104 professor da universidade na área de gestão de política pública de assistência social,  
105 na medida que estamos capacitando aqui acaba que esses profissionais migram de  
106 uma cidade pra outra, então, o profissional que está hoje, aqui, em Salinas, que  
107 perdeu, talvez vai pra Januária, pra lá... Então, de uma certa forma não começamos  
108 do zero. E hoje nós já temos um acúmulo, hoje, por parte dos conselheiros de  
109 assistência social, no processo do controle social, ou seja, nós temos, hoje, um grupo  
110 de pessoas que tem um domínio da política, um acompanhamento, então, eles  
111 começaram do zero... Eu não acredito, ta? Acho que nós temos um acúmulo, hoje, e é

112 claro que é prejudicial. À política com certeza é prejudicial, tanto é que nós, AMAS,  
113 estamos tomando uma iniciativa, nós estamos com uma parceria com o Ministério  
114 Público pra tentarmos fazer com que os prefeitos, nesse próximo mandato, agora,  
115 possam fazer um concurso para os profissionais, os trabalhadores da assistência  
116 social em especial. Vamos ver, o Ministério Público está preparando um TAC e nós  
117 vamos fazer essa parte mais de intermediação com os municípios para que os  
118 prefeitos possam assinar esse TAC, mas com a visão mais de colaborar do que uma  
119 visão mais punitiva, pois não adianta você colocar o prefeito na parede e exigi-lo a  
120 fazer um TAC porque ele, talvez, faz o TAC, faz o concurso e depois não efetiva os  
121 profissionais no estado probatório. Então, nós estamos num processo de negociação  
122 com o Ministério Público para que nesse início de mandato a gente possa convencer  
123 os prefeitos da necessidade pra avançar na implantação da política do Sistema Único  
124 de Assistência Social, na necessidade do concurso público. A AMAMS vai contribuir  
125 com isso porque a gente entende que é importante para a consolidação da política e,  
126 enfim, a gente coloca aqui à disposição da SEDESE, à disposição do Conselho  
127 Estadual, para a implantação da política e aprimoramento do Sistema Único de  
128 Assistência Social. No mais, um bom encontro a todos e ao nosso departamento,  
129 também, para os municípios. Alguns de vocês de vocês, inclusive, já me procuraram  
130 com uma preocupação... "Está no município, o prefeito não foi eleito. Pra onde que  
131 vai? Se vai estar trabalhando ano que vem. Pra onde que vai?". O departamento  
132 nosso está à disposição para o ano que vem, nós vamos estar fazendo um encontro  
133 aqui no dia 29 de novembro para tratarmos do processo de transição e um dos  
134 assuntos que vamos discutir com os novos gestores dos municípios, os prefeitos, vai  
135 ser com relação à política de assistência social. Nós elegemos algumas política para  
136 discutirmos o processo transição com eles, a parte licitatória, administrativa, educação,  
137 saúde e assistência social, justamente agora nessa mudança para não termos uma  
138 descontinuidade, então, nós vamos (tratar) disso aqui no dia 29 de novembro. Quem  
139 estiver interessado em participar desse encontro é um encontro aberto, será para os  
140 prefeitos, mas os técnicos podem participar. Nós vamos tratar, também, desse  
141 processo da transição e um dos assuntos é a questão da transição da política de  
142 assistência social. O departamento está à disposição de vocês para o ano que vem a  
143 gente continuar essa parceria de fortalecimento do Sistema Único e das instâncias de  
144 controle social no município. No mais, muito obrigado e um bom dia de trabalho!

145 LOCUTORA - Ouviremos, agora, o Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento  
146 Social, Juliano Fisicaro Borges. JULIANO FISICARO BORGES - Bom dia a todos!  
147 Quero saudar, aqui, a senhora Elizabeth Aguiar, presidente da URCMAS de Montes  
148 Claros. Eu agradeço já pelas palavras e pela colaboração para esse evento. O senhor

149 Wanderley Lôbo, Secretário Executivo da AMAMS, essa associação é uma das  
150 maiores que tem no estado e ela foi muito importante, até então, eu na Controladoria-  
151 Geral do Estado e AMAMS, eu conheço muito o seu presidente, a Subsecretária  
152 Beatriz que hoje é filha do presidente, faz parte da equipe do Governo, e a AMAMS foi  
153 fundamental para a nossa conferência de transparência e controle social. A primeira  
154 no Brasil, e em Minas Gerais em março deste ano realizou a sua primeira conferência  
155 e com a ajuda fundamental da AMAMS para congregar e para consolidar as políticas e  
156 as propostas aqui na região Norte de Minas. Então, senhor Wanderley, eu peço pra  
157 transmitir ao seu presidente, à Beatriz, os meus agradecimentos, e sempre que  
158 encontro eu agradeço pra associação tão importante e, também, por ter cedido, aqui,  
159 já em nome até do Presidente, senhor Geraldo, esse espaço tão belo e tão confortável  
160 aqui em Montes Claros para fazermos a nossa Plenária. Saúdo, também, o Presidente  
161 do Conselho, Senhor Geraldo, que, também, parablenizo pelas conferências  
162 descentralizadas. Elas são fundamentais no Estado igual Minas Gerais que nós temos  
163 uma dimensão geográfica imensa. As conferências descentralizadas realmente são  
164 importantíssimas pra gente, também, promover a participação social. Quero, aqui,  
165 cumprimentar todos os conselheiros, todos os representantes de associações, todos  
166 os membros do poder público, enfim, em nome do Estado de Minas Gerais, em nome  
167 do Secretário de Estado, Cássio Soares e em nome do Governador Antônio Anastasia,  
168 eu saúdo a todos e agradeço mais uma vez por poder participar de mais uma Plenária  
169 do Conselho Estadual de Assistência Social. Muito obrigado! LOCUTORA - Com a  
170 palavra, o Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais,  
171 CEAS/MG, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho GERALDO GONÇALVES - Quero,  
172 aqui, saudar cada um de vocês que aqui estão presentes. Dizer que para o Conselho  
173 Estadual é muito importante que a gente tenha conselheiros, gestores, lideranças,  
174 representantes de entidades beneficentes, entidades de assistência social,  
175 parlamentares municipais, conselheiros de direitos, e diria que o que fortalece e  
176 abrilhanta esses nossos eventos, principalmente quando se trata de uma Plenária  
177 Descentralizada e Ampliada, realmente é a presença de vocês. Quero cumprimentar,  
178 aqui, o nosso Secretário e Subsecretário Juliano, presente conosco e valorizando o  
179 nosso encontro fortalecendo a política pública de assistência. Seja muito bem vindo, é  
180 um prazer tê-lo conosco. Cumprimentar o nosso querido Luiz Lôbo, Secretário  
181 Executivo da AMAMS, a quem eu peço que transmita ao nosso querido presidente,  
182 Valmir Morais, o nosso abraço, prefeito de Patis. E dizer da importância, Luiz, que  
183 você aqui, enquanto AMAMS, tem no desempenho dessa tarefa de levar a política  
184 pública de assistência a todos os municípios. Nós estamos falando de uma região  
185 onde são 92 municípios onde a gente tem um pleito, agora, com apenas 20 prefeitos

186 reeleitos. Então, nós estamos falando de gestores que chegam e que precisam  
187 necessariamente conhecer um pouco mais da nossa política pública de assistência  
188 para que possamos realmente valer o direito do beneficiário e do usuário. E, assim  
189 sendo, penso que a responsabilidade aumenta a partir de agora muito mais que já  
190 tinha. Eu não tenho nenhuma dúvida que a sua competência e principalmente quando  
191 tem uma pessoa que assessora muito bem, a Fátima, - gostaria, aqui, de parabenizar  
192 não só pela caminhada (prática), mas pela formação e competência - e não tenho  
193 dúvida nenhuma que a AMAMS vai fazer valer esse nosso direito enquanto controle  
194 social de estar fazendo que a política chegue aos beneficiários. Sabedores que  
195 somos, que hoje o recurso da união que mais faz presentes nos municípios é a Saúde,  
196 a Educação e a Assistência Social. E, assim sendo, é importante que a gente faça  
197 essa valorização e a gente consiga realmente ter pessoas formadas em serviço social  
198 nos municípios, e a gente faça valer o horário determinado que agora são de seis  
199 horas para os assistentes sociais, e que a gente faça valer, principalmente, os serviços  
200 que prestam com a qualificação requerida e que depende de ter um salário justo, e  
201 que depende de ter um concurso público, porque senão nós vamos continuar a ver  
202 prefeitos entrando para as prefeituras assumindo a gestão e flexibilizando os direitos  
203 trabalhistas através das várias modalidades de contratações que não concurso  
204 público. Isso não é uma maneira de valorizar os profissionais que a gente depende  
205 tanto, principalmente a equipe multidisciplinar. E aí, prioritariamente, a gente inclui os  
206 psicólogos, serviços sociais, pedagogos, advogados e que formam essa equipe  
207 multidisciplinar. Eu gostaria de cumprimentar a nossa querida Elizabeth a quem,  
208 ultimamente, a gente chamava de Bete, que representa a União de Conselhos  
209 Regionais de Montes Claros. É uma tarefa árdua, que a gente sabe, são 92 municípios  
210 para vocês estar congregando, fazendo a discussão do avanço da normativa da  
211 política pública de assistência e principalmente, Bete, fazendo valer o direito e a  
212 oportunidade que a gente tem de uma melhor qualificação porque a gente precisa sair,  
213 de fato, do assistencialismo pra assistência social, deixar a Bolsa Família ser um  
214 programa tão importante pra tirar da miserabilidade absoluta pessoas empobrecidas e  
215 com um alto grau de vulnerabilidade (pessoa) que não é só o programa por si só.  
216 Nós precisamos enxergar esse programa aliado à aplicação da intersetorialidade da  
217 política pública de assistência. Sabemos que a política pública de assistência jamais  
218 vai tirar algum beneficiário dessa situação (se não) ter essa visão e aplicar de forma  
219 multidisciplinar. Nós vamos precisar contar muito com você, a troca de experiências,  
220 principalmente, no que diz respeito aos instrumentais no alto do avanço da política,  
221 chamado de CRAS e CREAS. Aqui já soube, vivemos uma experiência relatada ontem  
222 com muita competência aqui dos CRAS Rurais. Então, isso pra nós tem uma

223 importância fundamental principalmente nessa região onde as prefeituras não realizam  
224 a gestão sem ter como parceiros na complementaridade dos serviços as associações  
225 rurais. Quero saudar os parlamentares presentes e todos os conselheiros do Conselho  
226 Estadual de Assistência Social que eu gostaria que ficassem, inclusive, de pé para que  
227 todas as pessoas presentes possam conhecê-los. São os nossos conselheiros  
228 estaduais de assistência social que não medem esforços para promoverem essas  
229 Descentralizadas no intuito de fazer valer a descentralização e ampliação da política.  
230 Muito obrigado! Eu quero, ainda, agradecer aos nossos parceiros e apoiadores na  
231 realização desse evento e faço isso, primeiramente, dizendo que foi um papel  
232 primordial e fundamental (pra nós) para a realização a Secretaria de Estado de  
233 Desenvolvimento Social, e aqui faço na pessoa do Dr. Juliano que é o nosso  
234 Secretário de Assistência Social, ( ) da SEDESE. Quero, também, agradecer ainda em  
235 nome da SEDESE as nossas Subsecretárias Nívia e Roberta que aqui estão. E  
236 agradecer ao nosso diretor regional, Alexander Oliveira ( ) a SEDESE aqui na regional.  
237 Quero agradecer ao Sindicato dos Psicólogos que, também, nos apoiaram na pessoa  
238 do conselheiro Volney. Agradecer ao Sindicato dos Empregados e instituições  
239 beneficentes, religiosas e filantrópicas da qual eu represento e faço presença neste  
240 Conselho. Agradecer à AMAMS, Associação dos Municípios da Área Mineira da  
241 Sudene, e agradecer ao Conselho Regional de Psicologia, e assim faço na pessoa do  
242 conselheiro Volney. E quero, aqui, agradecer a presença dos vários municípios que  
243 aqui se fazem representados pelas pessoas que estão, e faço questão de,  
244 rapidamente, citá-los. Nós estamos com 27 municípios presentes e 91 participantes  
245 nos dias de ontem e hoje. Municípios de Montes Claros, Verdelândia, Coronel Murta,  
246 Matias Cardoso, Santa Cruz de Salinas, Catuti, Franciso Dumont, Arinos, Itacambira,  
247 Botumirim, Januária, Juvenília, São João da Ponte, Pai Pedro, Rio Pardo de Minas,  
248 São João do Pacuí, Brasília de Minas, Monte Azul, Bocaiúvas, Capitão Enéas, Cônego  
249 Marinho, Coração de Jesus, Janaúba, Bonito de Minas, Glaucilândia, São Francisco e  
250 Fruta de Leite. Tem mais alguém que não esteve presente? [fala fora do alcance].  
251 Gameleira, muito bem lembrado. Mais alguém, não? Sejam bem vindos e parabéns  
252 pela presença. Esse é o nosso papel enquanto Conselho Estadual. Gostaria de  
253 agradecer a todo o corpo da Secretaria Executiva do Conselho Estadual na pessoa da  
254 nossa Secretária Executiva Consolação Cifani. Dizer aos senhores que o Conselho  
255 tem muito essa cara de competência, qualificação e descentralização em função do  
256 trabalho redobrado de todo o corpo da Secretaria Executiva do Conselho. Muito  
257 obrigado a todos! Nós daremos início à realização dessa 173ª Plenária Ordinária do  
258 Conselho Estadual de Assistência Social e dizer aos senhores que nós temos uma  
259 pauta já em poder dos nossos conselheiros para cumprir e eu gostaria, antes de dar

260 início, de solicitar à Consolação, nossa Secretária Executiva, pra nos apresentar  
261 através do telão algumas inclusões para tratativas e são três. Eu as peço essa  
262 inclusão para os nossos conselheiros para que a gente possa fazer a tratativa logo  
263 após o almoço. CONSOLAÇÃO - Nós vamos dar prosseguimento aos trabalhos e  
264 vamos desfazer a Mesa de abertura permanecendo o Presidente Geraldo e o  
265 Subsecretário Juliano para darem continuidade aos trabalhos. Muito obrigada!  
266 GERALDO GONÇALVES - A inclusão da qual falei é citada ali no (horário) de 8.15, é  
267 UHE Barra de Braúna, audiência no Ministério Público e encaminhamento à SEDESE.  
268 Os aspectos relativos à inscrição e à entidades. E os encaminhamentos sobre dados  
269 de violação de direitos da população em situação de rua. Então, eu peço aos  
270 conselheiros que a gente faça essa inclusão na pauta a partir do horário do almoço,  
271 logo no início da tarde, pra gente fazer algumas tratativas. Algum conselheiro contrário  
272 à inclusão? [fala fora do alcance] Ok, aprovada, então? Ok, então vamos dar  
273 sequência. (Há) apreciação de pauta justificativa e aí eu queria dizer aos senhores que  
274 estamos com ausência de titularidade, alguns conselheiros, que é a Maria Dolores da  
275 Cunha Pinto, Federação das APAE's, que tem vivido uma situação peculiar de cuidado  
276 especial com a família. Raquel Fonseca Veloso, da Secretaria Estadual de Saúde, por  
277 motivos pessoais. Guilhermina Teixeira Torga, da Secretária de Estado da Fazenda,  
278 viagem a trabalho. [fala fora do alcance]. Ah, está aí a Guilhermina, seja bem vinda,  
279 Guilhermina. Anália Maria Ferreira, representante do COGEMAS, a trabalho. José  
280 Fernando Antunes Millane, de Cataguases, mas estamos aí com a presença da  
281 Rosilene na condição de suplente que assume a titularidade. Seja bem vinda,  
282 Rosilene. Adriana Rocha, representante da SEAPA, e temos aqui presente a  
283 suplente, nossa querida Lourdes. André Medrado, da SEDESE, em compromisso  
284 agendado a trabalho, mas estamos aqui com a conselheira suplente a Roberta  
285 Albânita. Fernando Henrique Guimarães, da SEPLAG, por compromissos a trabalho,  
286 mas, também, estamos com a suplente Fátima. Seja bem vinda, Fátima. O João  
287 Ademar, da AJEAS, reunião interna em instituição. Na condição de suplência o José  
288 Henrique Rodrigues, da Secretaria de Estado de Fazenda, a trabalho na condição de  
289 suplente. O Júlio César de Oliveira ( ), titular do ( ), Estudo e Trabalho. O Júlio não  
290 chegou ainda, não é? Não. Ficou de vir, mas vamos aguardar. Edir Petrucelli Xavier,  
291 da Secretaria de Estado de Educação, titular que, também, se encontra a trabalho.  
292 MARCELO ARMANDO - Senhor Presidente, é uma questão porque ontem, durante a  
293 nossa Plenária, eu solicitei que fosse incluído um ponto de pauta, mas aqui eu não  
294 estou enxergando que é uma discussão que foi feita pelo CRESS na sua Seccional  
295 através, inclusive, da Seccional de CRESS aqui dessa região, sua participação do  
296 Ministério Público em reuniões dos Conselhos Municipais, então, eu gostaria de incluir

297 esse ponto que aí eu aprofundo melhor na discussão, muito obrigado. GERALDO  
298 GONÇALVES - Ok, a presidência acata a inclusão de ponto, também, para o mesmo  
299 horário. Pergunto se tem algum conselheiro contrário? Ok, então está aprovado a  
300 inclusão de pauta e daremos sequência. Rapidamente eu gostaria de colocar para as  
301 pessoas que ainda não conhecem o processo, nós temos vários empreendimentos de  
302 geração de energia elétrica sustentável em nosso estado pela própria conformação  
303 física do estado. Então, somos sabedores de que toda vez que chega um  
304 empreendimento em nosso estado ele gera um mercado maior de empregabilidade,  
305 então, é sempre bem vindo os empreendimentos. E cabe a este conselho Estadual,  
306 por força de Decreto e Lei, fazer aprovação do Plano de Assistência Social, o PAS,  
307 que diz respeito a estabelecer a proteção social básica para os atingidos e nessa  
308 condição nós temos hoje uma tratativa de um desses empreendimentos que chegou  
309 em nosso estado já há mais de 10 anos e que tem o nome de Candonga. E algumas  
310 situações equivocadas de ambas as partes aconteceram ao longo desse tempo e a  
311 gente ainda continua fazendo as tratativas. Este colegiado estadual que tem uma  
312 formação paritária e que hoje nós podemos dizer que temos uma qualificação de  
313 acordo com a demanda requerida por esses empreendimentos, Dr. ( ), e isso a gente  
314 tem que deixar registrado que foi por solicitação do colegiado que a Secretaria de  
315 Estado patrocinou, arcou como custo, de um curso de especialização e mediação de  
316 conflito onde participarão todos os conselheiros. E nessa condição e com essa  
317 qualificação o colegiado entendeu que deveria fazer várias tratativas no sentido de  
318 mediar esses conflitos... Onde estavam (presentes) e foram colocados por várias  
319 reuniões e audiências públicas, não só as associações dos representantes atingidos, e  
320 são três ou quatro, nós temos pessoas que fazem essa representação e é importante  
321 que a gente dê a importância merecida às representações uma vez que não dá pra  
322 fazer a tratativa de forma individualizada em cada um dos empreendimentos que  
323 chegam. O colegiado entendeu que deveria não medir esforços no sentido de tentar  
324 fazer com que se estabeleça de fato e de direito a proteção social básica e o  
325 ressarcimento dos direitos violados quando da implementação dos empreendimentos.  
326 E chegamos num momento em que o colegiado também entendeu que a missão  
327 precípua de todos os conselhos de assistência social independentemente da esfera de  
328 governo, município, estado e/ou união, o seu papel principal é estabelecer o controle  
329 social e, assim sendo, estávamos extrapolando essa nossa função na tentativa de  
330 fazer e dar resolução à essa programática de assumir um aspecto que é muito mais  
331 operacional. E a aplicabilidade operacional o colegiado também entendeu que faz  
332 parte da responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social  
333 enquanto órgão gestor do Conselho Estadual de Assistência Social. O que não quer

334 dizer que não cultivaremos e não nos cabe a missão de promover o monitoramento,  
335 em função do monitoramento desse acompanhamento promover análise e sugerir,  
336 inclusive, para aplicabilidade (correções possíveis de desvios), e isso o Colegiado tem  
337 feito. Assim, passamos uma carta ao Secretário de Estado, Dr. Cássio, Dr. Juliano,  
338 que tem acompanhado de perto essa tratativa no sentido de dar a responsabilidade ao  
339 Estado e como Estado de direito me cabe o dever de cumprir as leis e, assim sendo, a  
340 Secretaria de Estado assumiu a aplicabilidade, a operacionalização, dessas tratativas  
341 com o devido acompanhamento desse Colegiado. E nesse momento, então, eu passo  
342 a palavra ao Dr. Juliano que vai falar para nós da operacionalização pensada,  
343 planejada, discutida que estar por dar continuidade no sentido de restabelecer essa  
344 situação e a gente tentar mediar esses conflitos que ainda se fazem presentes. Então,  
345 por favor, Dr. Juliano, fique à vontade. JULIANO FISICARO BORGES - O Presidente  
346 Geraldo já fez, aqui, a introdução. No meio desse ano foi solicitado à SEDESE, porque  
347 a SEDSE, no caso, de Candonga, que é o empreendimento, fizesse a intermediação  
348 entre o consórcio, as famílias atingidas e órgãos públicos do Estado de Minas Gerais.  
349 É importante ressaltar que essa é a primeira vez que isso acontece. Desde que essa  
350 prerrogativa legal foi destinada ao Conselho é a primeira vez que o Conselho solicita à  
351 SEDESE esse tipo de interferência. Pelo simples motivo que a SEDESE, por órgão do  
352 Estado, ela tem condições de articular com outros órgãos públicos uma competência  
353 da própria SEDESE e, nesse caso, ela prevaleceu e o Conselho assim solicitou à  
354 SEDESE. Então, nesses quatro meses, é bom que se ressalte que nós estamos  
355 falando de um caso de quase dez anos, então no esforço, digo quase que hercúleo da  
356 Secretaria de Estado, dentro das limitações, porque é importante que isso seja dito, a  
357 SEDESE, também, tem suas limitações legais. A SEDESE é um ente federado, como  
358 um município e um ente federado, como o Governo Federal é um ente federado.  
359 Então, todo esse respeito, todas essas limitações, a SEDESE, também, tem que  
360 trabalhar com isso. Então, por ordem do Secretário Cássio, que assumiu esse trabalho  
361 no seu gabinete, e pediu a nós, no caso específico, no meu caso, para coordenar junto  
362 com as Subsecretárias Roberta e Nívia que aqui estão presentes, uma proposta de  
363 Plano de Intervenção no caso da implementação da Usina de Candonga que afeta o  
364 município de Santa Cruz do Escalvado, sobretudo, a comunidade de Nova Soberbo.  
365 Então, o nosso ponto central foi, na verdade, a comunidade de Nova Soberbo... Não  
366 digo os conflitos, mas as pendências... A gente não pode falar em conflito, mas  
367 pendências que ainda persistem e persistiam no caso de Candonga. Então, - pode  
368 passar -. Eu peço um pouco de paciência porque eu preparei 50 slides, mas eu vou  
369 ser bem pragmático porque eu tenho que demonstrar todo o trabalho que a SEDESE  
370 fez nesses quatro meses. - Pode passar -. Bem, a partir da Plenária 169 foi liberado

371 por meio da Resolução nº 404 a interferência, não é, a intermediação pela SEDESE,  
372 então isso foi por meio de uma Resolução institucional por parte do Conselho, - pode  
373 passar -. Solicitação do CEAS. Qual é o objetivo, hoje, pra cumprir essa Resolução?  
374 Dos seus diversos artigos eu destaquei dois artigos, a SEDESE apresentará na 170ª  
375 Plenária Ordinária do CEAS o planejamento da sua intervenção, isso foi apresentado.  
376 Nós apresentamos naquela Plenária o planejamento de atuação da SEDESE. E fica  
377 definido dia 30 de dezembro como sendo prazo para atuação da SEDESE para que  
378 apresente, eu destaquei, o desenvolvimento do seu planejamento e os resultados  
379 obtidos. Então, que fique claro, nós vamos apresentar aqui, para o Conselho deliberar,  
380 uma proposta de Plano de Atuação, obviamente, sendo como protagonista, o  
381 consórcio, que é o responsável pelas maiores ações de correção e de adequação do  
382 Plano de Assistência Social porque as suas ações vão perpassar 2012 e 2013. O que  
383 nós vamos apresentar aqui como bem disse a Resolução é o desenvolvimento do  
384 planejamento e os resultados obtidos pela SEDESE e aí o Conselho, pela sua própria  
385 prerrogativa e competência vai deliberar. - Pode passar -. E que fique claro, hoje nós  
386 estamos no dia 26 de outubro, nosso prazo é até o dia 30 de dezembro. (Mas) o  
387 Secretário Cássio, por determinação, ele queria realmente, na verdade, que isso fosse  
388 apresentado em setembro. Eu cheguei a falar isso na Plenária, mas por motivos de  
389 atraso de algumas ações e o prazo realmente é curto, como eu disse, em quatro  
390 meses apresentar propostas de pendências que persistem por dez anos não é uma  
391 coisa trivial. A 1ª Ação da SEDESE foi a visita minha e da equipe da SEDESE na  
392 comunidade, então, a partir do momento que foi delegado à SEDESE no mais justo e  
393 correto que agente fazer uma visita à comunidade e conversar com algumas pessoas,  
394 visitas algumas casas, associações, enfim, conhecer a comunidade. - Pode passar -. 2  
395ª Ação, o Secretário reuniu a equipe da SEDESE e o prefeito de Santa Cruz do  
396 Escalvado no dia 18 de julho. 3ª Ação, reunião entre o Secretário e equipe da  
397 SEDESE e os representantes assistidos. A presidente da Associação dos Moradores  
398 de São Sebastião do Soberbo, o presidente da Associação dos Agricultores Familiares  
399 da Fazenda Sete Quedas, com o objetivo de identificar as principais reivindicações.  
400 Aqui se encontra o Dr. Leonardo, o Sr. Geraldo, o Sr. Antônio, que também, naquela  
401 data, participaram da reunião. [Fala fora do alcance]. Participaram. Vocês participaram  
402 no momento de manhã e depois os outros, não é? O Reinaldo e a Cristina foram  
403 depois... Teve aquela confusão, mas eles estão aqui presentes, então era a 2ª Ação,  
404 reunião que não tem muito pra gente ver as reivindicações. 4ª Ação, participação da  
405 SEDESE na Plenária, como eu disse, apresentando o seu Plano de Ação de  
406 intermediação, realização de um diagnóstico com informações através de dados  
407 produzidos pelo Conselho de Assistência Social e relatório do Porta a Porta e

408 Travessia que eu vou apresentar aqui alguns pequenos pontos. Então, a primeira  
409 coisa que nós fizemos foi fazer um diagnóstico da situação real do município de Santa  
410 Cruz do Escalvado especialmente a comunidade de Soberbo para saber o porquê. A  
411 gente tinha informações diversas, então a gente precisava de um respaldo técnico  
412 para sabermos qual é a situação atual da comunidade de Nova Soberbo. E aí eu  
413 destaco, aqui, o trabalho do CEAS por meio da Consolação e sua equipe que fizeram  
414 um diagnóstico, e o Programa Porta a Porta pra quem não conhece é um Programa do  
415 Projeto Travessia que é implementado em todo o Estado de Minas Gerais. E por  
416 coincidência ele foi aplicado ao município de Santa Cruz do Escalvado e à  
417 Comunidade de Soberbo, então, nós usamos essas duas ferramentas, essas duas  
418 metodologias para diagnosticar a situação e o Programa Bolsa Família. Então, o  
419 relatório... Isso aqui é o resultado de todo o trabalho da SEDESE. Todos os relatórios,  
420 atas de reunião, cronogramas de atuação estão aqui, serão entregues ao presidente  
421 do Conselho. Então, o relatório completo do diagnóstico está aqui, o que eu vou  
422 apresentar são alguns pequenos pontos para entendermos qual é a realidade  
423 especialmente da Comunidade de Nova Soberbo. Então ali, no que diz respeito à  
424 idade dos moradores da Comunidade predomina na comunidade a população de  
425 crianças e adolescentes 23%, no entanto, observa-se um grande número de idosos  
426 20%. Se a gente somar ali, nós estamos falando em quase 45%. Se a gente somar a  
427 segunda linha - Eu vou levantar aqui, que é aqui, pra quem não está enxergando -, de  
428 16 a 25 anos nós temos mais 10%. Se nós somarmos a faixa etária de 1 a 15, 16 a 25  
429 e com mais de 60 anos, que é 18 %, nós estamos falando em 55% da comunidade,  
430 segundo relatório do Conselho de Assistência Social. O que eu quero dizer com isso?  
431 Em dez anos existe uma realidade diferente. Os meninos de 1 a 15 anos há dez anos  
432 eles tinham uns 5 anos, uns nem nasceram. Os de 16 a 25 anos há dez anos eles  
433 tinham 15 anos. E você tem uma população, um percentual de uma população idosa.  
434 Por que isso é importante? Porque o diagnóstico vai nos possibilitar verificar até que  
435 política pública nós vamos poder atuar. Nós vamos fazer uma política para idosos?  
436 Nós vamos fazer uma política para criança e adolescente? Nós vamos fazer uma  
437 política para população economicamente ativa? Então, essa faixa etária, este quadro é  
438 importante como diagnóstico para estabelecer política pública. Eu não vou fazer uma  
439 política pública sendo que eu tenho, 20% da população idosa, eu tenho que  
440 estabelecer política para população idosa, enfim. Então, esse é importante para a  
441 gente ter a visão geral. - Pode passar -. Distribuição dos entrevistados por origem.  
442 Segundo o CEAS 18% da população não são residentes da velha Soberbo. Por que  
443 isso é importante, também? Porque dado o conflito que estabeleceu em Nova Soberbo  
444 nós temos quase 20% da população que já mudou, já vendeu casa, isso segundo o

445 relatório do CEAS. Eu quero dizer que em dez anos muda-se uma situação, uma  
446 realidade, o contexto é diferente. Por isso que a gente tem que trabalhar com um novo  
447 contexto que está em Nova Soberbo. Nós estamos falando de dez anos atrás. - Pode  
448 passar -. Distribuição dos domicílios visitados pela metodologia do Porta a Porta a  
449 Roberta é PNUD, não é? É metodologia do PNUD, não é? Por status de pobreza  
450 multidimensional em Nova Soberbo. Então, o Porta a Porta fez um trabalho em Nova  
451 Soberbo. Identificou-se que 48%, ali é percentual, da população é  
452 multidimensionalmente pobre em Nova Soberbo. E 42% não é pobre  
453 multidimensionalmente. - Pode passar -. Só que esta metodologia trabalha com três  
454 variáveis, educação, saúde e privação em padrão de vida. Então, considerando a  
455 dimensão padrão de vida do Projeto Porta a Porta que avalia as condições de  
456 eletricidade, sanitários, água, piso, combustível para cozinha e bens domésticos, em  
457 Nova Soberbo nós não temos uma privação disso. O relatório do Porta a Porta  
458 estabeleceu que apenas duas residências têm privação do padrão de vida do que diz  
459 respeito a bens domésticos, à cozinha, eletricidade, sanitários, enfim. Apenas um  
460 domicílio tem privação com relação à saúde. A concentração para que o índice  
461 multidimensionalmente pobre elevar-se foi com relação à educação porque é a terceira  
462 variável ou uma das variáveis, não é? Então, pela variável educação ela puxa, pela  
463 metodologia do PNUD, a comunidade de Nova Soberbo como multidimensionalmente  
464 pobre, aqueles 48% ali. - Pode passar -. Então aqui a gente percebe isso, quem  
465 frequenta escola... Você tem uma concentração no "azul" é quem frequenta, então, de  
466 1 a 15 anos é a população que mais frequenta escola em Nova Soberbo. E a  
467 população acima de 35 anos com mais de 60 que é o vermelho frequenta menos a  
468 escola. Pela metodologia do PNUD que considera a variável educação aí nós temos a  
469 concentração da variável educação subindo o índice de pobreza multidimensional  
470 conforme a metodologia do PNUD, então aqui está explicado porque o índice é maior.  
471 - Pode passar -. Bem, com relação à saúde eu já tinha falado, apenas um, né... Um  
472 indicador de desnutrição e mortalidade infantil. Em Nova Soberbo dos 48 domicílios  
473 caracterizados como multidimensionalmente pobres apenas um apresentou situação  
474 de privação relativa à desnutrição. E a gente, na visita lá, percebe que existe uma  
475 condição boa das residências com relação a isso, então, na terceira variável a gente  
476 está comprovando aqui que a saúde vai bem em Nova Soberbo. - Obrigado, pode  
477 passar -. Bem, com relação à renda nós temos um complicador, realmente. Quem  
478 recebe os aposentados até um salário mínimo são 57 entrevistados, não é, aqui no  
479 primeiro, e 43 ocupados com alguma renda até um salário mínimo, então nós temos,  
480 realmente, em Nova Soberbo, a renda é baixa se considerado o total da população.  
481 De um a dois salários mínimos nós temos os aposentados 20, e 24 os que já estão

482 ocupados com alguma renda, mas que recebem até dois salários mínimos. E maior  
483 que dois salários mínimos, já é pequenininho, 7 que são ocupados e 4 aposentados. E  
484 sem formações também é um número considerável, 26 que estão ocupados em  
485 alguma renda e 19 aposentados. Isso tudo segundo relatório do Conselho de  
486 Assistência Social que nós pegamos feito pela equipe da Consolação. Então, entre os  
487 moradores que estão trabalhando o relatório do CEAS aponta a ocupação mais  
488 frequente é o trabalho rural lá. Realizado por 31 pessoas. Em seguida, são apontados  
489 serviços gerais com 10% e o cargo de doméstica ou faxineira com 9% dos ocupados.  
490 a categoria outros contém ocupações de até 1\$. Então, aqui, a gente tem realmente  
491 uma renda baixa na região e uma prevalência de ocupação na área rural. - Pode  
492 passar -. Distribuição dos beneficiários do Programa Bolsa Família, lá existe Bolsa  
493 Família e foi identificado 103 beneficiários pelo Bolsa Família. Se vocês não lembram  
494 no nosso Plano de Ação nós ficamos a identificar quais políticas públicas sejam  
495 federais, estaduais e municipais, estão sendo realizadas no município e, sobretudo, na  
496 comunidade, então, o Bolsa Família... 103 recebem o Bolsa Família. Dos 103 68% são  
497 beneficiados diretamente pelo Bolsa Família, ou seja, são aqueles que de fato  
498 recebem o benefício. Os beneficiários indiretos cujo a família possuem algum membro  
499 beneficiário direto somam 33 pessoas ou 32%. Então nós temos políticas sociais,  
500 federais, que é o Bolsa Família na comunidade de Nova Soberbo. - Pode passar -  
501 .Distribuição dos entrevistados segundo a participação nos projetos, aí o consórcio  
502 Candonga fez alguns projetos, mas nós temos uma baixa participação nos projetos  
503 que são 8,4% que é o vermelhinho ali. Não participam do projeto 23% e nós temos um  
504 índice alto sem resposta que não participou do projeto... Que é Candonga... Mais  
505 especialmente o consórcio, estabeleceu no município. Dentro das justificativas  
506 apresentadas pelos moradores que não participam (de ir) no projeto as mais citadas  
507 foram "Falta de tempo", "Ausência de retorno financeiro" e um índice alto que também  
508 não justificaram e que não falaram o porquê que eles não participam do projeto de  
509 Candonga. Isso segundo o relatório do CEAS. Então, gente, aqui é só uma pincelada  
510 que a gente fez do diagnóstico. O diagnóstico está todo completo, do CEAS e do Porta  
511 a Porta, neste relatório aqui. A gente não pode passar tudo senão eu ficava aqui até  
512 amanhã. No dia 2 de agosto foi feita uma visita pela equipe de assistência social da  
513 SEDESE no município de Santa Cruz do Escalvado e na comunidade de Nova  
514 Soberbo com a finalidade de diagnosticar as políticas públicas de assistência social  
515 por meio do SUAS e preparar um Plano de Providências para a atuação da prefeitura  
516 na comunidade. O Plano de Providência, na verdade, ele já existia, o que a equipe fez  
517 foi diagnosticar, ver quais políticas públicas e fazer uma adequação do Plano de  
518 Providência de Assistência que já existia. E isso foi acertado com o prefeito. - Pode

519 passar -. O município... O município, ta, e eu não estou falando da comunidade... O  
520 município foi contemplado com o PAIF, Proteção e Atendimento Integral à Família, na  
521 expansão do MDS em 2010. Tem o Plano de Providência junto à SEDESE, de  
522 assistência. Em 2010 o município foi contemplado com recursos do Estado para  
523 CRAS, investimento. Essas obras ainda não começaram, mas o Estado passou  
524 recurso pra mais CRAS já que no município de Santa Cruz do Escalvado existe uma  
525 grande expansão, uma grande dimensão geográfica da área rural, então, há uma  
526 necessidade de ais CRAS, Centro de Assistência Social, naquele município. Os  
527 Conselhos lá... Lá tem Conselho da Criança e Adolescente, da Assistência, do  
528 Trabalho, em pleno funcionamento. - Pode passar -. Possui serviço de convivência e  
529 fortalecimento de vínculos para criança e adolescentes que é o PETI, e para idosos no  
530 município. Não possui equipamento para proteção especial, o CREAS, que o  
531 presidente mencionou aqui. O CREAS a gente sabe que há uma dificuldade, ele é  
532 mais regionalizado, enfim. E aí eu tirei, em visita ao bairro de Nova Soberbo, aí nós já  
533 estamos falando da comunidade, especificamente, observou-se que não é um bairro  
534 considerável vulnerável e de risco social, segundo os técnicos da Assistência Social  
535 da SEDESE e do município. O município de Santa Cruz do Escalvado possui grande  
536 extensão geográfica que eu falei, sendo as comunidades distantes não conseguindo o  
537 CRAS abranger todo o território agravando-se com a falta de profissionais na equipe  
538 de (preferência). Então, no Plano de Providência, um dos destaques é aumentar...  
539 Uma das providências é aumentar a equipe de CRAS para atender todo o município, a  
540 dimensão, e, também, a comunidade de Nova Soberbo. Aqui está o Plano de  
541 Providência, é só um pedaço dele pra quem não conhece. Os conselheiros conhecem,  
542 enfim. Então é feita a situação atual. Quais são, na segunda linha, as providências a  
543 serem implementadas e qual é o prazo que a prefeitura tem pra realizar essas  
544 implementações. Então é o Plano de Providência da Assistência Social que nós  
545 atualizamos no dia 2 de agosto devido a intermediação da SEDESE. - Pode passar -.  
546 Qual foi a 7ª Ação? Após visita da SEDESE decidiu-se por realizar uma filmagem de  
547 modo a facilitar a identificação das moradias e os possíveis pontos de conflito uma vez  
548 que a grande maioria dos conselheiros do CEAS, bem como de outros (atores)  
549 envolvidos no processo, não tiveram oportunidade de visitar o local. Então nós  
550 pedimos uma filmagem, está aqui no relatório, está pronta aqui, eu vou passando a  
551 apresentação. A filmagem é de dez minutos. Se no final vocês quiserem... Porque ali a  
552 gente fez uma filmagem para os conselheiros que não tiveram a oportunidade de  
553 participar e ajudar na decisão que vissem essa filmagem como que está a comunidade  
554 de Nova Soberbo, quais são os principais pontos de conflito, quais são os principais  
555 problemas, principalmente no que diz respeito às casas. Essa filmagem está aqui no

556 relatório, em um CD. - Pode passar -. 8ª Ação, foi encaminhado um informe à  
557 comunidade de Nova Soberbo para que as famílias encaminhassem as demandas  
558 relativas a reparos e adaptações das casas. Quem não se lembra, no Plano de Ação  
559 nós identificamos cinco pontos principais digamos de pendências com relação à  
560 Candonga. Um deles é o reparo das casas, outro é a água, outro é registro dos  
561 imóveis, o outro é a extensão dos quintais e o terceiro que nós estamos chamando de  
562 inclusão produtiva que no Plano está só falando de reativação econômica. Esses são  
563 os cinco pontos que nós identificamos no Plano de Ação como pontos fundamentais  
564 para atuação da SEDESE lembrando que nossa atuação tinha seis meses pra ser  
565 realizada. Bem, então nesse ponto o que fizemos da SEDESE? Como existia, n  
566 comunidade nós vimos isso lá, eu vi isso lá porque eu estive lá, várias reclamações e  
567 pontos com relação à residências que estavam... Que foram feitos projetos, às vezes,  
568 equivocados e tudo, e a gente não tinha essa certeza primeiro que nós somos técnicos  
569 de engenharia, não é? Então, nós mandamos um comunicado à todas as casas, à  
570 SEDESE, dizendo que eles tinham um prazo, não sei se foi 10 ou 15 dias, para  
571 apresentarem as suas demandas com relação à reforma e reparo dos seus imóveis. E  
572 todas as casas mandaram para a Associação e a Associação mandou para a  
573 SEDESE. Se não me engano são 119 residências. Se não me engano, ta? Os  
574 senhores aí têm mais condição. Então, nós fizemos isso pra, definitivamente, falar  
575 "Qual que é o seu problema na sua casa? Manda essa demanda por escrito e nós  
576 vamos acordar com o consórcio esse reparo das casas.". Aí a SEDESE sistematizou  
577 isso, também está aqui toda a demanda, e nós vamos responder, já está a resposta  
578 pronta pra cada casa se vai ser atendida ou não. Se não for atendida o porquê de não  
579 ser atendida. Porque tinham coisas, realmente que a gente sabe que ela tem  
580 fundamento e tinha, por exemplo, demanda que fala assim "O que fizer para o outro  
581 eu quero.". Então a gente sabe que algumas são atendidas e outras não serão, mas a  
582 gente está justificando. A gente não, o consórcio, por meio da SEDESE porque que  
583 não está sendo atendida. - Pode passa -. A Secretaria de Estado o Trabalho irá ofertar  
584 cursos de qualificação profissional bem como promover a intermediação para o  
585 mercado de trabalho como forma de complemento aos cursos já ofertados pelo  
586 consórcio visando promover a inclusão produtiva. A SEDESE articulou com a  
587 Secretaria de Trabalho que é a Secretaria competente para diagnosticar, Secretaria de  
588 Trabalho esteve duas vezes na comunidade, diagnosticou os problemas, verificou que  
589 curso de capacitação poderia ser feito e a partir de agora, de novembro, já estão  
590 iniciando os cursos, tem alguns que já estão sendo ofertados pelo consórcio e outros a  
591 Secretaria de Trabalho vai complementar e fazer que a sua expertise a intermediação  
592 com relação ao mercado de trabalho para gerar renda na comunidade. Em 16 de

593 agosto foi apresentado o Plano de Ação do consórcio para a solução do problema da  
594 água com o respaldo técnico da COPASA. Sublinhei ali, com isso espera se atender  
595 uma das principais demandas dos moradores. Então alguns moradores, até aqui  
596 presentes, nos demandaram que a água tem um gosto ruim, a água é de má  
597 qualidade e aí a COPASA fez um laudo técnico estabelecendo duas opções para que  
598 o consórcio escolhesse uma delas pra resolver definitivamente o problema. Então era  
599 uma das demandas que eu falei que era da água. Reparo das casas e a segunda a  
600 água. Técnicos da EMATER, nós articulamos com os técnicos da EMATER, a  
601 EMATER e o órgão, para quem não sabe, especializado na extensão rural de  
602 agropecuária, então em 27 de setembro, a EMATER realizou uma visita identificando  
603 os possíveis empreendimentos com setor agropecuário. A EMATER apresentou um  
604 relatório que também está aqui da situação atual e proposições para atividade  
605 econômica da região. Baseado no relatório produzido pela EMATER a proposta  
606 consiste, resumidamente, na produção da bovinocultura, então a EMATER  
607 identificou... Isso é mais para a comunidade Sete Quedas porque nós estamos da  
608 comunidade de Nova Soberbo, existe, também, umas famílias atingidas que são da  
609 comunidade da Fazenda Sete Quedas, então, nessa comunidade a EMATER  
610 estabeleceu e o que o consórcio irá contratar a EMATER para desenvolver um  
611 trabalho sobre a bovinocultura. O consórcio irá contratar a empresa pra implantação  
612 da proposta sugerida. - Pode passar -. Cidadania, isso aí não estava previsto, nós  
613 fizemos no dia 15 de setembro um mutirão da cidadania que consiste na atuação do  
614 poder público na emissão de certificado de registro civil, carteira de identidade,  
615 casamento, enfim, carteira de trabalho. Então, isso é uma ação do Travessia que o  
616 Estado já faz em vários municípios e nós simplesmente antecipamos para a  
617 comunidade de Nova Soberbo esse trabalho de cidadania. Aí nós temos algumas  
618 fotos, pode passar, né. Carteira de identidade, a Polícia Civil esteve lá. Carteira de  
619 trabalho, a Secretaria do Trabalho. A ( ) que é a conversão da união estável em  
620 casamento, foram feitos alguns casamentos lá na região. Rua do lazer, fizeram um  
621 lazer lá, no dia, o presidente este lá, né. - Pode passar -. Então, gente, nesses pontos  
622 quais são as propostas que a SEDESE, juntamente ao consórcio... Por que a SEDESE  
623 trabalhou mais com o consórcio? Pelo simples fato de que o consórcio que tem que  
624 fazer as coisas. Quem vai realizar não é a SEDESE, é o consórcio. Ele que tem que  
625 corrigir o Plano que ele fez. Então, com relação à água, conforme o relatório da  
626 COPASA do dia 2 de agosto, foi feita uma avaliação do tratamento da água no distrito  
627 de Nova Soberbo e a solução foi desativar o poço nº 1 e perfurar outro poço na busca  
628 de uma água melhor, de qualidade e solução e definitivo para o problema referente ao  
629 parâmetro sabor e odor, pois a tendência é aumentar a exploração do atual poço. -

630 Pode passar -. Então aqui estão as duas opções que a COPASA, o relatório técnico  
631 deu... Estabeleceu, né, porque como nós falamos é o órgão responsável no estado  
632 com mais competência, o consórcio vai fazer a opção 1. Mesmo se a opção 1 não ser  
633 resolvida eles vão passar para a opção 2, mas pela COPASA a opção 1 resolve o  
634 problema, mas de qualquer forma está garantido porque eles vão ter que fazer a  
635 opção 2, também, pode passar. Então a escolha da opção 1 o consórcio comprometeu  
636 a resolver definitivamente o problema. Pelo cronograma as obras começam agora em  
637 novembro de 2012, pode passar. O cronograma está aqui, não é, Letícia? Os  
638 cronogramas estão todos aqui. Todo esse relatório está no site da SEDESE a partir de  
639 quarta-feira que vem, então, todo esse relatório, cronograma, para quem quiser  
640 acompanhar, Conselho, nós estamos mandando para o Conselho e no final eu vou  
641 falar o que nós vamos propor com relação ao monitoramento. - Pode passar -. Reparo  
642 dos imóveis, a relação foi repassada ao consórcio, então, o que nós fizemos? Depois  
643 da demanda das casas nós sistematizamos, passamos para o consórcio e falamos  
644 assim "Nós queremos um cronograma para reparo dos imóveis", que, após análise de  
645 viabilidade, encaminhou à SEDESE um Plano de Ação para a solução dos problemas.  
646 É importante (ênfatisar) que a SEDESE exigirá do consórcio as respostas a todas as  
647 demandas no intuito de prevalecer a transparência e não deixar nenhuma dúvida em  
648 relação ao atendimento ou não da demanda, ou seja, mesmo decidido pelo não  
649 atendimento o consórcio deverá apresentar as razões que justificam o não  
650 atendimento. E aí eu vou falar uma coisa, tá? Nós... O consórcio se prontificou, tem  
651 atuado, mas nós pegamos no pé dele porque sem cronograma e sem prazo a gente  
652 não ia negociar e não dava pra negociar, então, todas as ações do consórcio estão  
653 pautadas por cronograma. Eles têm prazo para estabelecer reparo nos imóveis nesse  
654 caso aqui. - Pode passar -. Aqui é só um graficozinho pra gente mostrar. O total das  
655 solicitações foi de 1.103 solicitações, sendo que 612 foram originais e quando eu digo  
656 "originais" foi quando a SEDESE mandou a carta eles mandaram. Quando o consórcio  
657 foi aos imóveis eles identificaram mais 491 demandas, então quer dizer, quase que  
658 dobrou. Quando foi visitando a casa além daquela demanda que a pessoa mandou ela  
659 falou "Não, mas tem mais uma coisa aqui, tem isso aqui..." e o consórcio registrou,  
660 então, de 612 nós fomos 1.103. 784 foram atendidas... Serão, né, atendidas. E 319  
661 não serão atendidas, mas como eu disse das 319 eles vão ter que responder o porquê  
662 de eles não estarem atendendo. E aqui tem pra cada casa a resposta do porquê de  
663 não estar sendo atendido, está tudo aqui. - Pode passar -. Cronograma de  
664 atendimento, então o cronograma de atendimento também está aqui. Pra cada casa...  
665 Tem aqui, não? Né? Tem? Pra cada casa tem um prazo que eles vão iniciar e terminar  
666 a obra, então, Sr. Antônio, Sr. José, Sr. Geraldo, todas as casas terão início e fim.

667 Claro, gente, obra a gente sabe, depende de tempo, depende de empreiteira, pode  
668 haver algum atraso ou não, mas isso vai caber (como) no final que eu vou falar à  
669 equipe de monitoramento que nós vamos fazer relatório mensal com relação à  
670 execução na comunidade de Nova Soberbo. Está aqui, olha, casa do João Bosco,  
671 casa 13... Casa do João Agripino, casa 14; Casa do José pinto... Então o cronograma  
672 está todo aqui, então, cada família vai receber esse cronograma da casa dele pra falar  
673 "Sua obra vai se iniciar tal época, tal data". Claro que a gente não entrou na  
674 discussão, eu nem conversei isso com o consórcio porque com ( ) entrou primeiro e  
675 tudo é complicado, então a gente tem o cronograma e todos serão atendidos conforme  
676 as demandas que o consórcio e a SEDESE estabeleceram, então o cronograma está  
677 aí. - Pode passar -. Aqui são os cursos que nós chamamos de inclusão produtiva. Pois  
678 bem, naquele primeiro gráfico que eu passei que eu falei da nova realidade, quando  
679 eu pedi a SEDESE, a Secretaria do Trabalho, o SEBRAE, a EMATER, eu conversei  
680 com o SEBRAE e EMATER, pra falar sobre a reativação ou inclusão produtiva, a  
681 gente está chamando de inclusão produtiva dada a nova realidade, nós vimos que  
682 hoje existe um contexto diferente, nós verificamos que ali das pessoas de 1 a 25 nos  
683 são quase 40%, que há dez anos eram outras, eram crianças, né? E você tem uma  
684 população idosa que acaba saindo da população economicamente ativa. Então a  
685 realidade que a Secretaria do Trabalho, o SEBRAE e a EMATER identificaram ali, nós,  
686 como a gente faz num estado inteiro, né, a Secretaria de Trabalho e era da SEDESE,  
687 identificou-se que havia uma necessidade de geração de renda, claro, a renda é baixa  
688 lá. E esses cursos de qualificação que já começaram e pela Secretaria de Trabalho  
689 vão começar em novembro, respaldados pela própria intermediação. "Ah, vai garantir  
690 emprego?", ninguém garante emprego. Não existe quando a gente trabalha na  
691 qualificação profissional, por quê? Um departamento de recursos humanos numa  
692 empresa não é obrigada a contratar. Agora, ela não contrata mesmo quando a pessoa  
693 não tem qualificação. Então, nesses cursos, aqui no caso do SENAI ( ), que são  
694 cursos ofertados pelo consórcio, solda a arco elétrico, pedreiro de acabamento em  
695 andamento, eletricista predial, carpinteiro, pode passar. Inclusão digital, em  
696 andamento, também. Segurança básica e vigilância armada que também tem uma  
697 demanda lá de vigilância. Escolta armada. - Pode passar -. A Secretaria do Trabalho  
698 pelo Travessia, corte e costura, pintor, artesanato, competências básicas é um curso  
699 que é mais um direcionamento pra fazer currículo, pra se apresentar, pra pessoa que  
700 será contratada pela empresa ela ter uma postura, sabe fazer um currículo, enfim.  
701 Cooperativismo, associativismo que também foi identificado. Bombeiro hidráulico,  
702 panificação, quitandas de minas, que também tinha uma demanda lá que tem algumas  
703 senhoras que querem ficar trabalhando em casa, elas não querem ir pra lá elas

704 querem trabalhar em casa, então elas queriam um curso de panificação e quitanda  
705 para que elas pudessem produzir nas suas casas. Então, a geração de renda e  
706 emprego realmente é uma coisa que a gente vive em todo o estado. A gente  
707 estabelece, a gente está acostumado com isso, a gente dá curso, garantir  
708 empregabilidade, nós não podemos garantir, mas podemos qualificar para que a  
709 pessoa tenha condições de ser empregada e gerar alguma renda pra ela. - Pode  
710 passar -. Extensão de quintas, aí é o problema. Então, dos quatro eixos que eu falei  
711 "água, inclusão produtiva, reparo dos imóveis e registro dos imóveis", esse aqui,  
712 realmente, nós temos que confessar que nós agarramos. Não digo "agarramos", nós  
713 tivemos dois fatores fundamentais. Primeiro, nós fizemos duas propostas, porque a  
714 condicionante da extensão rural diz que a titularidade tem que ser repassada às  
715 famílias. Está claro lá, terreno de 360m<sup>2</sup>. Para quem não conhece lá a área é numa  
716 área rural, então, 360m<sup>2</sup> não há possibilidade legal de fracionamento para que as  
717 famílias recebam a titularidade. Aí está o gargalo. Ela não é numa área urbana, os  
718 terrenos que foram disponibilizados (por) consórcio não são numa área urbana. O que  
719 a SEDESE procurou? "Vamos conversar com o ITER", que é um órgão do estado e  
720 que por sinal falou "Isso é competência do INCRA". O INCRA ficou de greve durante  
721 quase três ou quatro meses. Nós conseguimos reunir com o INCRA no final de  
722 setembro pra sabermos, oficialmente, se poderia no caso específico de Santa Cruz do  
723 Escalvado e Nova Soberbo a existir um fracionamento, o INCRA autorizar um  
724 fracionamento pra gente passar para as famílias. O INCRA legalmente não pode fazer  
725 isso. Ele me mostrou, eu conversei com os técnicos, minha equipe, mostrou  
726 legalmente, não existe respaldo legal pra fracionar um terreno na área rural mesmo  
727 em caso específico a gente falando do Conselho, do caso de Candonga, explicamos  
728 tudo e ele falou "Não tem, Juliano, essa condição", então, isso foi descartado,  
729 infelizmente. A segunda opção e única é a prefeitura solicitar a expansão urbana. Nós  
730 conversamos isso com o prefeito. O prefeito, por motivos óbvios, também, a gente não  
731 podia cobrar dele, ele estava no período eleitoral, não dava pra gente cobrar, eu vou  
732 falar a realidade, ele estava em plena campanha, a gente tem que esperar passar,  
733 respeitando a política dele pra depois conversar com ele. Mas mesmo se o prefeito  
734 quiser expansão urbana... Porque aí ele tem que solicitar à Câmara de Vereadores.  
735 Ele também sofre da não garantia que a Câmara vá votar pela expansão urbana. Eu  
736 não sei qual é a composição política da Câmara. Mudou a eleição agora. Então nós  
737 não podemos cobrar de certa forma essa solução com uma... E a SEDESE, e aí eu  
738 vou falar como eu falei no início da nossa conversa, a SEDESE é um ente federado,  
739 tem que respeitar o município, se ele falar que não quer, também, nós temos que  
740 respeitar. Não podemos falar que o município é obrigado, ninguém obriga o município

741 a fazer isso. É uma decisão política o prefeito. Então esta alternativa que é a única da  
742 solicitação do prefeito pode demorar tempo e mesmo assim se ele quiser, nós ainda  
743 não conversamos com ele depois da eleição. Vamos tentar fazer isso agora, o  
744 Secretário Cássio, inclusive, já está tentando conversar com o prefeito pra ver se ele  
745 se interessa, após a eleição, solicitar à Câmara de Vereadores a expansão urbana e aí  
746 você pode fracionar e mandar passar para as famílias. Mas enfim, não é uma solução  
747 definitiva. Então aqui realmente nós estamos num gargalo, nós estamos num gargalo,  
748 pode passar. Aqui são as duas opções que eu falei "Solicitação à Prefeitura e ao  
749 INCRA", pode passar. O que nós estamos supondo, sugerindo? Ta, Geraldo, aí é uma  
750 sugestão ao Conselho... Que até neste mês de novembro a gente possa pensar...  
751 Porque aí a gente vai trabalhar nesse caso específico, "Extensão de quintal". A gente  
752 fazer um grupo de trabalho porque aí eu acho que tem que ter o Conselho trabalhando  
753 porque o Conselho que é o responsável pela condicionante aprovação do PAS, a  
754 SEDESE, estou solicitando dois representantes da sociedade, da comunidade de  
755 Nova Soberbo, e dois representantes do consórcio. Pra gente apresentar à Plenária,  
756 porque a gente tem um prazo até dezembro pela Resolução, uma proposta de atuação  
757 na extensão de quintal, uma vez que é um problema mais grave que a gente só tem  
758 essa solução. Independentemente disso a SEDESE vai conversar com o prefeito pra  
759 ver a possibilidade de ele encaminhar à Câmara de Vereadores, mas (a gente queria)  
760 esse grupo de trabalho e em um mês a gente tem que resolver isso e trabalhar para  
761 tentarmos achar uma possibilidade. Então, a extensão de quintal, mais uma vez, nós  
762 fomos prejudicados por esses dois fatores, eleição e greve do INCRA que nos  
763 atrasou... Na definição até pra falar que não pode foi demorado pra gente, não é? E a  
764 gente está propondo isso aí para que a gente possa estabelecer uma solução  
765 definitiva pra extensão de quintal. - Pode passar -. Com relação a registro dos imóveis  
766 que era outro gargalo, qual é a situação? Nós temos, já, regularizados 107 imóveis,  
767 também está tudo aqui. A equipe da Consolação fez todo o acompanhamento, o  
768 consórcio encaminhou à equipe do CEAS e a Consolação, com a sua dedicação, não  
769 é Consolação, fez todo o trabalho de acompanhamento. Tem uma divergência pelo  
770 consórcio e até mais, mas nós preferimos pegar pelo CEAS porque o CEAS que está  
771 conferindo, então tem uma divergenciazinha de números ali, mas a fonte que nós  
772 estamos utilizando é o Conselho porque a gente entende que é o órgão legítimo pra  
773 falar se aquilo ali está certo ou se está errado. Então, na maioria, já está regularizado,  
774 tem algumas pendências que não tem como a gente estabelecer prazo porque tem  
775 pendências que às vezes depende do morador, tem algumas burocracias, mas o que a  
776 gente vai fazer, a "gente" que eu falo é a equipe de monitoramento, é justamente  
777 acompanhar pra resolver o resto daquelas pendências. À confirmar ainda tem 16; à

778 transferir, só 20; inventário, 21; não regularizada, 11; regularizada, 107; sem  
779 informação só 3. Então estão num processo bom de andamento pra se resolver isso  
780 definitivamente com relação ao registro dos imóveis que era outro gargalo que tem,  
781 também, dentro daqueles cinco ponto que nós colocamos, pode passar. Bem, feito  
782 isso, dos cinco pontos eu estou destacando a questão de extensão de quintal que  
783 realmente a gente precisa de uma proposta melhor e de conversar não só com a  
784 comunidade, com o consórcio e com o CEAS com relação à extensão, tentar chegar a  
785 um... É fundamental realizar, estabelecer uma equipe de monitoramento. Por quê?  
786 Esses trabalhos estão estabelecidos em cronogramas que vão, como eu disse,  
787 perpassar 2013. O que eu estou sugerindo? Uma equipe de monitoramento composta  
788 pelo CEAS, SEDESE, consórcio e representante da sociedade. Esta equipe vai  
789 testar... O consórcio vai, mensalmente, elaborar o relatório de execução atestado por  
790 essa equipe. Por quê? Esse relatório vai vir para o CEAS e o CEAS poderá  
791 acompanhar pela sua prerrogativa, pela sua competência a execução de todos esses  
792 planos que estão aqui. Quem vai atestar? A comunidade, a SEDESE, o CEAS e o  
793 consórcio, ou seja, se tiver algum problema, alguma coisa, esse relatório vai ser  
794 encaminhado ao CEAS que vai voltar à discussão. Então, o consórcio se  
795 comprometeu a executar dentro do cronograma. Agora é claro, não é, gente,  
796 monitoramento pode ter alguma coisa, pode ter algum atraso, isso é plenamente  
797 factivo desde que a equipe de monitoramento justifique porque está atrasando e  
798 tudo... A gente tem bom senso, sabe, porque às vezes está enrolando e quando não  
799 está enrolando. Então a equipe de monitoramento feita pela SEDESE e pelo CEAS,  
800 também, vai poder acompanhar isso, não é? Então, o encaminhamento pelo consórcio  
801 do relatório de execução mensal até o final do seu cronograma pra reparo das casas,  
802 pra questão da água, enfim. - Pode passar -. Comunicação e transparência,  
803 disponibilização dos relatórios da SEDESE no site, como eu disse, todo esse relatório  
804 que está sendo encaminhado pelo Secretário Cássio por meio de ofício ao Presidente  
805 Geraldo estará no site da SEDESE, então qualquer um pode acompanhar, pode  
806 questionar, pode usar o relatório pra informação, isso é pela lei da transparência.  
807 Então quando estava na controladoria a gente trabalhou demais isso e discutiu demais  
808 e hoje tem uma lei de acesso à informação sancionada a partir de 16 de maio.  
809 Comunicação a comunidade de Nova Soberbo sobre as decisões e cronogramas  
810 aprovados. O que nós queremos fazer? Depois da deliberação do CEAS eu entendo,  
811 Presidente, deva se fazer um trabalho junto à comunidade falando do que foi aprovado  
812 do cronograma, explicando... Como se fosse uma assembléia, uma plenária lá, é uma  
813 comunidade relativamente pequena, a gente poderia reunir essa comunidade lá  
814 mesmo, no espaço, e apresentar o que foi deliberado depois que o CEAS deliberou,

815 isso aqui que vai ser feito, está no site da SEDESE, vai ser um comunicado oficial do  
816 Conselho para que a comunidade, também, saiba do que vai ser realizado. São as  
817 formas de comunicação e transparência que eu acho mais viáveis e mais pertinentes  
818 nesse caso de Candonga. - Pode passar -. E as considerações finais, sendo a primeira  
819 vez que esse tipo de intervenção é solicitado à SEDESE pelo CEAS, consideramos  
820 que todos os esforços possíveis foram realizados pela equipe da SEDESE com o  
821 objetivo de encaminhar as melhores propostas e solução das pendências. Como eu  
822 disse, Presidente, é a primeira vez que a SEDESE realiza esse trabalho num caso  
823 específico de Candonga, no caso específico na comunidade, no município. Nós  
824 tivemos total apoio, seja da comunidade, do consórcio, dos órgãos do Estado, do  
825 Conselho, a gente agradece pelo Secretário Cássio a confiança depositada à  
826 SEDESE. E nós, também, trabalhamos, como eu disse, a primeira vez. Pelo um prazo  
827 exíguo, pela complexidade do problema do processo de dez anos. Nós fizemos isso  
828 em quatro meses. É o ideal, é unanimidade, claro que a gente não ia ter, a gente sabe  
829 que isso aí em nenhum lugar existe unanimidade, não é? Mas nós fizemos  
830 prevalecendo a comunidade, prevalecendo as pessoas, conversando com as pessoas,  
831 e nesses eixos que nós entendemos ( ) que, por exemplo, não estava nem previsto,  
832 nós forçamos o consórcio a fazer uma proposta. Então, a SEDESE fez o que foi  
833 possível e eu falo que... Eu sou Secretário Adjunto da Secretaria grande, lá tem  
834 Assistência, Direitos Humanos, Travessia, Poupança Jovem... Eu me dediquei, o  
835 Secretário Cássio, a equipe da SEDESE, grande parte do tempo a esse trabalho. Não  
836 é fácil, a gente tem demanda de todo o Estado de Minas Gerais, o tempo inteiro. Estou  
837 aqui apresentando por determinação o pedido do Conselho, pelo Secretário, enfim,  
838 pelo Governo em geral e pela comunidade e, também, pelo consórcio. Então, toda  
839 essa representação da SEDESE, todo esse esforço, eu queria que vocês  
840 considerassem isso, por mais que tenha fragilidades, pode ter alguma vulnerabilidade  
841 no caso de extensão de quintal, pode ter alguma coisa que a gente precisa avançar,  
842 mas não é tarefa trivial, não. Você conversar, ver pontos divergentes, conversar com  
843 as pessoas, exigir do consórcio cronograma, prazo, conversar com os órgãos do  
844 Estado que também eles têm as atribuições deles pra se dedicarem a esse caso  
845 específico, não é? Então eu queria aqui ressaltar e parabenizar toda a equipe da  
846 SEDESE, a Nívia, a Roberta, Consolação. [Fala fora do alcance] Ah, o filme! Nós  
847 vamos passar aqui, pra fechar, porque eu já estou sendo chato, então, eu só queria  
848 ressaltar isso e agradecer a todos. Esse trabalho tinha que ter um fim, a SEDESE foi  
849 solicitada por Resolução, é um caso específico, então, nós entendemos que a  
850 participação da SEDESE, como o Secretário pediu, ela praticamente finda aqui e  
851 agora passa para o Conselho para deliberar e aí nós não temos mais competência,

852 simplesmente mostrar ao Conselho e o Conselho, como órgão que é de controle  
853 social, vai deliberar sobre o que nós apresentamos. Então eu, mais uma vez,  
854 Presidente, gostaria de agradecer e estender aos todos conselheiros e vou passar  
855 aqui, em dez minutos, o filme que nós fizemos lá só pra conhecer a comunidade de  
856 Nova Soberbo. Muito obrigado! 🎵 ÁUDIO DO FILME 🎵 "... ambientais e demais  
857 condicionantes ao tipo de empreendimento. A partir de 2003 iniciou-se o processo de  
858 desocupação de toda a área urbana e de algumas propriedades rurais do distrito de  
859 São Sebastião do Soberbo, pertencente ao município de Santa Cruz do Escalvado. A  
860 população atingida foi realocada para o nosso assentamento construído pelo  
861 consórcio Candonga em virtude da formação do lago da Usina e consequente a  
862 alagamento de grande parte da área do antigo distrito. Hoje, o distrito é conhecido  
863 como Novo Soberbo. A sede do município de Santa Cruz do Escalvado está localizada  
864 a aproximadamente 15km do novo distrito e pode ser acessado por estrada  
865 pavimentada. A população local, segundo dados do Censo de 2010 é próximo de  
866 cinco mil habitantes. A criação do núcleo urbano de Novo Soberbo inicialmente foi  
867 baseada em estudos sobre os tamanhos das propriedades e moradias existentes no  
868 antigo São Sebastião do Soberbo conforme Plano de Controle Ambiental aprovado  
869 pelo FEAM. Buscou-se manter as áreas dos lotes atuais com a mesma relação de  
870 tamanho das antigas propriedades. Também foi considerado negociações realizadas  
871 com proprietários e moradores do local. A partir daí foram construídas vários tipos de  
872 moradias visando atender da melhor forma e com menor impacto possível as  
873 necessidades dos moradores. As vias foram concebidas pavimentadas, executadas  
874 com meio fio e passeio, canteiros e arborização. Três modelos básicos exemplificam  
875 os tipos de construção. Este é um modelo com quatro quartos, temos uma sala, em  
876 seguida, uma outra sala ou copa, o corredor com o primeiro quarto, banheiro, segundo  
877 quarto, terceiro quarto, segundo banheiro e mais um quarto. Aqui aparece a cozinha,  
878 uma área de serviço já com algumas modificações introduzidas pelo morador e a área  
879 de terreiro. Este é o modelo com três quartos, essa residência possui uma área lateral,  
880 temos uma sala, uma segunda sala ou copa, área de cozinha, área dos quartos,  
881 primeiro quarto, segundo quarto, banheiro e terceiro quarto. Aqui, na área de serviço,  
882 já existem algumas modificações realizadas pelos moradores. Essa residência possui  
883 dois quartos, esta é a sala, a cozinha, este é o primeiro quarto, o banheiro e o  
884 segundo quarto. A área de serviço original também já foi modificado e anexado mais  
885 um cômodo. O terreiro anexo à residência está abrigando um pequeno pomar e uma  
886 horta. Alguns problemas ainda são apontados pela comunidade em relação às  
887 moradias. Nessa moradia a cozinha ficou posicionada para a rua. Várias casas  
888 apresentam infiltração provenientes da caixa d'água. Algumas residências não

889 possuem quintal. Neste caso duas residências ocupam o mesmo lote. O acesso é feito  
890 por um corredor compartilhado pelas duas residências. O quintal tem pequenas  
891 dimensões. Nessa residência a existência de uma mina d'água ocupa parte do terreiro  
892 e jorra constantemente o que exigiu sua canalização. O distrito de Novo Soberbo  
893 apresenta, ainda, como parte de sua infra-estrutura urbana básica, sistema de  
894 abastecimento de água e esgotamento sanitário, posto de saúde, coleta e tratamento  
895 de lixo, energia elétrica, instalações para a Polícia Militar, centro comercial, instalações  
896 da escola, um mirante, praça de esportes e lazer, trilha para caminhada e estádio de  
897 futebol com iluminação. Este terreno é a área reservada para cultivo pela comunidade.  
898 Alguns moradores iniciaram e mantém o cultivo de diversos vegetais." GERALDO  
899 GONÇALVES - Muito bem, nós gostaríamos de agradecer o Dr. Juliano pela  
900 apresentação feita e gostaria que antes de abrir chamar a nossa conselheira Nívia,  
901 nossa Vice-presidente do Conselho pra estar comigo aqui à Mesa e o nosso diretor, o  
902 Secretário Marcelo Armando pra estar aqui conosco, à Mesa. A Mesa Diretora fica  
903 composta na falta da nossa Secretária Adjunta que ainda não teve uma substituição.  
904 Após a apresentação e aí eu penso que é um momento propício e rico porque a gente  
905 tem as pessoas que compõem e acompanharam o processo aqui presente pra nos  
906 darem as justificativas e/ou explicações que merecerem, assim sendo, eu vou abrir  
907 para perguntas, questionamentos e/ou colocações, primeiro para os conselheiros do  
908 Conselho do Estado e logo em seguida nós daremos a fala para os representantes do  
909 empreendimento que aqui estão e para os representantes para a Associação dos  
910 Atingidos que também estão presentes. E após a essas duas partes nós abriremos  
911 para a Plenária se houver necessidade e vontade de questionar ou de fazer  
912 colocações que forem devidas sobre o projeto. Eu pediria à Consolação para que me  
913 auxiliasse aqui ou alguém da secretaria Executiva para notar as inscrições. Por favor,  
914 por crachá. E gostaria que a gente fizesse algumas tratativas... Óbvio que aqui é um  
915 espaço de contraposições e de divergências, no entanto, eu gostaria que a gente as  
916 tratasse de forma construtiva participando de um diálogo onde a gente possa ouvir e  
917 exclamar. E com certeza eu me permito aqui, me dou o direito de não deixar que  
918 estabeleça um confronto de forma a não ser via diálogo. Então, por inscrição as  
919 pessoas terão o direito de falar, todos com liberdade pra expressar e da mesma forma  
920 de dar réplica e se necessário for daremos a tréplica, mas, por favor, num clima de  
921 que a gente possa realmente avançar no processo e aprovar ou não. Conselheira,  
922 Tanit, por favor, você já foi eleita substituta no lugar da conselheira Bete, por favor,  
923 componha a Mesa conosco. Então, a Mesa Diretora do Conselho é Presidente e Vice-  
924 secretário e Secretário Adjunto, ta com Marcelo Armando e a conselheira Tanit, e a  
925 Nívia de Vice-presidente. Nós temos, ainda, a Diretoria Ampliada e a gente fez a

926 composição dela com os coordenadores de cada uma das comissões que aqui estão  
927 presentes, mas aqui nós vamos deixar só a Mesa Diretora sem ser Ampliada pra  
928 facilitar o processo. Está aberto, então, para as inscrições, primeiro para os  
929 conselheiros, a inscrição primeira o Marcelo Armando. MARCELO ARMANDO - Bom  
930 dia a todos os presentes! Meu caro Presidente, prazer revê-lo hoje pela manhã. Ao  
931 nosso Secretário. Eu pediria, antes de entrar nas questões específicas da  
932 apresentação, que nos fosse colocado a Resolução nº 404 e peço isso, Dr. Juliano,  
933 considerando a última fala que você disse quanto à responsabilidade do CEAS. E por  
934 que digo isso? Porque, no meu entendimento, e aí eu peço a compreensão dos  
935 conselheiros, no meu entendimento a responsabilidade do CEAS terminou com a  
936 edição desta Resolução, quando a gente transfere para a SEDESE a competência  
937 para resolução das questões apresentadas em Candonga. Por favor, deixa eu ver o  
938 Artigo 1º. Olha só, "Fica encerrado o processo de mediação da Mesa Diretora entre os  
939 atingidos e o consórcio Candonga para fins de solução dos conflitos". Artigo 2º, "Fica a  
940 Secretaria de Desenvolvimento Social responsável por tratar os pontos pendentes e  
941 conflitantes relativos ao Plano de Assistência Social e conseqüentemente  
942 intermediação entre os atingidos empreendedores". Por que eu digo isso, gente?  
943 Porque eu fico pensando o seguinte, na verdade, agora, compete ao CEAS o  
944 monitoramento e não mais atuação enquanto órgão executor porque na nossa  
945 compreensão o órgão executor passa, então, a ser a Secretaria de Estado. Nós, que  
946 desde um primeiro momento, equivocadamente, resolvemos fazer... Isso nós já  
947 discutimos em outros momentos... Mas considerando que nós temos convidados hoje  
948 e é uma Plenária Descentralizada, nós entendemos que nós não podemos confundir  
949 controle social com órgão executor e, portanto, a gente tem o entendimento de que  
950 órgão de execução não pode ser o CEAS e sim a Secretaria de Estado. Então,  
951 portanto, eu penso que nós não temos que deliberar nada aqui, hoje. Nós temos que  
952 atender aquilo consta na Resolução e que foi apresentado pela SEDESE, o seu  
953 planejamento e os resultados obtidos. Considerando a fala do Dr. Juliano, hoje a  
954 SEDESE põe um ponto final naquilo que entendeu que eram os trabalhos que foram  
955 apresentados e que foram amplamente discutidos pela equipe técnica. O artigo 3º  
956 quando fala do prazo ele diz que fica definido o prazo de 30 de dezembro como prazo  
957 da apresentação do desenvolvimento do seu planejamento e os resultados obtidos.  
958 Parece, e em cima da fala do Dr. Juliano, este já é o desenvolvimento do  
959 planejamento e os resultados obtidos. Então, a compreensão que nós temos que ter é  
960 que exaustivamente trabalho pela SEDESE e aí rendo meus cumprimentos à SEDESE  
961 pelo trabalho que foi executado devido à gama de pessoas envolvidas, não somente  
962 SEDESE, mas também outros órgãos públicos que participaram desse processo de

963 construção e aí, mais que claramente, nos remete à própria lei que destaca a  
964 autonomia e competência ao Conselho Estadual pra tratar deste assunto que quando  
965 nessa mesma lei ela vai dizer que ao Estado compete a criação do PRÓ-ASSISTE. E  
966 isso que nos foi apresentado hoje como proposta de desenvolvimento de  
967 planejamento pra mim é o PRÓ-ASSISTE porque o PRÓ-ASSISTE compreende uma  
968 multi... MARCELO ARMANDO - ... desta execução que ora é apresentada. Então,  
969 diante dessas considerações iniciais e aí eu me permito, depois que ouvir outros  
970 também entrarem em outras questões, mas eu acho que de plano, Senhor Presidente,  
971 a gente já tem que ter esse entendimento de que nós não temos que deliberar nada  
972 aqui, hoje, porque, como eu já disse, o entendimento de que a responsabilidade é de  
973 fato e de direito a partir da Resolução da SEDESE e que nós iremos monitorar a  
974 Resolução daquilo que está sendo apresentado que são os resultados obtidos  
975 posteriormente porque dentro do Plano de Ação tem questões que serão  
976 apresentadas em março e apresentadas em abril. Então essas são as minhas  
977 considerações iniciais e aí, posteriormente, depois de algumas outras discussões eu  
978 entro, especificamente, no que foi apresentado, lógico, pra dar condições aos outros  
979 conselheiros. Muito obrigado! GERALDO GONÇALVES - No que diz respeito à  
980 colocação que o conselheiro Marcelo nos traz, eu diria que vou passar ao Dr. Juliano  
981 pra dar a resposta, mas diria que logo em seguida a gente pode tentar, em função da  
982 quantitativa de inscrições que houverem, a gente talvez tentar fazer em bloco. No  
983 entanto, essa eu acho que tem primordial importância em função de dois fatos  
984 relevantes. O primeiro deles é que realmente na apresentação se fala na composição  
985 de uma comissão sobre a coordenação do CEAS e também tendo como o conselheiro  
986 Marcelo colocou, que a coordenação é da SEDESE uma vez que responsabilidade  
987 operacional é dela. E sem querer fugir ao papel precípua do Conselho Estadual que é  
988 fazer o acompanhamento e isso nós estaremos fazendo com toda certeza, inclusive,  
989 no direito de fiscalização e monitoramento, também, esse colegiado estará fazendo. O  
990 outro quesito é no que diz respeito ao prazo muito bem claro e foi, inclusive,  
991 concordado com ambas as partes quando da elaboração e aprovação da Resolução  
992 de acordo com a publicação feita no Diário Oficial do Estado. Estando dentro do prazo,  
993 também quero concordar com o conselheiro Marcelo, no que diz respeito a não  
994 deliberação em função da apresentação feita. Eu também gostaria sobre as duas  
995 posições, Dr. Juliano, que o senhor fizesse as considerações e avançando um pouco  
996 mais no que diz respeito à apresentação feita e um dos quesitos durante a  
997 apresentação que a gente observa são correções que existem (inúmeros) problemas...  
998 Correções que existem na construção civil das casas feitas e imagino que problemas  
999 que foram manifestados muito em função de não concordância ou de não participação

1000 dos atingidos quando do projeto arquitetônico porque penso eu que se tivesse a  
1001 participação deles, talvez, o fato mais gritante é a cozinha ter ficado do lado oposto, os  
1002 engenheiros e arquitetos tivessem concebido a casa no modelo que era vontade de  
1003 quem iria realmente ocupar. E agora se faz correção com desperdício de dinheiro e  
1004 problemas que a gente precisa fazer correção. Nesse quesito eu te pediria que fizesse  
1005 um comentário no que diz respeito nesse processo agora a participação efetiva de  
1006 quem realmente vai receber possivelmente o retorno daquelas violações que já  
1007 aconteceram que o próprio empreendimento por natureza é violador de direito.  
1008 JULIANO FISICARO BORGES - Obrigado, Presidente! Conselheiro Marcelo, eu  
1009 concordo plenamente, a gente tem que estar sempre bem definido de quais são os  
1010 papéis, Conselho como controle social, SEDESE como órgão articulador e executor,  
1011 Consórcio. Eu acho que a única coisa que diverge ali e que nós podemos corrigir, que  
1012 no papel do monitoramento a gente coloca o CEAS se não me engano na extensão de  
1013 quintal o CEAS como o coordenador. Eu acho que a gente pode trocar e deixar a  
1014 SEDESE mesmo, isso aí não vai, talvez, alterar em nada o monitoramento... Dos  
1015 relatórios mensais, sim, o CEAS, pelo seu papel institucional. Isso aí pra mim está  
1016 claro e nós estamos, né... A única coisa que tem que ficar claro é o seguinte, que  
1017 neste processo quem executa é o Consórcio. O empreendimento é responsabilidade  
1018 do Consórcio. A SEDESE foi responsável por articular ações e com órgãos públicos  
1019 que poderiam ter algumas políticas que também fugiam da competência do Consórcio  
1020 que eram políticas públicas mesmo, de Estado, Governo Federal, Município, isso aí é  
1021 papel da SEDESE, isso aí é nosso, nós fazemos no Estado inteiro. Agora, a execução  
1022 de obras, de reparo, de água, de tudo, é do Consórcio. A SEDESE entrou como  
1023 intermediária, a responsabilidade é única e exclusiva do Consórcio. Então, feita essas  
1024 considerações e esses esclarecimentos eu entendo que estamos convergindo para a  
1025 mesma opinião com esta, talvez, observação de colocar a SEDESE naquele caso que  
1026 estou sugerindo que o CEAS tem toda a competência pra discutir e deliberar, enfim,  
1027 decidir, em que, em vez do CEAS, se coloque a SEDESE como o órgão ainda  
1028 responsável por uma articulação. Acho que é só ali, agora o papel (de montar) que é o  
1029 fundamental, viu, conselheiro, que vai ser durante as obras... O que nós apresentamos  
1030 é plano, é plano, vai começar as coisas a serem executadas. Então, ( ) falar assim  
1031 "Solucionou?", não solucionou, não, está encaminhado. Vão começar a ser... Então,  
1032 por isso que o monitoramento é fundamental porque o Consórcio sabe e eles estão  
1033 representados aqui que se eles fugirem disso aqui eles podem ter complicações com  
1034 relação ao Conselho... Com uma Resolução cassada e tudo... Eles estão plenamente  
1035 conscientes disso. Nós conversamos muito bem com o Consórcio. Eles têm que fazer  
1036 o papel deles de executar o que está aqui. Claro, como eu falei, às vezes pode ter um

1037 atraso, alguma coisa, isso é plenamente justificável, dependendo, desde que a  
1038 comissão relate. Então, o papel fundamental agora é o monitoramento do que está  
1039 feito aqui. Então eu acho que são esses esclarecimentos que eu queria colocar, fazer,  
1040 e demonstrar que eu acho que o protagonismo hoje da execução é do próprio  
1041 Consórcio. A SEDESE, no papel, fica com um papel quase que cumprido até porque  
1042 depois nós vamos ter que tocar nossa vida de SEDESE que não é fácil. GERALDO  
1043 GONÇALVES - Conselheiro Marcus e logo em seguido a conselheira Cristiane.  
1044 MARCOS - Bom pessoal, bom dia a todos! Bom dia ( ). Eu queria só trazer algumas  
1045 contribuições. Primeiro eu acho que trazer no sentido de poder colaborar porque eu  
1046 acho que as informações que a SEDESE trouxe são muito claras e principalmente na  
1047 linha do que o Marcelo colocou quando você traz que a gente tem um prazo que vai  
1048 até dezembro e que eu acho que o CEAS de justamente acompanhar e monitorar esse  
1049 processo. Primeiro, quando se traz com relação às informações eu percebi e aí traz as  
1050 informações, que a maioria da atividade do grupo é rural, são atividades rurais e aí  
1051 justamente já vem uma dúvida, essa atividade, eu vi lá que existe uma área onde...  
1052 [Fala fora do alcance] Existe uma área que é onde faz a parte produtiva. Só uma  
1053 dúvida, qual é o tamanho dessa área? Porque tem aquela parte que aí cada um ficaria  
1054 com 360m<sup>2</sup>, mas existe a área produtiva, qual é o tamanho dessa área? A outra coisa  
1055 é com relação aos cursos, eu percebi que vocês trouxeram uma série de cursos para  
1056 as famílias que estão naquela área com o objetivo justamente de beneficiar, só que  
1057 quando a gente pensa do ponto de vista de que existe a maioria desse público tem  
1058 uma atividade rural e aí eu não sei se isso é do ponto de vista dos assalariados,  
1059 diaristas ou se são pessoas que trabalhavam na ( ) que aí isso acaba variando um  
1060 pouco, mas eu percebi que talvez precisaria também de cursos nessa área. Por  
1061 exemplo, na própria ( ) bovinocultura, ( ) no plantio de uma determinada... O cultivo da  
1062 mandioca, do feijão, um exemplo que eu estou dando, essa é uma outra questão.  
1063 Quando a gente fala também em inclusão produtiva não basta só a gente ter os  
1064 cursos, a gente precisa ter os cursos, mas qual é a forma que esse pessoal vai poder  
1065 desenvolver e aí quando se traz os cursos, por exemplo, pedreiro...Ta, vamos ter 20  
1066 pessoas na comunidade que vão fazer pedreiro, vão ter tantos que vão fazer de  
1067 pintura, mas como que vai deslanchar isso para que esses cursos que essas pessoas  
1068 estão sendo capacitadas elas vão ter condições de executar e fazer com que essa  
1069 capacitação que elas tiveram possa gerar renda para as famílias e para aquela  
1070 comunidade. Então essa eu acho que é uma outra questão que a gente precisa  
1071 pensar. Outra coisa com relação à parte de bovinocultura quando vocês trouxeram é  
1072 que existe um grupo de pessoas, me parece que não é tão grande, mas que tem  
1073 algumas atividades e, inclusive, está trabalhando em parceria com a EMATER. ( ) a

1074 articulação disso, por exemplo, o próprio crédito do PRONAF poder ser utilizado ou  
1075 essas famílias já têm o gado, o espaço que pode ser criado e precisaria só do  
1076 aperfeiçoamento? Então, pra mim eu acho que era interessante a gente poder clarear.  
1077 E nesse sentido, também da área produtiva, como que se articula, também, a  
1078 produção dos alimentos, por exemplo, você está produzindo a mandioca, verduras, a  
1079 gente articular com programas, por exemplo, igual PNAE, o próprio PAA, que pudesse  
1080 produzir, que as pessoas produzissem e pudessem vender porque aí você acaba  
1081 tendo, também, uma fonte de renda. E por último, uma outra questão que é com  
1082 relação a quando se trouxe aqueles problemas ali das plantas, da casa, da própria  
1083 cozinha, só uma dúvida, as famílias que participaram desse processo tinham  
1084 conhecimento? Porque como que você constrói, por exemplo, um processo meio que  
1085 invertido... Ou a família consentiu naquele processo no início e depois ela falou que  
1086 era um problema, né? Então eram só essas dúvidas. Obrigado. GERALDO  
1087 GONÇALVES - Está cheio de dúvidas, conselheiro. Mas é claro, é válido e tem que  
1088 perguntar. Eu notei aqui, com relação aos cursos, o que foi feito? A Secretaria do  
1089 Trabalho já faz isso, ela faz um levantamento, como eu disse, eu estive em campo, fez  
1090 um levantamento e tem uma oferta muito grande de cursos e identificou quais seriam o  
1091 cursos mais, digamos, aproveitáveis com a maior demanda lá. O que você disse com  
1092 relação à empregabilidade... Isso é um, digamos, um anseio, um objetivo de todo o  
1093 Estado, né? Quando você faz o curso de qualificação e tudo... E não é a comunidade  
1094 de Nova Soberbo é nó Estado inteiro... E a Secretaria do Trabalho já foi da SEDESE...  
1095 Nosso desafio é intermediar e jogar essa pessoa no... Dar empregabilidade a ela,  
1096 então, o município de Nova Soberbo tem as características como qualquer outro  
1097 município. Você tem uma peculiaridade do mercado de trabalho lá, você tem uma  
1098 região de Ponte Nova que é um pólo e você tem um desafio de justamente, além da  
1099 qualificação... Porque qualificação sem empregabilidade, também, que a gente fala...  
1100 O objetivo é a empregabilidade, então a Secretaria do Trabalho tem que fazer  
1101 intermediação e colocar eles no mercado de trabalho. Garante? Não! Ninguém pode  
1102 garantir. Nós fizemos um curso com a TRIP, por exemplo, a TRIP, empresa aérea,  
1103 estava precisando de 100 pessoas, nós fizemos o curso de 100 pessoas certinho, 80  
1104 pessoas foram empregadas e as 20 não... Foram qualificadas no mesmo curso, por  
1105 quê? Porque a diretoria de recursos humanos lá identificou pelo processo de seleção  
1106 que aquelas vinte pessoas não poderiam, seria quase que uma vaga casada. Então  
1107 isso nós passamos no estado inteiro. Então, o objetivo final, como você está falando, é  
1108 dar empregabilidade. Vai ser 100%? Não posso garantir, pode ser, mas não posso  
1109 garantir que vai ser 100%. O objetivo final é esse. Agora, sem a qualificação... Aí que  
1110 você não consegue mesmo a intermediação. Com relação à empregabilidade... Com

1111 relação à área rural que você falou da EMATER, se tem PRONAF e tudo... O que  
1112 aconteceu? A EMATER já tinha feito na região, na Fazenda Sete Quedas, que foi uma  
1113 comunidade, também, atingida, né? Ela já tinha feito um trabalho anterior naquela  
1114 comunidade e eles têm uma peculiaridade lá. Tem até o representante, o presidente  
1115 está ali, o Reinaldo, se quiser esclarecer depois e tudo. E a EMATER ratificou a  
1116 questão da bovinocultura ali. O que vai acontecer? Eles só identificaram o que seria,  
1117 no relatório deles, o negócio ali, pra eles, conversando com a comunidade. O  
1118 Consórcio irá contratar a EMATER pra fazer um projeto, pra realizar aí. Aí sim vai vir  
1119 PRONAF, a EMATER faz isso rotineiramente, colocar o que tem que ser feito de linha  
1120 de financiamento e aí vai ser do projeto. O que nós fizemos foi o seguinte, qual é o  
1121 negócio que precisa ali? A comunidade com a EMATER, bovinocultura. Agora o  
1122 Consórcio contrata a EMATER e a EMATER vai fazer um projeto para que eles  
1123 desenvolvam e trabalhem ali com a ajuda do Consórcio, com o Consórcio trabalhando  
1124 ali. Então, essas dúvidas sobre financiamento e tudo com certeza estarão no projeto  
1125 que o Consórcio vai contratar da EMATER que será, também, monitorado e objeto de  
1126 relatório mensal do grupo de trabalho que vai monitorar. Qual é a outra sua dúvida? As  
1127 casas, né? Aí eu não sei... Do tipo assim, você ta falando se não participou da  
1128 elaboração do projeto da casa, não é essa a sua dúvida? É, eu não sei como é que...  
1129 Aí o Consórcio poderia, depois, responder porque isso aí eu não tenho essa... Se  
1130 quiser, Presidente, eles... MARCOS - Só quando eu perguntei com relação... Só os  
1131 tipos de cursos porque lá eu percebi que tinham mais de outras atividades e não da  
1132 rural. E com relação ao espaço. MARCELO MICHERIF - Marcelo Micherif, eu sou  
1133 gerente sócio ambiental do Consórcio Candonga. Sobre a questão das casas, são 119  
1134 moradias na área urbana de Nova Soberbo. São 17 casas de uma tipologia no qual a  
1135 cozinha foi construída virada para a rua e naquele momento houve manifestações  
1136 contrárias, também, pelas famílias que tiveram as casas com cozinhas viradas para a  
1137 rua e foi feita uma consulta procurando negociar, definir com cada família qual quer  
1138 seria o encaminhamento. Então ela poderia ser indenizada ou poderia fazer alteração  
1139 naquele momento da cozinha que estava virada pra rua pra parte de trás ou uma outra  
1140 opção de fazer uma cozinha no meio formando ou não um corredor. E das 17 casas 3  
1141 resolveram trocar a cozinha que antes estavam virada para a rua e 14 receberam a  
1142 indenização conforme os termos de declaração. Dessas casas, das 14 que definiram  
1143 pela indenização naquele período, ficou solucionado pelo Consórcio, então, e foi  
1144 encaminhando, inclusive, aos órgãos sobre esse processo e a aceitação daquelas  
1145 famílias em relação à questão da cozinha virada para a rua. Nesse momento por  
1146 liberalidade do Consórcio, entendendo que isso, inclusive, ia auxiliar no bom  
1147 andamento dos trabalhos, na continuidade desses trabalhos, nós definimos por

1148 atender aos pleitos das famílias que queriam ter as cozinhas viradas para a parte de  
1149 trás das casas, conforme o pleito inicial mesmo desconsiderando a negociação que  
1150 naquele momento existiu, então, o que está sendo feito nesse momento é que cada  
1151 uma das famílias foram revisitas, foi feito um novo projeto e apresentado à SEDESE  
1152 um cronograma de execução dessas obras caso as famílias ainda tenham interesse  
1153 de ter essas cozinhas viradas para a rua. GERALDO GONÇALVES - Conselheira  
1154 Cristiane, por favor. CRISTIANE - Bom dia! Dr. Secretário, tem mais membros da  
1155 mesa, bom dia a todos! Eu acho que a pergunta do Marcus eu senti falta de uma  
1156 resposta e aí eu vou retomar uma questão que é a questão... Ele sentiu falta pelo que  
1157 entendi da fala dele dos cursos para a questão da produção rural uma vez que foi  
1158 apresentado que a questão da maior população ou maior produção é rural. Eu acho  
1159 que talvez poderia, depois, retomar isso, assim, inclusão produtiva para uma  
1160 população, que segundo dados que a SEDESE traz, maior parte é produção rural não  
1161 esclareceu ali que estão sendo voltados pra essa população, talvez, depois pode  
1162 retomar para esclarecer, ta? A segunda questão, Secretário, que eu acho que precisa  
1163 ficar claro até com o resgate que o Marcelo fez da Resolução é em relação ao grupo  
1164 de trabalho, considerando, exatamente o que nós colocamos na Resolução, o  
1165 encerramento da responsabilidade porque nós temos a responsabilidade de monitorar  
1166 esse processo, mas das tratativas da negociação do CEAS nós não podemos, no meu  
1167 entendimento, fazer parte e muito menos coordenar um grupo de trabalho que vai,  
1168 novamente, fazer tratativas, fazer negociações, fazer levantamentos. Quer dizer, é  
1169 como se nós estivéssemos, de alguma forma, retomando algo que nós já fizemos ou  
1170 tentamos fazer e realmente não foi possível. Eu queria ressaltar, dentro desse  
1171 processo que a gente vem acompanhando, que a apresentação da SEDESE mais  
1172 uma vez nos demonstra a complexidade desse processo, mostra que não é tão  
1173 simples resolver uma situação como está colocada, então, eu queria só ressaltar isso  
1174 e esclarecer que a gente... Eu entendo, né, que nós não podemos coordenar esse  
1175 grupo de trabalho, poderemos contribuir, sim, com o processo de monitoramento do  
1176 processo como é o nosso papel como Conselho Estadual, mas fazer parte do grupo e  
1177 coordenar um grupo isso não é possível a partir do entendimento da Resolução. São  
1178 essas as minhas questões. GERALDO GONÇALVES - Conselheiro Volney. VOLNEY -  
1179 Bom dia a todos! A Cristiane já me contemplou em parte da minha pergunta... A minha  
1180 outra pergunta é pra SEDESE, que esteve lá, como que ficou a situação, pelo que me  
1181 parece, de dois portadores de sofrimento mental? Qual foi o encaminhamento dado  
1182 por parte da SEDESE? GERALDO GONÇALVES - Conselheiro Marcelo. MARCELO  
1183 ARMANDO - Olha, então feita aquelas considerações iniciais e levando em conta o  
1184 que foi apresentado, eu atentei a alguns pontos que também foram levantados aqui no

1185 que diz respeito... Eu até anotei aqui, conceitualmente pra mim, o que seria inclusão  
1186 produtiva e o que seria reativação econômica considerando que os cursos  
1187 apresentados, talvez dada a minha falta de competência sobre o assunto, eu fiquei  
1188 sem saber se cursos poderiam ser considerados, conceitualmente, como inclusão  
1189 produtiva ou como reativação econômica, então, isso pra mim ainda não está claro.  
1190 Esse é um ponto. No que diz respeito à extensão de quintais, como dito pelo Dr.  
1191 Juliano, fala da área de expansão urbana de uma possibilidade do município  
1192 transformar aquela área em expansão urbana. Em, considerando, que o município  
1193 acate, já que o grupo de trabalho vai tratar sobre o assunto, eu penso que uma coisa,  
1194 eu até dizia ontem para os colegas conselheiros, uma coisa é o município fazer e  
1195 transformar uma área rural em área de expansão ou em área urbana e a outra coisa é,  
1196 efetivamente, a urbanização. A urbanização ( ) projeto considerando toda uma  
1197 legislação que trata sobre os condomínios, sobre a formas de fazer um loteamento...  
1198 Parece que se for área urbana seria um caso de loteamento e aí seria abertura de  
1199 ruas, calçamentos, iluminação, rede de esgoto "parará, parará". Bom, em sendo  
1200 considerado isso e aí a gente já pode até já pensar pra este grupo de trabalho que  
1201 será criado, do compromisso, como próprio Dr. Juliano disse uma coisa é a SEDESE  
1202 fazer essa tratativas e outra coisa é a execução pelo empreendimento, né? E, sendo  
1203 assim, penso que no meu entendimento essa responsabilidade de urbanização seria  
1204 do próprio Consórcio. Quanto ao grupo de trabalho eu também concordo com o que foi  
1205 falado pela conselheira Cristiane. No que diz respeito à filmagem apresentada eu  
1206 participei da primeira visita que foi feita no empreendimento e quando ainda era um  
1207 povoado muito bonitinho, aquelas coisas próprias de zona rural, e me assustei quando  
1208 eu vi as fotos porque eu não tinha voltado lá. Eu vi uma cidade dentro de uma área  
1209 rural que foi, também, transformada e que era uma área rural que se transformou  
1210 numa área urbana pra poder atender aquela peculiaridade naquele momento. E fiquei  
1211 impressionado com a falta de sensibilidade que teve o... Daquele que fez o projeto de  
1212 urbanizar, de fazer aquelas moradias. Pra mim, sinceramente, é algo terrível você  
1213 entender uma área que antigamente era rural e fazer uma cidade com todas aquelas  
1214 aberrações de engenharia que foram apresentadas ali naquele empreendimento.  
1215 Casas geminadas numa área rural, gente. É um absurdo. Corredor de acesso... Que  
1216 dizer, então, com várias, várias falhas técnicas do meu ponto vista que já não querem  
1217 dizer mais nada, eu sei que é simplesmente, eu, enquanto conselheiro no direito de  
1218 manifestar a minha indignação da forma como foram tratados aqueles atingidos  
1219 naquele momento histórico que ocorreu a fatídica modificação do seu status quo. Mas,  
1220 de qualquer forma, passaram-se dez anos e várias situações ocorreram durante esses  
1221 dez anos que, inclusive, tudo aquilo que a gente propôs há dez anos hoje a realidade

1222 é outra, considerando, inclusive, a idade das pessoas, as modificações próprias que  
1223 ocorreram com as famílias e tal. De repente tudo aquilo que foi apontado como  
1224 condicionante naquele momento talvez hoje não seja mais aquilo que realmente a  
1225 população necessita, mas é o que nós temos para... Palpável hoje para atender.  
1226 Então, diante disso, apesar de entender a forma como foi conduzido o processo de  
1227 urbanização daquela região, penso que dado agora ao planejamento e a execução  
1228 dos serviços que serão postos lá a população deve ser ouvida. A população precisa  
1229 de, também, participar de todo o processo e acho que esse grupo de trabalho onde os  
1230 atingidos terão a participação da discussão eu acho que será um momento único para  
1231 discussão. E aí penso que a gente sabe que naquela região existem grupos que têm  
1232 entendimentos divergentes, a gente sabe que tem o grupo lá que entende uma forma,  
1233 outro grupo entende outra, então penso que nesse grupo de trabalho deveriam ter os  
1234 dois participantes até mesmo pra poder dar condições à SEDESE de fazer a tratativa  
1235 da melhor maneira possível. É isso, Presidente! GERALDO GONÇALVES -  
1236 Conselheiro Márcio. MÁRCIO - Bom dia a todos! É um grande desafio isso que foi  
1237 apresentado aqui, hoje. Eu estou no Conselho já pelo segundo mandato. Entrei no  
1238 Conselho num determinado momento onde a discussão sobre os processos... Os  
1239 empreendimentos estavam bem iniciados, né? E participei ativamente, também, do  
1240 processo da tentativa que o Conselho manifestou, na tentativa da intermediação dos  
1241 conflitos entre o empreendimento e os atingidos. Nós chegamos ao nosso nível de  
1242 esgotamento das nossas ações dentro do Conselho do ponto de vista até mesmo de  
1243 amadurecimento do limite de ação do Conselho. Nós transferimos ou foi colocada uma  
1244 situação bem clara que (possa) para o Estado que o Conselho não teria mais essa  
1245 competência para estar dando o encaminhamento das questões relativas ao  
1246 empreendimento e aos atingidos. O que nos foi apresentado aqui, agora, retrata toda  
1247 aquela discussão anterior das dificuldades que foram apresentadas e os caminhos que  
1248 são possíveis de serem alcançados. Significa que é possível construir um processo de  
1249 conciliação para a resolução desse conflito. Eu acho que é importante o nosso  
1250 amadurecimento. Eu acho que nesse aspecto Minas dá um salto extremamente  
1251 qualitativo nessa linha de abordagem, de empreendimentos, por quê? Ela está  
1252 trazendo pra uma instância de deliberação às questões o Estado está intervindo com  
1253 todas as suas ações, as suas possibilidades para a busca de uma solução de um  
1254 conflito. É muito importante colocar essa situação porque é um grande desafio e que  
1255 acredito é interesse de todas as partes buscarmos uma alternativa que seja viável  
1256 para todos. Isso piamente porque isso foi vivenciado dentro das comissões na  
1257 tentativa de compor para a resolução desse conflito no Conselho. Eu acho que o  
1258 grande caminho que está sendo construído ou foi construído essa trajetória nos dá

1259 essa visibilidade. É possível que seja construído. Agora, esse percorrer deste caminho  
1260 também nos trouxe a grande maturidade. O Controle Social tem limites de ações e  
1261 isso para o Conselho foi fundamental porque nós tínhamos um entendimento que era  
1262 possível, dentro do Conselho, construir. Nós chegamos a uma conclusão que não era  
1263 possível, por quê? A demanda apresentada extrapolava a área de competência do  
1264 Conselho. O Estado fez a sua intervenção e propôs uma ação concreta que está posta  
1265 aqui pra gente que é fato que existem ainda grandes desafios que são proposições  
1266 que têm que ser monitoradas e acompanhadas. Eu não quero ser repetitivo aqui nas  
1267 falas de conselheiros anteriores e coloco as situações bem claras que situações que já  
1268 foram vivenciadas como, por exemplo, o aspecto da inclusão produtiva dos cursos que  
1269 já foram ofertados pelo empreendimento que foram contrapostos pelos atingidos que  
1270 foi um objeto de discussão dentro do Conselho, foi colocado novamente, aqui, essa  
1271 discussão, então são grandes desafios que nós temos pela frente pra entender qual é  
1272 esta demanda real da comunidade como já foi apresentada e diagnosticada e quais  
1273 são os caminhos que podemos alcançar com isso. Temos que os cursos apresentados  
1274 na inclusão produtiva nós temos aí vários aspectos de... Não se há uma garantia no  
1275 emprego, como foi colocado aqui. Isso é posto pelo próprio mercado, mas há uma  
1276 tentativa de busca para que haja essa empregabilidade, isso é um outro ponto.  
1277 Existem oportunidades, não talvez no próprio município, mas na região como um todo.  
1278 Então são vias alternativas que estão sendo construídas. E é fato que é desafio e o  
1279 Conselho está muito maduro para acompanhar esses desafios. O que nós  
1280 percebemos e entendemos e isso eu falo do ponto de vista de Márcio, conselheiro, a  
1281 garantia dos direitos dos atingidos como também o direito do empreendimento têm  
1282 que ser observados. Peço a todos essa linha de raciocínio. É necessário e é possível  
1283 compor, é possível, vai depender da grande habilidade de cada uma das partes darem  
1284 sequência para que a gente consiga alcançar os objetivos que foram propostos aqui.  
1285 Participo, também, com os meus colegas conselheiros que já foram antecedentes a  
1286 mim do nosso limite de ação do ponto de vista da resolução que a nossa competência  
1287 para deliberação sobre esse processo se encerrou a partir do momento que foi feito a  
1288 Resolução, ela foi publicada, e que o Conselho tem a característica de monitoramento  
1289 e acompanhamento de todo o desenvolvimento neste processo. Obrigado! GERALDO  
1290 GONÇALVES - Obrigado, conselheiro Márcio. Vou passar a conselheira Roberta, na  
1291 fala de quem eu encerro as inscrições para os conselheiros. ROBERTA - A minha fala  
1292 vai um pouco, também, na linha do Márcio. Eu acho que quando o Márcio pontua essa  
1293 preocupação nossa de a gente estar todos nessa Plenária aqui imbuídos de... Nos  
1294 atemos às informações... Buscar até o que não tiver de informação aqui e clarear, por  
1295 isso a importância da discussão, do debate, pra gente fazer um esforço conjunto de

1296 todas as partes para a solução do problema porque se não tiver esse espírito de nada  
1297 adianta Resolução delegando a "A", a "B", a "C", para a solução dos problemas. Se  
1298 nós não estivermos imbuídos de ter um olhar para a solução do problema porque o  
1299 resultado dessa questão nada mais é que são os atingidos que a gente está  
1300 buscando. E aí, no esforço que o Secretário fez a apresentação dele, claro, e ali vocês  
1301 podem perceber do ponto de vista do material que está ali são bastante intensas as  
1302 informações que têm ali. Quer dizer, no esforço ele tentou sintetizar até pra gente não  
1303 ficar aqui o tempo todo. E todo o processo que nós vivemos nesse momento pra  
1304 construir essas propostas aí uma coisa ficou muito clara pra gente, a gente ouviu, sim  
1305 a população, ouviu de várias formas. Ouviu visita, ouviu com cartas, ouviu com  
1306 reuniões, ele colocou as reuniões que foram colocadas, quer dizer, nenhuma dessas  
1307 questões foram construídas sem ter essa escuta. Se foi uma escuta que agradou, que  
1308 foi desejada ou não desejada aí é outra discussão. É outra discussão que ninguém  
1309 consegue fazer essa equação. GERALDO GONÇALVES - Completando, também,  
1310 conselheiros, desculpa. Os outros órgãos do Governo também escutaram, não é só a  
1311 SEDESE. Quando a EMATER vai lá ela escuta. Quando a Secretaria do Trabalho vai  
1312 lá é Governo. ROBERTA - Isso. Então, assim, teve um esforço muito grande. Outro  
1313 esforço e aí eu queria clarear para o Marcus o seguinte, pelos dados que foram  
1314 colocados e quando a gente chega lá na comunidade a maior parte da população não  
1315 é rural... Porque lá virou uma comunidade urbana, então, quando faz aquele trabalho  
1316 que está sendo proposto pela inclusão produtiva e que foram especialistas lá, quer  
1317 dizer, nós não estamos trabalhando com o astismo porque quando faz a articulação ( )  
1318 que são especialistas na área deixa de ser astismo, deixa de ser intuitivo, né? É uma  
1319 proposta técnica concreta que está sendo colocada. Ela sai do astismo, então quando  
1320 está se propondo pra Sete Quedas, por exemplo, que também foi uma comunidade  
1321 que foi ouvida e essa proposta dessa construção que a EMATER vai ser contratada  
1322 pra fazer lá vai ser em conjunto com essa comunidade. E todas as regras, todas as  
1323 Resoluções, tudo que deva ser feito para resolver o problema dessa questão da  
1324 criação bovina vai ser feito. Com quem? Com especialistas, com um grupo que acha  
1325 que pode ser isso, acha que pode ser aquilo. A Secretaria do Trabalho está indo nessa  
1326 perspectiva da qualificação com um olhar de especialistas do que é possível trabalhar  
1327 na geração de renda na inclusão do ( ) trabalho com aquele grupo de pessoas. Então  
1328 esse foi o esforço, assim, não teve nenhum momento uma produção, uma construção  
1329 de propostas isoladas e nem com uma parte somente. Foram com todos os autores e  
1330 com muita clareza que é aquilo que o Secretário falou. Aquilo que é dever do  
1331 Consórcio ele vai cumprir, vai cumprir. E assim, dentro da perspectiva do  
1332 monitoramento do Conselho entendo eu que é o melhor caminho para o Conselho

1333 monitorar. Quer dizer, dentro do que foi proposto a gente estar apresentando e  
1334 apresentar. Aí fica a cargo do Conselho criar, estrategicamente, uma forma de estar  
1335 monitorando, inclusive, pra gente também porque grande parte dessa situação se  
1336 encontra hoje até pela dificuldade do Conselho de monitorar, por quê? A gente só  
1337 chega no Conselho quando chega na perspectiva da denúncia e muitas vezes já com  
1338 conflitos instalados. Então, eu queria só ressaltar essa questão pra gente poder  
1339 entender essa "coisa" que foi colocada e essas questões, assim, de poder entender  
1340 que nós não construímos isso dentro de um gabinete, não. Entendeu? Quer dizer todo  
1341 o Governo do que foi acionado, inclusive, todas as partes do Governo que foram  
1342 acionadas foram à comunidade pra ver, pra sentir, pra conversar e pra dialogar. Eu  
1343 gostaria que a Nívia respondesse aquela parte que o Volney perguntou em relação à  
1344 questão do portador de deficiência. NÍVIA - Bom, respondendo a pergunta do  
1345 conselheiro Volney, não foi citado aqui, né, esses dois casos de pessoas com  
1346 sofrimento mental que foram identificadas na comunidade porque não fazia parte das  
1347 pendências desse plano, mas nós estivemos no município, a nossa superintendente  
1348 de política de assistência social mais a diretoria de gestão do SUAS estiveram no  
1349 município em reunião com a equipe da gestão municipal da assistência social e nós  
1350 identificamos não só esses casos, mas como outros casos que teriam perfil para  
1351 estarem incluídos em algum programa social e não estavam, reunimos, também, com  
1352 a secretária de Educação e de Saúde na SEDESE e no município e nós constatamos,  
1353 através de um diagnóstico, que havia muito descaso do poder público local com  
1354 aquela comunidade. E aí eu quero fazer uma relação com a apresentação que a gente  
1355 viu ontem, aqui, do CRAS Rural de Montes Claros. Lá é um caso que teria uma  
1356 demanda enorme pra um trabalho de equipe volante do CRAS ou de um CRAS Rural.  
1357 Lá a gente vê claramente a ausência da política pública de assistência social. Não  
1358 existe fortalecimento de vínculo comunitário, não existe um trabalho de convivência  
1359 comunitária. E esses dois casos, Volney, eram descasos do poder público que já estão  
1360 sob o acompanhamento do CRAS e da saúde mental do município. Nós tivemos que  
1361 fazer um plano de providência com a gestora da Assistência Social para que esses  
1362 dois casos fossem acompanhados e resolvidos. Era uma falta de acompanhamento  
1363 mesmo da política pública municipal. O Adriano, o caso que era mais grave, que  
1364 sinalizava para um certo abandono, era falta de tratamento e falta de BPC, então, ele  
1365 já deve estar incluído no BPC, nós fizemos a documentação dele no dia do mutirão da  
1366 cidadania e o CRAS ficou encarregado, junto à família, nós responsabilizamos a  
1367 família dos dois casos a assumirem a tutela deles. Nós tivemos que ir para identificar  
1368 que eram casos de abandono do poder público, mas demos o encaminhamento,  
1369 demos um prazo, eles estão dentro do prazo para nos dar uma resposta definitiva do

1370 acompanhamento e da solução do abandono desses dois casos. GERALDO  
1371 GONÇALVES - Dr. Juliano. Dr. JULIANO - Eu acho que as perguntas do conselheiro  
1372 Volney já foram respondidas pela Nívia. Com relação ao conselheiro Marcelo que falou  
1373 sobre a questão da escuta das pessoas da comunidade, a Roberta respondeu, isso de  
1374 fato aconteceu. E a questão do curso que vocês... Roberta também já fez explanação  
1375 que a gente... Eu, por exemplo, peguei o que a Secretaria do Trabalho... Acionei quem  
1376 é especialista, né? E o que estava falando ali é o diagnóstico do CEAS de que  
1377 prevalece a população rural. Não quer dizer que às vezes eles estão desempregados  
1378 ou que precisam de cursos, então, quer dizer, se a Secretaria do Trabalho  
1379 identificasse que precisaria obviamente eles teriam colocado, então, eu não tenho  
1380 detalhe na minha cabeça sobre (o que é) uma Secretaria do Trabalho, eu que  
1381 simplesmente confiei no que eles fizeram, EMATER, eu não tenho nem conhecimento  
1382 sobre o que eles fizeram porque eles que sabem fazer... Fazem isso todos os dias.  
1383 Então, acho que as perguntas foram respondidas, do conselheiro Volney, também, a  
1384 Nívia respondeu. Eu vou ter que sair porque tenho que voltar à Belo Horizonte. Eu  
1385 queria deixar registrado, aqui, mais uma vez que nós, da SEDESE, procuramos, com  
1386 maior imparcialidade possível, dentro das nossas limitações, num prazo mais uma vez  
1387 curto porque a questão é complexa e ainda temos pontos a tratar como a extensão do  
1388 quintal, ainda... Agradecer a colaboração do Consórcio, agradecer a colaboração da  
1389 comunidade, porque nós não tivemos problemas sem divergências de opiniões, isso aí  
1390 é comum num processo, isso a gente nem considera problema. Então eu vou deixar  
1391 aqui, a SEDESE... A Roberta está aqui, a Nívia está aqui, fazem parte do Conselho,  
1392 são da SEDESE, vai ser aberto posteriormente para a sociedade civil, à comunidade,  
1393 para o Consórcio falar. Eu não poderei estar aqui, pois terei que pegar o vôo, mas aí  
1394 fica só esse registro da procura da isenção da transparência que a SEDESE, em todo  
1395 o processo, promoveu. Isso desde o início, a gente promoveu a transparência, a  
1396 isenção. Obviamente, tratamos mais com o Consórcio porque pode surgir essa dúvida  
1397 porque o consórcio, como eu disse, é o que vai executar, eles que são responsáveis  
1398 pela ação. Então, eu gostaria, conselheiro, muito obrigado pela consideração, pelo  
1399 trabalho que foi dedicado e destinado à SEDESE. Eu vou ficar sabendo das  
1400 deliberações depois do que foi definido e o que vocês deliberarem, o que vocês  
1401 decidirem, a SEDESE vai procurar cumprir como vem tentando cumprir na melhor  
1402 maneira possível, respeitando o Conselho. Muito obrigado, Consolação, mais uma vez  
1403 obrigado pelo apoio. Bom dia a todos e bom trabalho pra vocês. GERALDO  
1404 GONÇALVES - Ok, obrigado, Dr. Juliano. Eu penso que aquilo que você apresentou  
1405 teve uma visão intersetorial, teve a participação de vários outros órgãos públicos do  
1406 Governo do Estado, e assim sendo, penso que o maior ganho do colegiado, Conselho

1407 Estadual e junto com órgão gestor, e aí penso até que todos os conselhos municipais  
1408 dos entes federados a estado, será esse processo agora que se faz e se constrói, ele  
1409 dá origem a realmente a gente retirar do papel e efetivar, de fato, o PROASSISTE e  
1410 pra isso como eu estou devendo mesmo uma reunião com o nosso Secretário de  
1411 Estado eu gostaria que Vossa Excelência marcasse uma reunião do Conselho o  
1412 Secretário de Estado e você pra agendar o ponta pé inicial ao PROASSISTE. Muito  
1413 obrigado, Dr. Juliano, bom retorno. Eu vou passar a fala, agora, para os  
1414 representantes dos atingidos. Agora estão as duas partes para se manifestarem, pode  
1415 ser os empreendedores ou os atingidos que quiserem manifestar, por favor, fiquem à  
1416 vontade. Não? Ok! Então vamos ouvir, então, os atingidos. Os empreendedores não  
1417 querem se manifestar. [Fala fora do alcance]. Ok, então, a ideia deles é ouvir primeiro  
1418 os atingidos e se houver necessidade depois não se preocupem que nós daremos  
1419 direito à réplica. Eu gostaria que, enquanto eles decidem quem fala, de manifestar  
1420 mais uma vez à toda a Plenária que essa tratativa que a gente faz aqui é uma tratativa  
1421 de responsabilidade do Controle Social e do Conselho Estadual e, assim sendo, nós  
1422 trouxemos para o Norte de Minas, nessa Descentralizada, que é muito para os  
1423 companheiros conselheiros, inclusive, aqueles que compõem os fóruns,  
1424 principalmente para Bete enquanto representante da União de Conselhos da Regional  
1425 Norte, dessa tratativa, como é que se procede, como que se faz, como se trata as  
1426 contraposições, as nossas divergências, mas, sobretudo, a gente fazer cumprir aquilo  
1427 que de direito nos foi dado, não para o Governo, municipal ou estadual ou federal, mas  
1428 pela constituição federal quando principalmente consolidou os conselhos como  
1429 instância de deliberação e construção da política pública. Pois não, Antônio, da  
1430 Associação dos Atingidos de Candonga. ANTÔNIO - Gente, bom dia a todos!  
1431 Referente ao que foi tratado aqui nessa manhã, segundo o Secretário... Porque a  
1432 gente ficou até contrariado com a saída do Secretário porque nós viemos aqui, hoje, é  
1433 obrigado, assim, que a gente... Obrigação, não! A gente vem naquela expectativa que  
1434 ele precisava de nos ouvir, ouvir os atingidos através de nós porque na verdade  
1435 muitas decisões ele falou que tomou, mas ele tomou as decisões sem ouvir a  
1436 comunidade, sem estar junto à comunidade, sem fazer alguma reunião com a  
1437 comunidade. Então, para nós, atingidos, sentimentos desrespeitados nessa parte por  
1438 ser dono... GERALDO GONÇALVES - Antônio, deixa eu só fazer um corte, eu vou  
1439 convidar a conselheira Roberta para vir até à Mesa na qualidade de Subsecretária de  
1440 Estado e que fará a substituição do conselheiro... (Cássio) que acompanhou o  
1441 processo desde o início, também. Pode continuar, por favor, desculpe-me pela  
1442 interrupção. ANTÔNIO - Sem problema! Então, o que acontece? Nós nos sentimos  
1443 prejudicados com isso porque nós temos a escola o exemplo dado pelo CEAS. O

1444 CEAS acompanhou lá no campo, o CEAS acompanhou, fez reuniões com a  
1445 comunidade, o CEAS se fez presente em tudo, o CEAS acompanhou tudo, agora, o  
1446 que a gente vê é o seguinte, o Secretário se reuniu com o empreendedor. O  
1447 empreendedor não tem pendência, o empreendedor tem é que cumprir obrigações,  
1448 quem tem pendências somos nós, os atingidos. Os direitos são os nossos que estão  
1449 nas mãos do Secretário, entendeu? Então, ele está negociando ou tratando de  
1450 resolver os nossos negócios sem nós, donos do negócio, sabermos o que se passa.  
1451 Então, nós nos sentimos ofendidos, desrespeitados, então, nós viemos aqui hoje...  
1452 Nós queremos a retirada de tudo, trouxemos, inclusive, uma ata do poder público do  
1453 Conselho Municipal que está de acordo com nós, também, nós já entregamos para o  
1454 CEAS um ofício pedindo a retirada de nossas coisas da SEDESE e nós viemos aqui  
1455 hoje, estamos aqui em posse com uma ata pelo Conselho Municipal pedindo a mesma  
1456 coisa, também, porque o nosso Conselho nunca foi ouvido pelo Secretário. Nós nos  
1457 sentimos totalmente ofendidos porque os direitos são os nossos e nós não estamos  
1458 sabendo de nada na verdade. Nossas coisas estão sendo negociadas como qualquer  
1459 coisa, como banana na feira, e aquilo ali é uma irresponsabilidade que são direitos de  
1460 uma comunidade que está em dificuldade há 10 anos. Eu queria fazer uma tratativa  
1461 aqui, também, é o seguinte, referente à reativação econômica. Vai dar um bolo  
1462 miserável. Vai dar, não... Já deu! Porque em nossa comunidade nós não aceitamos  
1463 essa travessia que nem ele está falando aí de pequenas rendas. Nós queremos,  
1464 Presidente, é aquilo que nós conversamos que o senhor esteve presente lá, reunimos  
1465 com a comunidade, já ficou definido, nós já fizemos a vez do Consórcio Candonga que  
1466 nós fizemos o projeto do matadouro e eis é a única reativação econômica que nós, a  
1467 comunidade, aceitamos lá. É o matadouro. Por quê? O Secretário quando fez a sua  
1468 fala deixou claro porque ele falou, por exemplo, nesse pessoal que fez curso, por  
1469 exemplo, vai cem pessoas, pega oitenta pessoas e arrumam emprego, que isso não é  
1470 a verdade porque na demanda, hoje, de emprego aí fora quem faz um cursinho que  
1471 nem eles fizeram lá simplesmente aprende a abrir a imagem de um computador, entrar  
1472 em algum programa, mas a pessoa não tem capacitação, não tem qualidade para  
1473 passar num teste e ele vai ter uma demanda muito grande aí fora com muitas pessoas  
1474 boas que vão pegar a vaga de emprego e ele vai ficar do lado de fora. E essas  
1475 pessoas, por exemplo, que não conseguirem arrumar emprego vão ser sustentadas  
1476 com o que? Quem vai garantir a sobrevivência deles? Essa reativação econômica que  
1477 nós, comunidade, decidimos, essa daí tem uma renda através da cooperativa que  
1478 atende à todas as famílias, não é um rio de dinheiro, é uma renda que pelo menos é  
1479 suficiente para a pessoa comprar o básico para dentro de casa para não passar  
1480 necessidade. E veja, Presidente, que já são 10 anos que nós estamos nessa luta, o

1481 empreendedor nunca teve a compreensão de oferecer nada para nós. Até o projeto  
1482 desse matadouro, que é de obrigação do empreendedor, nós, com muitas  
1483 dificuldades, através da Universidade de Viçosa, com muita dificuldade, com muita  
1484 luta, assumimos a posição do empreendedor montando um projeto para realizar o  
1485 desejo do coração dos atingidos de terem os seus negócios e terem segurança. Isso  
1486 não é obrigação nossa, é obrigação do empreendedor. Por quê? Montar um projeto  
1487 tão pequeno daquele ele não sabe, mas montar uma barragem de todo o tamanho  
1488 para gerar renda em cima do que é nosso, em cima dos nossos direitos, ganhar  
1489 dinheiro, patrocinar carnaval no Rio de Janeiro, oito milhões de reais, patrocinar jogos  
1490 pan-americanos, patrocinar exposição em Ponte Nova e muitas outras coisas, ele  
1491 sabe fazer, agora, cumprir com sua obrigação para montar uma segurança de  
1492 sustentabilidade de vida para as famílias que ele colocou em dificuldade isso aí ele  
1493 não sabe. O projeto está pronto e esse é o projeto que a comunidade aceita e que os  
1494 atingidos aceitam porque é um projeto que atinge a todos, aqueles que trabalham e  
1495 aqueles que já estão impossibilitados de trabalhar, mas ele precisa de comer, ele toma  
1496 remédio, ele precisa de viver, então, é um projeto que atinge a todos através do  
1497 cooperativismo. Então, esse que é o projeto que nossa comunidade aceita. E  
1498 referente, agora, à situação das casas com as cozinhas viradas para a rua, eu gostaria  
1499 de perguntar ao Marcelo quantos anos faz que ele trabalha Consórcio Candonga.  
1500 Quantos anos faz que você trabalha no Consórcio? Um ano? Então, senhor  
1501 Presidente, a pessoa que trabalha 1 ano, 1 ano que ele trabalha lá, esse processo é  
1502 processo de 10 anos. Nós acompanhamos esse processo desde o início até agora. O  
1503 Marcelo acabou de dizer que 17 casas receberam indenização, foram indenizadas...  
1504 17 casas. [Fala fora do alcance]. 17, não, mas sim 14. 14 casas. A minha casa vai ter  
1505 que virar a cozinha porque está ao contrário, vai ter que virar para o fundo, então, a  
1506 gente que vai querer, então, que além de virar a cozinha para o fundo ainda me dá  
1507 indenização, também, que nem os outros receberam porque eu não recebi  
1508 indenização de nada e sim fui obrigado a suportar a conviver numa casa neste tempo  
1509 todo com tristeza, com angustia, revoltado da vida. Eu não tenho nada a ver com o  
1510 que o outro fez, mas desde uma vez que o outro recebeu uma indenização e vai ser  
1511 feito o negócio pra ele iguais aos meus, então, a obrigação deles é pagar pra mim,  
1512 também, pelo menos essa diferença. Outra coisa, sobre a capacitação que foi falado  
1513 aqui... Muito bem! Eu sou soldador formado pelo SENAI, tenho diploma, trabalhei na  
1514 SCANIA, trabalhei na FORD, trabalhei na YAMAHA, trabalhei em muitas empresas, a  
1515 competição é grande e o camarada que aprende a dar uns pingos de solda conforme  
1516 aprendeu no SENAI, ele não é um soldador, não, ele simplesmente teve uma noção  
1517 de solda e nesse caso, conforme esses cursos que estão saindo lá, não está saindo

1518 curso com pessoa que tem noção, não, está saindo curso com pessoa formada,  
1519 pessoa capacitada, pronta para trabalhar, e isso não é verdade, Senhor Presidente.  
1520 Tem que levar em consideração que isso não é a verdade. Então essas pessoas terão  
1521 dificuldade. Por que a Vale, então, é tão grande, tão poderosa e ela tem campo para  
1522 tudo isso, por que essas pessoas que ela capacitou, então, ela não coloca dentro da  
1523 empresa dela? Se eles estão formando não estão bons? Eles já vão entrar logo com  
1524 renda suficiente... Vai para a empresa dela. Tem ela, tem a SAMARCO, que é trabalha  
1525 junto, são sócias dali de ouro Preto. Entendeu, então põe essas pessoas lá dentro.  
1526 Não são bons profissionais? Então ele tem campo, a demanda para ele vai ser  
1527 pequena e ela tem espaço porque ela tem uma firma, então a gente vê que não é a  
1528 verdade. E questão da EMATER, também, estar envolvida lá na Sete Quedas,  
1529 conforme foi falado. Fala aí e muito de representação de Sete Quedas, dos atingidos  
1530 de Candonga. O CEAS sabe muito disso, está ali a Consolação, a Rosa está ali,  
1531 também, são as pessoas mais velhas que a gente conhece no CEAS. Há muitos e  
1532 muitos anos, desde o início que essas meninas - eu falo meninas, assim, por questão  
1533 de serem mais novas que eu -, desde o início que elas me conhecem eu estou nessa  
1534 briga lutando pelos direitos dos atingidos. Agora, é uma ação que estava morta, não  
1535 tinha nada, estava morto, na luta, na guerra, eu confiante em Deus e na luta e na  
1536 guerra e sabendo que os direitos da gente um dia tinham que vir à tona, tinham que  
1537 aparecer, depois que estava tudo perdido e Deus ajudou (com compreensão), com  
1538 pessoas ainda honestas e sinceras neste país, as coisas tomaram outro rumo. Então,  
1539 agora, apareceram muitos representantes, então eu gostaria, também, que o CEAS e  
1540 a SEDESE... Que fizessem, então, com que os representantes trouxessem um abaixo  
1541 assinado com nome e documento das pessoas que eles representam porque eu sei, o  
1542 órgão é uma coisa, agora, eu quero saber o que eu represento. Cadê as pessoas que  
1543 eu represento? Entendeu? Porque lá na Sete Quedas, na verdade, tem o Reinaldo  
1544 que é presidente da Associação, mas a maioria das pessoas que estão lá estão  
1545 cadastradas na nossa lista, entendeu? Nós representando eles. Então, pra gente não  
1546 ter um confronto, não ter uma confusão que é uma vergonha isso aí, a gente pediria  
1547 que eles trouxessem um abaixo assinado com o nome e número de documento da  
1548 pessoa que eles representam porque nesse momento que as coisas estão andando  
1549 apareceram muitos representantes, mas na hora que o negócio estava "zero" lá e que  
1550 não tinha mais jeito, com todo sofrimento e toda luta, foi o Antônio, foi o Tônico e foi o  
1551 Geraldo, né... É que conseguiram restabelecer essa situação. Então seria bom porque  
1552 quando a gente representa a gente representa o povo e quem representa o povo tem  
1553 responsabilidade porque eu não posso brincar com essa situação porque tem lá uma  
1554 enorme multidão que está esperando resultado através de reuniões que nós fizemos e

1555 o desejo e o anseio deles do direito deles, então, Senhor Presidente, a coisa a séria,  
1556 não é brincadeira. Conforme eu disse, quando ( ) meu negócio, é o meu negócio, se  
1557 ele dar errado é problema meu, mas se é negócio dos outros a coisa é complicada, é  
1558 complicada! Então, quando se fala (da EMATER), olha, sinceramente, eu já tenho  
1559 conhecimento de pessoas da EMATER... O Consórcio Candonga, numa certa época,  
1560 arrumou um representante da EMATER e ele foi negociar conosco um terreno  
1561 pequenininho de 250m<sup>2</sup> esse cara da EMATER só faltava fazer isso dar ouro. eu até  
1562 falei com ele que se eu fosse ele eu arrendava um terreno e com a capacidade que ele  
1563 tem de fazer um terreno dar uma renda tão grande que ele arrendasse esse terreno e  
1564 usasse a sabedoria dele que com três meses ele comprava a Vale do Rio Doce,  
1565 entendeu? Comprava! Porque esse homem só faltava fazer isso dar ouro, entendeu,  
1566 Senhor Presidente? Então, as coisas são muito sérias porque todo mundo sabe que a  
1567 Vale do Rio Doce é uma empresa que tem dinheiro e tem influência grande, então a  
1568 gente tem que ter cuidado porque todas as áreas que ela trabalha ela sempre tem  
1569 uma forma de conseguir alguém para querer favorecer as coisas ao seu favor. Então a  
1570 gente tem muito medo dessa situação, desse pessoal da EMATER. Questão, também,  
1571 do prefeito, isso aí eu gostaria que o Juliano estivesse aqui pra ele já sair desiludido  
1572 de uma vez com essa história de prefeito. O prefeito não vai passar a área rural para  
1573 urbana. Isso aí pode tirar de letra porque ele não vai passar. Sabe por que ele não vai  
1574 passar? Porque ele respeita a comunidade que tem apoiado ele, porque a terra não  
1575 presta, já passaram três engenheiros agrônomos e a terra não presta, quem passou lá  
1576 e falou que a terra é boa simplesmente foi um cara da EMATER quem falou isso. Olha,  
1577 Senhor Presidente, o senhor esteve lá e viu, lembra o lado daquele centro comunitário  
1578 que nós estávamos e fizemos a reunião? Pode ver que na beirada do córrego tem lá...  
1579 Foi plantada uma área de reserva ambiental do Consórcio, se a terra fosse boa eles  
1580 tinham plantado lá no alto, Senhor Presidente, mas não, eles plantarão lá em baixo na  
1581 beirada do córrego porque ali daria para vingar as coisas, entendeu? A terra lá em  
1582 baixo não é igual a de cima, não. Lá em cima é um cupim que tem debaixo da terra  
1583 que come mesmo toda a plantação que dá ali e não adianta as pessoas quererem  
1584 questionar porque eu moro lá, conheço lá. O Ralf, aquele menino de Viçosa que  
1585 esteve na SUPRAM, ele ia mostrar lá... Arrancou cinco pés de mandioca para dar três  
1586 raizinhas pequeninhas, Senhor Presidente. É onde que eles queriam enfiar na gente  
1587 essa terra. E referente, também, de divergência de opiniões, é conforme eu acabei de  
1588 dizer, eu, por exemplo, e o meu irmão, somos representantes dos atingidos. Para essa  
1589 reunião que tem aqui hoje nós não tivemos nenhum convite. É uma reunião que trata,  
1590 Senhor Presidente, das coisas dos atingidos que nós representamos e nós não  
1591 tivemos nenhum convite para estarmos hoje, aqui. Mas eu estou vendo ali o Reinaldo,

1592 a Cristina, que naturalmente foram convidados pelo Consórcio, estou vendo ali um  
1593 pessoal de Rio Doce que naturalmente foi convidado pelo Consórcio, foi pago  
1594 passagem de avião para eles estarem aqui, entendeu? Então, a gente observa o  
1595 seguinte, se eles vieram com o Consórcio, foram pagas todas as despesas deles... A  
1596 nós, por exemplo, eu e meu irmão somos representantes, nós descobrimos por não  
1597 sermos bobos e nós lutamos pelos nossos direitos, mas por que eles foram  
1598 convidados e nós não? Qual o interesse que existe nisso aí, Senhor Presidente?  
1599 Senhores conselheiros, nós queremos saber disso aí. Por que há um interesse tão  
1600 grande nessa situação? Então, não se pode ter dois pesos e duas medidas, não. Eu  
1601 respeito muito bem o Reinaldo, respeito a Cristina, respeito o pessoal de Rio Doce,  
1602 são meus amigos, até, mas eu quero dizer o seguinte, em consideração do  
1603 empreendedor existem dois pesos e duas medidas, aparentemente existem dois  
1604 interesses nessa situação. O que a gente observa é isso aí, Senhor Presidente,  
1605 entendeu? Então, eu peço ao CEAS, que nessa situação, que continue fazendo a  
1606 justiça e que essa situação que o Juliano deixou aí é inaceitável para nós. Nós não  
1607 aceitamos essa situação de reativação econômica, seja lá dado o nome do que for,  
1608 nós não aceitamos isso porque nós já temos o plano de reativação econômica já  
1609 montado, o projeto está montado. E que haja, pelo menos, um pouco de respeito por  
1610 parte do Secretário para os atingidos. Que haja um pouco de respeito nessa parte  
1611 porque os atingidos que são donos da pendência, eles quem sabe o que é de melhor  
1612 para eles. Não são os outros que estão por fora, terceiros, que vão fazer que ele coma  
1613 aquilo que queira dar, não, porque os atingidos não tiveram participação disso  
1614 conforme teve com CEAS, mas nós acreditamos no CEAS porque o CEAS vai  
1615 continuar dando a tratativa nisso aí fazendo justiça como até aqui o CEAS tem feito.  
1616 Nós acreditamos no CEAS e peço até desculpa por alguns conselheiros da SEDESE  
1617 porque a gente sabe que conselheiro está mais em baixo, quando as coisas são  
1618 decididas elas são decididas "lá em cima", com Mesa Diretora. Ou a pessoa é correta  
1619 ou é incorreta, mas é exatamente lá em cima. Então eu quero agradecer vocês e pedir  
1620 que me desculpem, mas são conselheiros bons, até aqui eu tenho conhecido  
1621 conselheiros bons da SEDESE, mas essa situação da SEDESE para nós está por  
1622 fora, não condiz com a realidade nossa, muito obrigado! GERALDO GONÇALVES -  
1623 Eu só quero registrar e principalmente para os colegas companheiros dos municípios  
1624 que todas as Plenárias do Conselho Estadual são públicas, são abertas, são  
1625 divulgadas e, inclusive, os três representantes dos atingidos, também, foram  
1626 convidados para essa Plenária. Com custeio do Conselho ninguém foi convidado e  
1627 não existe essa possibilidade porque o nosso órgão gestor é do Estado e não existe  
1628 legalmente essa possibilidade, só deixar claro. E quando os Conselhos, e aí para

1629 todos, têm que fazer alguma tratativa que seja restrita deve ser publicado na ata  
1630 anteriormente. Estou com a inscrição do José Alexandre da Prefeitura de Rio Doce.  
1631 [Fala fora do alcance] Pois não? Por favor, o microfone para ele... JOSÉ ALEXANDRE  
1632 - Bom dia! Meu nome é José Alexandre, sou assessor de relações institucionais da  
1633 Prefeitura de Rio Doce. Eu queria passar algumas informações que podem ajudar o  
1634 Conselho e os conselheiros a tomarem suas deliberações e posteriormente, também,  
1635 acompanhar este processo. Alguns conselheiros e conselheiras estiveram lá na  
1636 localidade e conhecem a realidade lá. Aos outros que lá não estiveram eu queria dizer  
1637 simplesmente o seguinte, a Usina Hidrelétrica de Candonga foi construída entre o  
1638 município de Santa Cruz do Escalvado, na margem direita, e o município de Rio Doce,  
1639 na margem esquerda, somente esses dois municípios. Soberbo, historicamente, tem  
1640 uma ligação cultural com Rio Doce muito grande, por quê? Soberbo, como foi dito aí,  
1641 apresentado, está a 15 km da sede do município de Santa Cruz, mas a 1km da sede  
1642 do município de Rio Doce, então, os moradores de Soberbo, mesmo antes da sua  
1643 inundação, participavam da vida de Rio Doce, nas escolas, trabalhando, de várias  
1644 formas. Nesta Nova Soberbo que vai estar, apareceu no filme residência da Polícia  
1645 Militar. A Polícia Militar que reside lá é a de Rio Doce. Vários moradores de Soberbo  
1646 trabalham em Rio Doce, trabalham na prefeitura, os policiais militares que lá estão e  
1647 outras atividades que exercem moradores de Soberbo em Rio Doce. Então, existe  
1648 essa integração entre os dois locais muito grande e muito antiga. Isto posto, eu queria  
1649 dizer com relação a nós de Rio Doce, que nós temos diversas pendências com o  
1650 Consórcio Candonga. Citando rapidamente, questão da água, (quem) fornece é o  
1651 município de Rio Doce, que o acordo prevê uma vazão mínima que na época de seca  
1652 ela não é atingida. Nós estamos resolvendo isso. A própria reativação econômica que  
1653 agora chamaram de inclusão produtiva também é uma pendência, Rio Doce tem  
1654 apenas nove famílias atingidas, bem menos que Soberbo, evidentemente, mas que  
1655 nós tivemos somente este ano cinco reuniões com o Consórcio Candonga. Não são  
1656 reuniões em volta de uma mesa, na verdade, são oficinas feitas e planejadas de  
1657 acordo com as técnicas que se usam para isso com participação dos atingidos, do  
1658 Consórcio, da prefeitura, da EMATER, basicamente essas entidades lá em Rio Doce.  
1659 Está em andamento, ainda não foi feito nada. Só a diferença de Rio Doce para Santa  
1660 Cruz e especificamente Soberbo é que não há um litígio, nós temos ( ) desde o início  
1661 da construção, que foi em 2001, e um empreendimento desse, evidentemente, traz  
1662 transtornos. Os transtornos que tivemos em Rio Doce foram logo no início da  
1663 construção porque para lá foram os operários, as pessoas que iriam trabalhar e que  
1664 praticamente dobraram a população do nosso centro urbano. Trazemos problemas  
1665 óbvios, fornecimento de água, atendimento de saúde, educação, lixo, tudo isso foi

1666 muito difícil, mas conseguimos ultrapassar essa fazer pior. Agora nós estamos  
1667 resolvendo esses pequenos detalhes de uma forma que a gente, de Rio Doce, desde  
1668 o princípio, também, acreditamos que seja melhor que é o acordo, a forma mais  
1669 negociável de resolver, a se dizer para informação dos conselheiros que a  
1670 administração pública de Rio Doce é a mesma desde 2001. Desde 2001 até agora na  
1671 última eleição, é o Partido dos Trabalhadores que administra a cidade... E tem mantido  
1672 sempre essa postura e até hoje ela tem funcionado. Existem pendências? Existem  
1673 pendências! Nós vamos resolvê-las. Esperamos nunca termos que trazer até o  
1674 Conselho, seja o Conselho Estadual de Assistência Social ou mesmo de Meio  
1675 Ambiente, qualquer pendência. Nós buscamos resolver essas pendências no trato  
1676 entre os representantes da prefeitura e os representantes do Consórcio Candonga.  
1677 Então, para não estender muito... Nós devemos dizer que Rio Doce exhibe hoje índices  
1678 de desenvolvimento invejáveis, tanto na área da Saúde, quanto da Educação, quanto  
1679 da Assistência Social. Nós somos citados por todos os órgãos de Governo que fazem  
1680 algum tipo de análise e levantamento... Citam Rio Doce como uma cidade de grande  
1681 impulso social e econômico. O que nós esperamos, sinceramente, é que essas  
1682 questões sejam resolvidas e que Rio Doce possa de alguma forma participar disso  
1683 também, exatamente por causa dessas proximidades. Então, quando se fala da  
1684 proposta aqui apresentada pela Secretaria de Assistência social de fazer cursos, de  
1685 promover cursos, Rio Doce quer participar, evidente. É ali do lado, está pregado, está  
1686 ao lado... Nós queremos participar desses cursos. Qualquer projeto de inclusão  
1687 econômica nós também queremos participar porque é muito ligado. O distrito de  
1688 Soberbo e o município de Rio Doce, a cidade, a sede de Rio Doce, estão ali uma ao  
1689 lado da outra, todos se conhecem e se visitam e são até parentes, então, não há como  
1690 separar. Essa intervenção que faço aqui, agora, é simplesmente no sentido de colocar  
1691 um pouco mais de informação para os conselheiros que lá não conhecem e dizer que  
1692 Rio Doce e Soberbo estão muito interligados. Essas discussões que acontecem, essas  
1693 divergências que acontecem entre um e outro (vão que) ser resolvidas, aí está o  
1694 Conselho de Assistência Social para fazer esse papel de mediação, mas é impossível  
1695 separar uma coisa da outra. Nós não podemos pegar simplesmente Soberbo como se  
1696 fosse um ente separado, ele não é um ente separado. Existem relações familiares,  
1697 econômicas e de educação e até mesmo de saúde entre a sede do município de Rio  
1698 Doce e o distrito de Soberbo. Nós de Rio Doce estamos aqui com o intuito único e  
1699 exclusivo de ajudar naquilo que for possível e participar sempre dessas discussões da  
1700 melhor maneira possível. É só isso, obrigado! LOCUTORA - Agora está inscrito para  
1701 falar o Senhor Geraldo. GERALDO - Não sei se é boa tarde ou ainda é bom dia... Boa  
1702 tarde a todos! Eu queria pedir licença, se eu posso falar sentado porque eu sou um

1703 pouco deficiente e tenho um pouco de dificuldade de ficar muito em pé e aquela  
1704 viagem de ontem me cansou bastante. Vocês me dão licença? Plenária, Mesa  
1705 Diretora? Muito obrigado! Eu vou tentar ser bem claro pra poder clarear um pouquinho  
1706 mais pontos que aqui foram colocados. Foi falado aí que vários representantes do  
1707 trabalho, de mais uns outros órgãos que eu nem me lembro o nome, estiveram lá,  
1708 reuniram-se com a comunidade para poderem chegar a uma certa conclusão. Eu  
1709 estou estranhando bastante porque eu nunca ouvi falar. A EMATER, teve um dia lá,  
1710 reunião com quatro pessoas, inclusive, o presidente dessa associação do Sete  
1711 Quedas estava presente, que está aqui, o Reinaldo, e tinham quatro pessoas apenas  
1712 do projeto lá do sete Quedas nessa reunião, mas fora isso, não conheço, inclusive,  
1713 nós temos aqui o telefone da presidente do Conselho Municipal de Assistência Social,  
1714 gostaria que alguém se quiser o telefone liga pra ela pra informar porque ela mora no  
1715 Soberbo, é moradora de dentro do Soberbo, a gente se fala bastante, ela não sabe  
1716 disso. Tenho o telefone do prefeito, é fácil chegar ao telefone da assistente social e até  
1717 onde a gente sabe, 100%, ninguém soube, ninguém participou de nada dessas  
1718 reuniões que aqui foram mencionadas. Mostrando assim uma filmagem é bonito, não  
1719 é? Eu fiquei até surpreso em ver "Mas como... Uma filmagem é linda, bonita, é  
1720 maravilhoso", mas na verdade não é exatamente aquilo que representa na filmagem  
1721 que lá acontece. Eu gostaria que... Eu pontuei aqui algumas coisas, está sendo  
1722 gravado, não está? Muito bem! Eu queria muito que se isso fosse registrado... O  
1723 primeiro ponto aqui, o Consórcio está me devendo um quarto na minha casa, eu vou  
1724 explicar o porquê. Eu já passei isso para o Marlon, passei isso para o Marcelo, o  
1725 Glauco, que estiveram lá na minha sala sentados, passei isso para eles. A casa que  
1726 eu moro é minha, porém está no nome do meu pai porque naquela época, em volta de  
1727 1999, 2000, eu estava em São Paulo e eu vim embora pra minha região e comprei lá,  
1728 então, a propriedade e tinha lá uma casa, um casebre e eu ia resolver, eu ia reformar  
1729 esse casebre, e aí o meu pai falou "Meu filho, tá uma idéia aqui que vai ter uma  
1730 barragem, não sei como que é, dizem que a água vai chegar ao sino de Igreja, porque  
1731 você não dá um tempo?". Aí, então, eu acalmei um pouquinho, mas o meu pai falou  
1732 muito com a Gleuza, que era o topo da hierarquia na época, falou muito com o  
1733 Vladimir, porque eu conheço todos eles, falou muito com o Alaor que tinha uma grande  
1734 responsabilidade e falou "Olha, o dono dessa casa tem dois filhos, tem um casal de  
1735 filhos, porém está no meu nome porque para facilitar o negócio de escritura, de vir  
1736 assinar e tal..." e eu falei "Pai, põe no seu nome..." A gente tinha uma amizade, um  
1737 relacionamento, era a coisa mais linda que poderia existir... "Põe no seu nome e  
1738 depois passa para o meu nome", e então, ele lutou e ( ) "Tem um casal de filho, vocês  
1739 estão construindo pra quem tem um casal de filho, um quarto para o rapaz e um

1740 quarto para a moça?"... E esse caso é dessa maneira... "Ele tem dois filhos"... E lutou,  
1741 lutou, lutou e lutou e eles não construíram um quarto a mais. Então, eu queria que isso  
1742 ficasse registrado e que eu estou cobrando isso. É um direito que a mim foi tirado.  
1743 Uma outra coisa que eu gostaria muito, aqui, que ficasse registrado e que o Conselho  
1744 deliberasse em favor dessa situação... Porque na semana do dia 8, parece que a 10,  
1745 salvo engano, 8, 9 e 10, exatamente, a COPASA se fez representar lá no Soberbo  
1746 através de uma pessoa, conversei com o cidadão, como mostrou o relatório ali, aquele  
1747 poço lá na beira da pista tem problema e esse problema a gente sabe que vai ser  
1748 resolvido, mas eu pergunto, o que adianta resolver esse problema da água com as  
1749 caixas d'água embaixo do telhado, ela deve ter uns 30 cm de barro dentro das caixas  
1750 d'água porque não tem como limpar. Então eu queria muito que o Conselho Municipal  
1751 deliberasse sob isso, ordenar para que o Consórcio tire essas caixas d'água e  
1752 coloquem como eram lá na velha Soberbo, ao lado externo do telhado para que nós  
1753 possamos fazer a limpeza normalmente pelo menos uma vez ao ano. São apenas sete  
1754 anos e mais algum tempo que essas caixas d'água não são limpas. Umas três  
1755 semanas atrás, então eles aqui que estão lá dentro, o Marlon, o Marcelo, sabem  
1756 perfeitamente disso, porque ficou uma semana vindo barro na nossa torneira, mas era  
1757 barro mesmo, unicamente dava para lavar um quintal, pra mais nada, nem roupa não  
1758 dava para lavar. Então, essas caixas d'água precisam ser tiradas e a gente queria que  
1759 deliberasse porque resolve o problema da água, fura um poço, vamos resolver o  
1760 problema que tem bastante água, mas vai continuar essa sujeira, essa imundice,  
1761 essas caixas lá inacessíveis. Então, eu queria muito que fosse deliberado sobre isso.  
1762 Com relação ao que muito me surpreendeu aqui do projeto de reativação aquilo que  
1763 nós já entregamos no dia 1 de outubro, eu protocolei lá na SEDESE, inclusive, eu  
1764 entreguei em mãos da Letícia e, também, no CEAS o projeto, "o projeto", não é a  
1765 idéia, "o projeto", que nos custou, podemos dizer assim, lágrimas de sangue, pois as  
1766 universidades em greve, a gente não tem dinheiro nem pra sobreviver pra ser bem  
1767 honesto, na verdade, foi mostrado aí que a população é pobre, é humilde, muita gente  
1768 analfabeta, e através de pedido de favores e aí... Técnicos da universidade, pessoas  
1769 especializadas na área montaram o projeto e nós tiramos esse encargo das costas do  
1770 Consórcio porque isso era dele, levamos o projeto, protocolamos lá. No mínimo, estou  
1771 falando por baixo, 80% da comunidade não abre mão disso daí, por quê? Vou falar  
1772 porque não abrem mão... Porque é um projeto justo. É um projeto que as pessoas que  
1773 quiserem trabalhar, as pessoas que não tiverem ido embora até a época, estão ali,  
1774 querem trabalhar, independente do nível de escolaridade é possível, é acessível ao  
1775 emprego, emprego de verdade, carteira assinada com todos os direitos. Até mesmo  
1776 aquelas que são completamente analfabetas e que não assinam nem o nome, é

1777 possível trabalhar porque cortar frango qualquer dona de casa, inclusive, as da roça  
1778 que (nascem o dente) cortando frango lá no terreiro da casa das mães. Entendeu? Um  
1779 projeto de agricultura. Outra coisa, ele é justo porque tem um monte de pessoas de  
1780 idade que não tem condições nenhuma de trabalhar, mas tem um custo de vida difícil,  
1781 não sei se o presidente Geraldo e as pessoas que naquela ocasião, no mês de março  
1782 do ano passado, lá no CEAS, o rapaz que naquela ocasião era o representante da  
1783 Saúde, ele falou que ali naquela região havia aumentado bastante as despesas da  
1784 prefeitura com relação à Saúde porque tem um monte de gente insatisfeita,  
1785 aborrecida, deprimida, algumas morreram em função disso, não quero entrar muito  
1786 nesse detalhe porque se eu for entrar nesse tem três pessoas da minha família que  
1787 por causa dessa empresa morreram. Um, inclusive, o meu pai. Isso me dói até hoje e  
1788 eu não quero entrar nisso. Vocês sabem, o caso do ( ) que o mundo todo sabe. Então,  
1789 as pessoas de idade que estão lá, que são deficientes, mas são atendidas de verdade,  
1790 as pessoas que não têm condição de trabalharem ou a sua idade não lhe dá mais  
1791 condição de trabalhar, mas são atingidas, elas gastam remédio, elas têm que  
1792 sobreviver e alimentar. Para a sustentabilidade de um idoso às vezes gasta muito mais  
1793 que para uma pessoa nova. E esse projeto dá um tipo de uma cota que o CEAS eu  
1794 acho que se lembra perfeitamente disso, de uma participação nos lucros da empresa,  
1795 então, todo mundo será contemplado com alguma coisa. Além do que de início são 80  
1796 empregos, carteira assinada, e por isso nós não abrimos mão desse projeto. A  
1797 princípio parecia uma bola de neve, um bicho de sete cabeças que o Consórcio não  
1798 aceita de jeito algum, dizia que era inviável, nunca apresentou qual era a inviabilidade  
1799 do projeto. Correndo pra lá, pra cá, lutando, pedindo a Deus, e a gente que trabalha  
1800 em prol do bem, ele consegue vencer, pode demorar, mas vence. Nós conseguimos  
1801 um investidor. Não sei nem se o Júlio... Por isso eu queria muito que ele estivesse  
1802 aqui para ouvir... Conseguimos um investidor que vai fazer (pacto) conosco, nós  
1803 aceitamos tranquilamente. Esse investidor é pessoa experiente, já está no ramo há  
1804 muitos anos, já fez vários empréstimos no BNDES, ele quer participar, a comunidade  
1805 aceita, a comunidade quer e por isso nós não abrimos mão, a nossa reativação é isso  
1806 aí. Esses cursos que lá estão sendo dados, tudo bem, tinha mesmo que investir um  
1807 pouco no social, tinha que chegar um momento, uma hora e investir no social, mas  
1808 aquelas pessoas... Tem um senhor lá de 50 anos, mais velho que eu, mais de 60  
1809 anos, fazendo curso de pedreiro, que mora lá na zona rural. Ele vai colocar isso, vai  
1810 ganhar dinheiro com isso onde? Não tem lugar... Os outros projetos que foram criados  
1811 algumas coisas, buchas, chinelo, sabonete, não tem onde escoar isso porque ali não  
1812 tem gente. Uma outra coisa, um grande erro que está acontecendo que eu ouvi aqui,  
1813 nessa manhã, muito florido, muito bonito, quando mostra ali no filme... Eu sou pessoa

1814 simples, humilde, mas a gente não é burro, temos experiência e temos vivência.  
1815 Falou-se sobre o Projeto de Sete Quedas que vai trabalhar em gado... Gado não vive  
1816 só com ar, respirando o ar ou, então, bebendo água, porque até a água lá é difícil... O  
1817 gado tem que ter capim, tem que ter lugar pra ele poder pastar para sobreviver. Onde  
1818 que a EMATER vai desenvolver um projeto... Porque a Universidade de Viçosa nós  
1819 lutamos, pedimos muito pra eles, o Reinaldo está aqui, o presidente, o Reinaldo  
1820 participou... Reinaldo sabe muito bem de tudo que estou falando, esteve lá nessa  
1821 fazendinha ( ), fez um estudo, não dá pra se fazer nada ali porque é um pedacinho de  
1822 terra pra dividir para 16 pessoas, não é, Reinaldo? São 16? [Fala fora do alcance]. 15.  
1823 Então, mas não foi falado... Estou sabendo disso aqui, agora, aumento de terra não se  
1824 foi falado e a nossa briga... Você vê como que a gente está tão por fora, não  
1825 convidaram a gente para nada, é o maior erro, Presidente. Pois é, Presidente, é o  
1826 maior erro que a SEDESE vai continuar nele que é de ficar resolvendo as coisas sem  
1827 a participação da comunidade. Isso não pode acontecer. Afinal, eu até acho que esse  
1828 conflito pode até aumentar dessa forma que está fazendo. Inclusive, várias pessoas já  
1829 ligaram para nós de manhã, ontem a noite, "Vocês chegaram bem?... Ficaram  
1830 preocupados pela distância e tal, principalmente comigo porque tenho uma deficiência  
1831 e falaram "Nós estamos ansiosos" porque eles estão sabendo que essa reunião de  
1832 hoje seria uma reunião bastante decisiva... "Porque estamos ansiosos para que vocês  
1833 cheguem para que vocês dêem para nos respostas... Trazer a notícia... O que foi que  
1834 aconteceu... Como que estão caminhando as coisas". Então, o projeto eu não sei se  
1835 eu consegui clarear um pouquinho mais pra vocês entenderem, quem não tem  
1836 condição de trabalhar vai participar como tendo parte no lucro da empresa, muito bem  
1837 monitorado, não tem perigo de "Ah, alguém vai roubar", não existe isso, não. O  
1838 Conselho fiscal da empresa... Eu, que sou pessoa simples, quero fazer parte dele e  
1839 tem umas pessoas, sim, é um número pequeno, mas são pessoas qualificadas que  
1840 conseguem acompanhar tranquilamente e quem vai nos assessorar nós confiamos e é  
1841 isso aí que nós queremos e não tem outra chance. Muito bem, também quero,  
1842 Presidente, gostaria que fosse deliberado hoje a voltar como era, quando estava lá  
1843 com vocês, que o Consórcio bancava as nossas viagens. É uma coisa bastante  
1844 injusta, nós termos que onerar a prefeitura, os ônus são altos, a prefeitura é pobre, o  
1845 município é enorme ( ), são sete pontos de aula dentro do município enquanto no Rio  
1846 Doce é metade da população, é um ponto só de aula que é na cidade e nós temos  
1847 pontos de aula no município de Santa Cruz que da cidade lá está ( ) a mais de 30km,  
1848 então, é enorme, tem 800km de estrada de terra o nosso município, então nós  
1849 queremos que a partir da próxima que a gente tiver que viajar, assim como o  
1850 Consórcio faz com os outros dois do Soberbo representante lá da Associação e do Rio

1851 Doce, faça conosco, também. Nós não podemos colocar esse ônus em cima da  
1852 prefeitura. Eu quero, ainda, vou deixar aqui na mão do senhor uma cópia da ata do  
1853 Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Cruz composto por oito pessoas,  
1854 estavam cinco nesse dia na reunião, cinco membros do Conselhos, estavam o Dr.  
1855 Leonardo e eu, também, fizemos parte lá, fomos lá ouvi-los e eles nos ouviram  
1856 também para se orientarem um pouquinho mais. E eles concordam plenamente com a  
1857 retirada da mediação da mão da SEDESE porque não nos inspira confiança, estamos  
1858 no sentido traídos pela SEDESE, meu irmão já falou isso, esse desrespeito começou  
1859 com o nosso prefeito, como eu falei, no dia 8 lá no CEAS quando ele chamou a ( )...  
1860 "Se o senhor não assina nós vamos, via INCRA, arrumar uma forma pra enfiar na  
1861 garganta de vocês aquele lote de extensão de quintal". Parece que dá alguma coisa,  
1862 quando alguém ali que trabalha... Como tem um velho lá no Soberbo, quando ele  
1863 chega a tirar trinta reais de lucro ele já gastou mais de quinhentos reais aplicando  
1864 produto no pé das plantas pra tentar alguma coisa sendo que é inviável, é íngreme  
1865 porque como o senhor sabe não quero tomar tanto tempo. Então é isso aí, eu vou  
1866 entregar na mão do senhor essa ata que concorda pedindo para que seja tirada e que  
1867 nós tenhamos participação na solução porque não adianta, não adianta, se resolverem  
1868 alguma coisa em a participação da comunidade eu posso lhe garantir com 100% de  
1869 certeza, não vai funcionar porque a comunidade não aceita, prefeito não assina, nós  
1870 não aceitamos, a comunidade não quer ( ) extensão de quintal, então tem que arrumar  
1871 uma solução que a comunidade esteja participando para dar certo, não vamos perder  
1872 mais tempo, já perdemos tempo demais. Montueira, estou vendo ali, uns livros  
1873 grandões, um monte de papel, de repente isso não vai fluir quase nada porque a  
1874 comunidade ficou de fora e á uma coisa seríssima, não tem jeito, não tem como isso  
1875 dar certo se a gente não participar. Por enquanto, então, é só isso. GERALDO  
1876 GONÇALVES - Ok, Geraldo, obrigado! Eu estou com a inscrição aqui, ainda, do  
1877 Antônio Áureo do Rio Doce e logo em seguida o Marcelo, o Ricardo, os  
1878 empreendedores, e eu pediria que a gente segurasse um pouquinho o horário do  
1879 almoço, a gente estender mais um pouquinho pra ver se fecha essa questão. Pois  
1880 não? Antônio Áureo. ANTÔNIO ÁUREO - Boa tarde a todos! Três minutinhos... Senhor  
1881 Presidente e senhora Subsecretária e os demais componentes da Mesa e os nossos  
1882 colegas aqui, eu decidi, fiz inscrição porque nós fomos citados na fala do José Antônio  
1883 e até mês passado eu era presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de  
1884 Rio Doce, hoje ainda participo de algumas Associações porque a cidade em cidade  
1885 pequena geralmente são poucos voluntários e a gente acaba fazendo um trabalho de  
1886 participar de várias associações. Atualmente, sou presidente do CMDCA e outras  
1887 Associações. Eu gostaria... Porque ficou um pouco constrangedor quando ele citou

1888 que nós viemos patrocinados pelo Consórcio e realmente viemos, mas e, também, não  
1889 estou dizendo que com isso ele quis deduzir outras coisas, até porque eu não espero  
1890 isso dele porque nós nos conhecemos e sabemos da honradez que nós temos e do  
1891 caráter de todos nós. E Rio Doce tem sim uma relação amistosa e de muito respeito  
1892 mútuo com o Consórcio, com o empreendimento. Mas não sendo repetitivo na  
1893 oportunidade que eu participei de uma reunião Plenária lá no CEAS, eu disse isso, que  
1894 eu respeitava e respeito e vejo de uma forma diferenciada a questão de Soberbo. Eu  
1895 seria injusto se eu não tivesse essa responsabilidade de ver que a questão deles é  
1896 uma questão diferenciada da nossa por questões culturais. Abalou muito mais a parte  
1897 de Santa Cruz do Escalvado que a de Rio Doce, mas nós temos uma relação de  
1898 respeito mútuo pelo Consórcio, mas a nossa responsabilidade social é com as nossas  
1899 famílias e nós fazemos reivindicações, nós negociamos, nós questionamos, nós  
1900 acompanhamos e dentro do possível e com algumas dificuldades, também, porque  
1901 nós temos que respeitar, também, o prazo deles, essas questões. Nós temos tido, sim,  
1902 uma resposta, uma negociação boa. Só para finalizar, foi só para esclarecer mesmo,  
1903 que já foi tudo falado aí pelo Alexandre, o representante da prefeitura, enquanto  
1904 conselheiro de Assistência Social, a gente tem até algumas questões e queria que  
1905 ficasse registrado porque se surgir a possibilidade do Conselho Municipal de  
1906 Assistência Social de Rio Doce vir ao CEAS ou, no caso, ao Conselho, à Secretaria,  
1907 reivindicar ou pedir uma ajuda eu espero que as portas estejam abertas para a gente  
1908 porque se a gente não se pronunciar, não se manifestar, também, quando a gente ver  
1909 aí fala "Mas durante a negociação vocês ficaram calados", então, foi até bom o José  
1910 Antônio e o irmão dele citarem Rio Doce porque nos deu a oportunidade de nos  
1911 manifestarmos, também. E, finalizando, eu queria dizer que sou solidário a eles  
1912 quando eles falam na questão do transporte e gostaria de pedir ao Consórcio, em  
1913 forma de pedido porque isso não pode ser uma coisa oficial, que o mesmo trato que  
1914 fosse dado à Rio Doce nessa questão dos convites e das ( ) que fosse entendido a  
1915 eles porque eles são nossos vizinhos, nossos parceiros, nossos amigos e merecem...  
1916 Eu tenho certeza que o Consórcio tem o mesmo respeito e o mesmo trato com eles  
1917 que tem com nós em Rio Doce e isso não é um acordo e não é uma lei de vantagem,  
1918 é simplesmente um respeito mútuo que existe entre a gente, o empreendimento e tem  
1919 caminhado assim. Muito obrigado! GERALDO GONÇALVES - Ok, obrigado, Antônio!  
1920 Dr. Leonardo. Os empreendedores, então, está inscrito aqui o Marcelo e logo depois o  
1921 Ricardo. Por favor. MARCELO - Vou aqui para o lado para ficar de lado para todo  
1922 mundo. GERALDO GONÇALVES - Vem a frente por favor, Marcelo. Assim é melhor.  
1923 MARCELO - Ok! Primeiro eu acho que ficou claro com a questão que para alguns que  
1924 estão conhecendo o assunto pela primeira vez os desafios que a gente tem em

1925 Candonga e como que esses desafios se mostraram e ficaram evidentes nesse último  
1926 ano quando o assunto ficou ainda mais pautado, tanto no âmbito do CEAS como de  
1927 todas as partes interessadas. Eu acho que antes de tudo a gente tem que mostrar a  
1928 forma solidária de forma multidisciplinar que a gente tem que trabalhar em relação à  
1929 essas questões. Eu acho que a humildade nesse caso é muito importante para a gente  
1930 saber que precisamos consultar e saber, ouvir, inclusive, uma equipe que a gente tem  
1931 em todas as partes que a gente pode. Trazer pra fazer uma proposta conjunta, para  
1932 tentar resolver uma questão que envolve a todos, não só o Consórcio. Estou aqui com  
1933 a equipe do Consórcio que me traz essa segurança. Eu tenho um ano e pouco de  
1934 Consórcio, tenho aqui pessoas que estão desde o início, desde 2000, 2001, pessoas  
1935 da área de engenharia, jurídica, área ambiental, que fazem esse tipo de análise e  
1936 outras pessoas que podem colaborar, inclusive, do próprio Conselho, podem colaborar  
1937 nessa discussão que é sempre profícua. Eu vou tratar de alguns pontos, foram vários  
1938 colocados aqui. Primeiro da identificação inicial, na origem do trabalho do Consórcio  
1939 em relação às casas. Eu acho que foi um processo de consulta às famílias, inclusive  
1940 foram construídas maquetes no período, mostradas tipologias, foram 13 tipologias,  
1941 salvo engano, de casas onde eles puderam optar. Foi discutido o projeto urbanístico  
1942 de Nova Soberbo naquele período, outras pessoas podem falar melhor que eu, mas a  
1943 gente fez todo esse levantamento... Pra eu estar falando aqui, inclusive, a gente  
1944 dividiu essas informações e fizemos todo o levantamento dos documentos da época.  
1945 Então, foi um processo que foi tratado de forma muito próxima com cada uma dessas  
1946 pessoas e a decisão da cozinha naquele período, também, foi pelo entendimento que  
1947 eles deveriam ser realmente beneficiados por um erro que o Consórcio cometeu  
1948 naquele momento querendo acertar, foi, inclusive, escolhido por eles. E as três  
1949 pessoas que não escolheram ser indenizadas, que tiveram as obras, das 14, nós  
1950 temos uma pendência no caso do Senhor José Antônio que colocou aqui muito bem  
1951 onde ele, inclusive, indicou uma empreiteira pra ser executada a obra na casa dele e  
1952 depois não permitiu que isso acontecesse, os demais casos foram realmente  
1953 indenizados. [Fala fora do alcance]. Sim. GERALDO GONÇALVES - Por favor,  
1954 Marcelo, eu vou pedir ao Senhor Antônio para se conter um pouquinho e depois, se for  
1955 o caso, eu lhe dou a palavra. MARCELO - Em relação à questão da área urbana,  
1956 realmente é importante, eu acho que a gente tem que tratar o assunto com muita  
1957 seriedade de como avançar no estágio que nós estamos hoje. É um tema que a gente  
1958 tem uma situação onde as pessoas que estão ali têm uma realidade, hoje, que  
1959 precisam gerar renda no local onde eles vivem, que tem característica de área urbana,  
1960 sim. Essa divisão é importante ser destacada, a gente está tratando aqui da área de  
1961 Sete Quedas que é, sim, uma área rural e Soberbo é uma área urbana, e os projetos

1962 que se desenvolveram ali junto com a comunidade naquele período, sim, um processo  
1963 endógeno, buscando sugestões e vendo o processo de viabilidade, partiram daquela  
1964 comunidade dentro do contexto que hoje nós encontramos lá, dentro das  
1965 possibilidades de geração de renda que elas teriam. Quando a gente a gente fala de  
1966 cursos, eu acho que a gente falar do SENAI é uma instituição reconhecida por todos,  
1967 eu acho que cursos dessa significância são reconhecidos, inclusive, pelo próprio  
1968 mercado. A gente viu evidenciado isso num convênio que nós fechamos com o próprio  
1969 SINDUSCON... É o 2º SINDUSCON do Estado que representa a convenção de todas  
1970 aquelas empreiteiras e construtoras da região de Ponte Nova, Viçosa, Mariana, enfim,  
1971 e que precisa de mão de obra. A gente trabalha num contexto mais ampliado, eles  
1972 precisam de mão de obra, as empresas demandam por essa mão de obra e já se  
1973 mostraram, sim, e já se posicionaram dessa maneira, inclusive, para absorver aquela  
1974 mão de obra que está sendo treinada. O SENAI sempre apresenta esse trabalho que é  
1975 desenvolvido nos cursos às empresas, que na verdade aprovam o trabalho que é  
1976 desenvolvido ali e a ideia é de trazer esse benefício para a comunidade é que dê  
1977 chances para eles, para aqueles que têm interesse porque foram cursos capitados  
1978 levantamento de interesses na comunidade que possam se capacitar, que possam  
1979 desenvolver um trabalho com maior autonomia. E para os demais, os trabalhos de  
1980 investimento nos processos de geração de renda que são ali desenvolvidos pela  
1981 Associação são tratados da mesma forma, no sentido de capacidade e gestão daqui  
1982 dos grupos e desenvolver projetos que eles possam estar atuando de forma cada vez  
1983 mais autônoma. Voltando na questão das casas, só uma correção, as casas que foram  
1984 colocadas ali, em relação às casas geminadas, o Consórcio não construiu casas  
1985 geminadas. Tem uma casa que foi colocada ali que realmente foi construída por outros  
1986 moradores e permitido por aquele morador, então, tem construções no fundo das  
1987 casas, ao lado das casas que foram construídas por parentes e foram permitidas pelos  
1988 mesmos. Outra questão que foi colocada aqui relação até o próprio - ainda falando de  
1989 inclusão produtiva -, o próprio projeto ( ) sobre a proposição de ele ser de uma  
1990 Universidade Federal de Viçosa, nós temos um ofício da Universidade Federal de  
1991 Viçosa porque nós buscamos mais informações sobre o projeto que em determinado  
1992 momento foi, inclusive, solicitado pelo Conselho, que fosse apresentado e não foi, mas  
1993 buscamos informações e a própria Universidade Federal de Viçosa nos posicionou  
1994 que aquele não é um projeto da Universidade e o próprio profissional que o propôs  
1995 também não pertencia aos quadros da Universidade. Outra questão que foi colocada  
1996 aqui, eu acho que sobre a questão de reparos construtivos, isso pode ser tratado num  
1997 momento futuro porque nós apresentamos as respostas, conforme solicitado pela  
1998 SEDESE, das cartas que partiram da Associação. As respostas estão aí em mãos da

1999 SEDESE e vão ser encaminhadas às pessoas, eu acho que nesse momento é um  
2000 momento para que sejam tratados os casos que foram colocados desde caixa d'água,  
2001 lembrando, sempre, que nós estamos falando de reformas, reparos construtivos e não  
2002 ampliação. Então, nesse caso específico de reparos construtivos isso vai ser tratado  
2003 da forma que foi colocada para o Consórcio e ele buscou cumprir da maneira devida.  
2004 Em relação patrocínios eu desconheço, os patrocínios que foram colocados aqui,  
2005 olimpíadas, outros, eu realmente desconheço porque o Consórcio faz patrocínios que  
2006 ele possa promover o desenvolvimento sustentável regional. Outra questão em  
2007 relação aos cursos de formação no que tange a área rural, eu acho que a EMATER,  
2008 também, é uma empresa reconhecida, não só no Estado, foi escolhida a melhor  
2009 empresa de extensão agrícola do país. E a ideia de buscar a EMATER para trabalhar  
2010 em outros momentos junto à área rural foi nesse (intuito) de trazer esse *nohall* que  
2011 eles tinham para esse trabalho e eu acho que quando a SEDESE nos orientou a ouvir  
2012 a EMATER, eu acho que é no sentido de entender o diagnóstico que vai ser feito para  
2013 trabalhar com bovinocultura e aí sim respeitando a conceituação técnica que aquela  
2014 empresa pode nos dar. A gente trabalhar pra fomentar uma atividade que parece que  
2015 foi identificada no próprio relatório que é o fomento à bovinocultura. Eu não vou fazer o  
2016 desrespeito de falar pelo Reinaldo que é o líder escolhido, portanto, legítimo da  
2017 associação local, da Associação de Sete Quedas. A própria Cristina que está aqui eu  
2018 também não posso falar por ela, eu acho que ela mesma pode falar por si, pelo grupo  
2019 que ela representa são as duas associações constituídas lá, tem uma terceira do  
2020 Ronaldo que não está presente. Então, portanto, quando fomos construir a nossa  
2021 proposta nós buscamos ouvir essas pessoas, ouvir, inclusive, os diversos participantes  
2022 de diversas partes interessadas, inclusive, o próprio Conselho Municipal de  
2023 Assistência Social de Santa Cruz do Escalvado participou desse processo, participou  
2024 da construção desta proposta, participou das Plenárias do CEAS nesse período,  
2025 outros órgãos, o próprio poder público municipal, empresas parceiras, enfim, quem  
2026 poderia realmente trabalhar na construção dessa proposta para que ela fosse  
2027 encaminhada no CEAS como ela foi apresentada na ocasião. O que eu acho que é  
2028 importante a gente falar é que o Consórcio tenta sempre trazer essa transparência e  
2029 tenta sempre buscar interlocução, mas no sentido de entender quais são essas partes  
2030 e, inclusive, aquelas partes que querem realmente trabalhar em parceria, querem  
2031 realmente desenvolver esses trabalhos, buscar alternativas para estudar a viabilidade  
2032 técnica e econômica de todos os projetos que são ali desenvolvidos porque é  
2033 responsabilidade nossa, não é pontual, a gente sabe que nós vamos estar ali por anos  
2034 e anos e aí, entendendo, também, que existem associações constituídas que  
2035 representam grande parte da comunidade... É importante que os conselheiros saibam,

2036 nós estamos falando de uma população aí com menos de 300 habitantes, eu acho que  
2037 foi colocado bem pela SEDESE, aqui, essa divisão da faixa etária, é importante a  
2038 gente saber o que é a população economicamente ativa que é a população para  
2039 geração de renda, para os projetos para os quais a gente destina para que a gente  
2040 entenda melhor o grupo com o qual a gente está trabalhando e as formas de geração  
2041 de renda para trazer benefícios para aquela comunidade. Entendo as colocações que  
2042 foram aqui passadas pelos membros da comunidade que falaram, mas acho que  
2043 também devem ser ouvidos os representantes da comunidade que também aqui  
2044 estão, se eles quiserem se pronunciar... Que inclusive participaram de todo esse  
2045 processo e foram pessoas que definiram, inclusive, como o Consórcio deveria agir  
2046 naquele momento. GERALDO GONÇALVES - Ok, Marcelo, obrigado! Ricardo...  
2047 RICARDO - Bom, Senhor Presidente, Senhora Subsecretária, senhoras e senhores  
2048 conselheiros, de fato é uma boa tarde! Eu queria dizer que a par dos questionamentos  
2049 que foram aqui manifestados por parcela da comunidade, inclusive, pelo que entendi,  
2050 até com a formalização de um documento que pede o afastamento da Secretaria, da  
2051 SEDESE, da condução desse processo, seja como for eu entendo que a SEDESE  
2052 cumpriu, nesta data, a grande missão, o grande mandato, eu sei que isso parece um  
2053 tanto forte demais, até porque este Conselho é subordinado do ponto de vista  
2054 administrativo à Secretaria, mas não sei demasiado dizer que esse colegiado deu essa  
2055 missão. Talvez tenha dirigido à Secretaria uma demanda, uma demanda importante,  
2056 por entender que tinham sido esgotados os esforços de instrumentos a cargo do  
2057 colegiado para superar esse, já de longa data, conflito entre as partes envolvidas. A  
2058 Secretaria, então, cumpre nessa data essa missão entregando ou informando aos  
2059 senhores conselheiros o plano de intervenção contemplando não só diretivas que  
2060 devam ser atendidas, cumpridas pelo Consórcio Candonga, como também prevendo  
2061 uma série de ações de Governo, ações de Estado, de políticas públicas já que é  
2062 notório que se perceber um vazio de atuação do Estado, de implementação de  
2063 políticas setoriais, políticas sociais naquela região. Portanto, Senhor Presidente, a mim  
2064 me pareceu claro que o plano interventivo contempla duas vertentes principais, essa  
2065 relacionada às políticas de estado, às políticas de governo, talvez fosse uma  
2066 expressão mais adequada para este momento, de natureza social que estão sob a  
2067 gestão da Secretaria, inclusive, envolvendo, e é um papel que só poderia cumprir a  
2068 articulação de diversos organismos, que diversos órgãos, diversas secretarias de  
2069 estado, diversas entidades do poder público... RICARDO - ... terão que ser atendidas  
2070 pelo Consórcio Candonga. Os documentos que foram, inclusive, trazidos à Mesa e lá  
2071 estão para consulta, hoje e nos próximos dias, até porque o Secretário nos disse que a  
2072 partir da quarta-feira todos esses documentos estarão disponíveis no site da

2073 Secretaria... Existe um cronograma que deverá ser observado pelo Consórcio. Nessa  
2074 perspectiva me parece que, como uma segunda vertente, as diretrizes trazidas pela  
2075 SEDESE para o Consórcio Candonga serão, e devem ser, sim, objeto de deliberação  
2076 por parte do CEAS nessa oportunidade, nessa Plenária. Não há dúvida, Senhor  
2077 Presidente e senhores conselheiros, que esse é um processo dialético, isso é normal,  
2078 sobretudo, envolvendo temáticas ambientais e sociais, talvez numa única expressão  
2079 temas de natureza socioambientais. É um processo difícil, quem sou eu, aqui,  
2080 inclusive para depor para os senhores a respeito desses assuntos que têm  
2081 obviamente essa nobre difícil missão de aprovar os planos de assistência social de  
2082 aproveitamentos hidrelétricos no nosso Estado e aferir o seu efetivo cumprimento, mas  
2083 é fato inegável que são processos complexos, difíceis. Há avanços, há retrocessos, há  
2084 erros e há acertos de todas as partes. Ninguém aqui, senhores conselheiros, está  
2085 imune, está isento de críticas. Nós do Consórcio em nenhum momento, pelo menos  
2086 nos últimos tempos, temos comparecido perante o conselho para dizer que nós só  
2087 estamos corretos. Nós admitimos equívocos. Como eu acho que também a  
2088 comunidade ou determinados representantes da comunidade poderão ser avaliados  
2089 sob a perspectiva de erros e acertos neste processo, isso é normal, é natural, somos  
2090 todos nós humanos, erramos, acertamos. Tentamos mais acertar do que errar. Eu  
2091 acho, Senhor Presidente, que é hora desse Conselho nos dar um voto de confiança.  
2092 Não há qualquer dúvida que houve avanço da parte do Consórcio. Há pessoas aqui  
2093 presentes e toda a equipe de funcionários técnicos e assessoria do Consórcio se fez  
2094 presentes, são 10 pessoas, se a contagem agora não me falha. Essas pessoas foram  
2095 trocadas ao longo dos últimos anos, nunca, talvez, só no momento de implantação da  
2096 Usina tivesse havido um envolvimento tão direto quando a diretoria colegiada do  
2097 Consórcio há dois representantes das empresas aqui presentes. Um deles, inclusive, é  
2098 diretor formal do Consórcio Candonga. Essa pessoa ou essas pessoas estão  
2099 envolvidas diretamente na articulação, no atendimento à demandas da comunidade,  
2100 se podem implementá-las ou não... Em que momento? Essa é uma outra discussão.  
2101 Mas eu quero que os senhores reconheçam que há uma evolução e o esforço da parte  
2102 do Consórcio. Então, talvez, menos do que comentários transformam tudo isso em um  
2103 questionamento. Considerando mais uma vez, então, que no plano interventivo há  
2104 duas vertentes, uma relacionada às políticas públicas a cargo da administração  
2105 pública direto do Estado e dos órgãos e organismos de Governo e outra a cargo do  
2106 Consórcio, quero crer que haja uma deliberação como desdobramento lógico, como  
2107 consectário natural do plano interventivo apresentado pela Secretaria. Então, é nessa  
2108 perspectiva que faço à Mesa um questionamento sobre em que medida exatamente  
2109 esse assunto será deliberado nessa oportunidade porque penso eu, pensamos assim

2110 da parte do Consórcio, as medidas que nos são impostas a partir deste momento têm  
2111 que ser objeto de uma nova resolução por parte do Conselho. Então, é natural, Senhor  
2112 Presidente, que se pense até pela mudança do quadro que se observou na região  
2113 como foi aqui longamente discutido de uma ocupação tipicamente rural na origem e  
2114 hoje um modelo de desenvolvimento que é urbano e, não nos esqueçamos de que os  
2115 filhos, os descendentes dos atingidos obrigatoriamente trazerem hoje, também, uma  
2116 nova perceptiva de inserção local, de adesão ao ensino formal, à inserção no mercado  
2117 de trabalho, portanto, os rumos daquela região serão naturalmente dentro da vocação  
2118 urbana dado ao novo núcleo Soberbo. O quadro se alterou fundamentalmente e as  
2119 premissas ou as condições impostas pelo CEAS no âmbito da Resolução 039 de  
2120 2003, obviamente, se alteraram. Há pontos pendentes e há novas premissas. Então, a  
2121 nós nos parece claro que é chegado um momento desse Conselho deliberar, dar um  
2122 rumo às partes. Claro que nenhuma decisão será perfeita, será inatacável, será  
2123 totalmente acolhida por uma ou por outra parte, mas uma decisão precisa ser tomada.  
2124 Então, o meu questionamento é nesse sentido, se o Conselho, nessa oportunidade, irá  
2125 deliberar sob as medidas a cargo do Consórcio, há um cronograma a ser seguido que  
2126 nós precisamos implementar. Precisamos planejar para implementar todas essas  
2127 ações, muitas delas envolvem, e se descorde do que eu aqui digo, mas envolvem uma  
2128 flexibilização de critérios do próprio Consórcio, sobretudo, no tange aos reparos  
2129 construtivos nas casas. Algumas delas em outra situação já estariam eventualmente  
2130 prescritas ou não seriam mais acolhidas em termos de demanda de reparos. Então, a  
2131 mim parece, esse é o pleito e ao mesmo um questionamento que faço no sentido de  
2132 que se promova a revogação da Resolução 355 de 2011, ao mesmo tempo em que  
2133 nesse processo deliberativo se estabeleça as diretivas, as diretrizes, que deverão ser  
2134 seguidas pelo Consórcio doravante em paralelo às ações e às políticas públicas a  
2135 cargo da SEDESE ou coordenadas pela SEDESE sob supervisão do grupo de  
2136 acompanhamento que também, aqui, me parece que terá que ser deliberado por esse  
2137 colegiado. Faço disso, então, Presidente, meus comentários e ao mesmo tempo um  
2138 questionamento à Mesa de como será encaminhada a deliberação sob essa (matéria).

2139 GERALDO GONÇALVES - Ok, Dr. Ricardo, obrigado! Dr. Leonardo, representa os  
2140 atingidos. Dr. LEONARDO - Senhor Presidente, boa tarde! Membros da Mesa,  
2141 conselheiros e demais presentes! Ao final da minha fala eu vou ter um requerimento  
2142 parecido com o do Dr. Ricardo, mas no sentido contrário. Mas de fato eu acompanho  
2143 esse processo há muito tempo e venho aqui em Montes Claros ver alguns dados que  
2144 deixam felizes e algumas questões que me deixam muito triste. Eu acho que, não fico  
2145 satisfeito, mas ao ver ali que, de fato, 40% da população ainda continua na baixa  
2146 renda, isso mostra que, de fato, a presença do Consórcio Candonga lá não gerou

2147 renda para os atingidos. Isso é prova cabal de que tudo que eles fizeram não deu  
2148 certo. Os conselheiros colocaram aqui e eu achei muito importante, principalmente o  
2149 Marcus, a questão da prevalência da atividade rural e, de fato, eu acho que isso é um  
2150 dado importante, não conheço os documentos, mas o que foi proposto ali, de fato, não  
2151 é direcionado à população rural. Já sabia, também, mas, de fato, a existência de um  
2152 grande número de Bolsa Família na comunidade, de fato, deve ser objeto de  
2153 preocupação porque existem pessoas que ainda dependem do Governo, lá, mas  
2154 graças a Deus que ainda existe isso lá, senão as pessoas estavam passando fome.  
2155 Eu acho que os dados, também, mostram a baixa participação nos projetos, coisas  
2156 que nós viemos falando há muito tempo. E de fato, eu acho que a SEDESE, se por um  
2157 lado tem algumas questões que eu fico satisfeito com a colocação que é, de fato,  
2158 determinar aí a mudança da questão da água que é algo que, também, que a gente  
2159 fala há muito tempo e parecia... Já fui a reuniões que nos chamavam de mentirosos,  
2160 que a água estava com muita boa qualidade, mas de fato eu acho que ficou claro isso.  
2161 Os problemas da construção... São questões objetivas, também, eu acho que a  
2162 SEDESE avançou bem, tem que reformar... Alguns questionamentos que eu não  
2163 conheço que foram indeferidos, mas tenho certeza que houve uma boa reflexão para o  
2164 indeferimento daqueles pedidos. Fora a questão da caixa d'água, eu acho que, no  
2165 mais, esses problemas da construção já deveriam ter sido resolvidos há muito tempo.  
2166 Da mesma forma os registros que já deveriam ter sido resolvidos há muito tempo e a  
2167 SEDESE (ao) determinar um cronograma eu acho que ela avançou nesse ponto,  
2168 então, eu parableno essa iniciativa, mas fico muito triste ao ver a proposta de curso  
2169 de capacitação que nunca foi a proposta da comunidade, nunca. Sempre isso foi  
2170 proposto pelo Consórcio Candonga. E eu fico pensando se de fato eu fosse atingido,  
2171 se o Consórcio chegasse e falasse assim "Leonardo, você vai sair desse escritório de  
2172 advocacia aí, você não vai ser mais ( ) mandar lá para Montes Claros, para bem longe,  
2173 e você vai cursar a faculdade que eu vou indicar, você não vai escolher faculdade,  
2174 não, faculdade eu que escolho, no caso, a EMATER, e você vai fazer os cursos que  
2175 eu estou determinando, "Você vai ser médico...", jamais! Eu detesto a área de saúde.  
2176 Então, eu fico imaginando se eu estivesse nessa posição e sinto a dor dos atingidos  
2177 ao ver que essa proposta ainda continua pautada, sabe? Então, nesse sentido,  
2178 terminando a nossa fala, eu acho que na fala do Secretário... Gostaria que ele  
2179 estivesse aqui, também... Na saída ele falou que precisava de conversar comigo e eu  
2180 falei "Eu esperei isso há muito tempo". Ele falou que, de fato, se reunião bastante com  
2181 o Consórcio, ele afirmou isso na Mesa, porque, segundo ele, teve que fazer isso  
2182 porque era o Consórcio que ia adotar as medidas, ele falou isso na Mesa. Então, de  
2183 fato, pelo menos eu não vi, Ricardo, na proposta, políticas públicas. Ele deixou claro

2184 que fez bastante reunião, acho que bem intencionado, mas, que de fato, reuniu  
2185 bastante com vocês porque, de fato, vocês que executavam as medidas e eu acho  
2186 que ficou bem provado aqui, pelo menos se não todos, mas grande parte da  
2187 comunidade não foi consultada da forma como a gente imagina, da forma como a  
2188 gente quer. Sabe, conselheira Roberta, porque nós desejamos um diálogo mais  
2189 intenso e essa consulta não significa a intransigência da comunidade para com as  
2190 propostas do Consórcio, mas um diálogo franco, correto, por muitas vezes demorado,  
2191 porque não é fácil dialogar, não, ta? E de fato que eu vejo, com muita tristeza,  
2192 terminando aqui, Senhor Presidente, é de fato... Não sei se estou incluído nessa birra,  
2193 mas é uma birra ainda do Consórcio Candonga, não sei se eles pensam que eu  
2194 também tenho birra, que a comunidade, também, tem birra, mas, de fato, isso está  
2195 parecendo uma briga de marido e mulher que... Está um divórcio difícil de voltar ao  
2196 casamento, sabe? Já tentei alguma posição, (Marcus), já sentei com o Ricardo, com  
2197 alguns representantes, de fato não foi possível, não há, na minha opinião, a vontade  
2198 de sentar e dialogar. Eu lamento a falta de diálogo e eu gostaria que deliberasse  
2199 dentro daquela ideia que o conselheiro Marcus colocou da questão da  
2200 empregabilidade, eu queria solicitar, colocar uma questão e solicitar duas questões.  
2201 De fato, para nós, que enquanto Comissão, nós entendemos que reativação está  
2202 ligada à empregabilidade como o Marcus... Eu acho que a Cristiane colocou bem, e  
2203 outros conselheiros não falaram porque se sentiram contemplados pelos conselheiros.  
2204 De fato, eu acho que o grande... Reativação econômica em comunidades tem que ser  
2205 como nós estamos fazendo lá em Braúna. Garantir que a coisa que vai dar certo, não  
2206 dar não, ta? Mas, ou seja, tem que haver investimento do empreendedor para gerar  
2207 capital para as comunidades e a participação delas no projeto porque senão, se a  
2208 coisa der errado, a comunidade não vai aceitar a consequência daquele projeto. Para  
2209 mim é uma metodologia simples, mas que exige a vontade de conversar bastante, não  
2210 é pouco, não, é bastante. A outra questão... Aí, as solicitações, dentro dessa  
2211 metodologia, solicitar ao CEAS ou à SEDESE, não sei se o CEAS tem esse poder,  
2212 mas solicitar à Advocacia Geral do Estado para que não atrase o julgamento do  
2213 processo que anula a Licença de Operação porque, de fato, na minha opinião é só  
2214 assim que a situação vai mudar. E, por fim, um encaminhamento ao contrário do  
2215 Ricardo, eu concordo com ele que o CEAS tem que deliberar sob... Deliberar no  
2216 sentido, conselheiro Marcelo, se vai adotar, vai aprovar essa... Acho que no sentido de  
2217 monitoramento, essa proposta de resolução de pendências ou se não vai aceitar. Eu  
2218 estou solicitando deliberação nesse sentido porque para nós, em relação à reativação  
2219 econômica, pela falta de participação, nós não aceitamos e gostaríamos que o CEAS  
2220 deliberasse, e tenho certeza que o CEAS não aceitar esse encaminhamento. Então,

2221 nesse sentido, é a deliberação sobre se vai aceitar ou não essa proposta de resolução  
2222 e, principalmente, o que mais me preocupa, em relação ao cronograma da obra, não  
2223 tem importância e da questão da água, também, não, mas em relação à extensão de  
2224 quintais e em relação à reativação econômica, e que, se não for essa deliberação,  
2225 que, de fato, o CEAS delibere para voltar à vigência da Resolução nº 355 que  
2226 cancelou a aprovação da implantação do PAS. Obrigado. GERALDO GONÇALVES -  
2227 Ok, ( )! Eu agradeço a paciência de todos, até então, por estarem aqui antes do  
2228 almoço. Eu pedi que aguentassem um pouquinho porque óbvio que agora tem alguns  
2229 (retornos na) opção da conselheira Roberta, enquanto Subsecretaria de Estado, não  
2230 é? E está aqui substituindo o Dr. Juliano e o Conselho Estadual através da minha  
2231 pessoa. Somos um Colegiado e como tal nós vamos dar as respostas feitas por  
2232 ambas as partes. Só que eu gostaria muito que a gente, agora, paralisasse, inclusive,  
2233 vou me permitir que não dá a voz nem para Roberta e nem para mais ninguém para a  
2234 gente almoçar e retornar, então, pós o almoço. Pode ser assim? Então, 14:00h, por  
2235 favor. Passar uma inversão de pauta porque a Cris e a conselheira Nívia vão fazer a  
2236 apresentação dos projetos para não ficarem prejudicados os conselheiros de outros  
2237 municípios que aqui estão. E, provavelmente, não dará tempo de a gente fazer a  
2238 tratativa daquelas incursões que fizemos no início da manhã, mas se assim se for nós  
2239 não vamos fazê-la. Eu queria só dar sequência aqui ao que ocorreu logo no final da  
2240 manhã, que houve duas solicitações pós as várias inscrições por parte dos atingidos e  
2241 por parte dos empreendedores, não é? Algumas considerações são importantes que a  
2242 gente diga aqui e deixe registrado, principalmente para os conselheiros municipais que  
2243 aqui estão. A normativa constitucional tem fundamentação na constituição federal  
2244 brasileira. Eu disse isso antes e vou voltar a repetir, não foi Governo, de Município, de  
2245 Estado ou de União, não é? Foi a constituição federal que diz que cabe aos Conselhos  
2246 deliberar sob a política pública. Então, só para fazer uma correção, conselheiros  
2247 municipais tenham a certeza de que o Conselho não é subordinado do prefeito, não é  
2248 subordinado do Secretário de Estado ou do Governo do Estado, e não é subordinado  
2249 da União, nem do ministro, muito menos do Presidente da República. O Conselho é  
2250 vinculado, e cabe ao órgão gestor cuidar da operacionalização e da aplicabilidade da  
2251 normativa para fazer funcionar o colegiado, que tem informação paritária. Quando o  
2252 Governo, o Estado, quiser atuar, independentemente da esfera de governo, ele tem toda a  
2253 competência para fazer via a formação paritária que são os conselheiros  
2254 governamentais. Então, eu quero só deixar isso registrado aqui e se precisar nós  
2255 vamos, sim, até o Supremo Tribunal Federal para fazer valer o direito do Colegiado  
2256 autônomo e independente, ainda que administrativamente não exista esse grau de  
2257 subordinação. A segunda questão que eu queria colocar é que teve um momento em

2258 um reunião, dentro do Conselho Estadual, em nós fizemos uma tratativa no que diz  
2259 respeito aos custos, aos gastos, de transporte (inerentes) ( ) fossem necessárias para  
2260 os representantes dos atingidos, então, penso que a reivindicação foi feita aqui por  
2261 parte dos atingidos, através do Antônio, e depois foi ratificada pelo Antônio, de Rio  
2262 Doce, solicitando ao (empreendedor) que bancasse, para mim, isso já deveria estar  
2263 acontecendo porque senão é a quebra de um comprometimento que foi feito em  
2264 Plenária do Conselho, ou estou enganado? O Consórcio assumiu a responsabilidade,  
2265 sim, de fazer a reposição ou custear as despesas de transporte dos representantes  
2266 dos atingidos. Isso aí foi feito dentro do Conselho. Ok? Então, é só para deixar isso  
2267 registrado porque senão a gente vai começar a fazer a tratativa aqui e depois achar  
2268 que não está acontecendo. Deveria estar acontecendo. Então, para a gente, para o  
2269 Conselho, para o Colegiado, está muito claro isso. No que diz respeito à solicitações  
2270 feitas de ambas as partes, fizemos uma reunião, aqui, rápida, o entendimento do  
2271 Colegiado é que esse mesmo projeto que foi apresentado aqui resumidamente em  
2272 data show, e que está aqui, agora, o Conselho tem a Comissão de Normas que é a  
2273 quem compete o papel de primeira mão acompanhar todo o desenvolvimento, o  
2274 monitoramento, dessas tratativas. A partir do momento em que ele expediu uma  
2275 resolução dando o efeito suspensivo da resolução de cassação do PAS, isso foi  
2276 transferido, a responsabilidade da interlocução, operacionalidade, aplicabilidade, das  
2277 políticas públicas inerentes, pensando na visão intersetorial por parte da Secretaria de  
2278 Estado. E, assim sendo, lá consta no documento, como prazo, até 30 de dezembro.  
2279 Como isso chegou para a gente, foi apresentado hoje, nós, através da Comissão de  
2280 Normas, faremos avaliação a partir de amanhã e, inclusive, apreciando o cronograma  
2281 que não foi apresentado ali, que o Colegiado não conhece absolutamente o  
2282 cronograma e a implementação no detalhe daquilo que foi apresentado, então, nós  
2283 precisamos debruçar sobre isso para sabermos. E nisso fica prejudicado, também, a  
2284 solicitação por parte do empreendedor quando pede a deliberação para efeito da 355,  
2285 então não. Pode apreciação, o Colegiado vai continuar acompanhando e monitorando  
2286 através da Comissão de Normas, se houver necessidade estaremos lá. Quando da  
2287 tratativa junto aos empreendedores com apresentação para os atingidos. Não sei os  
2288 empreendedores conhecem, penso que não, vão conhecer, também, o processo, acho  
2289 que é direito de ambas as partes, para aí, então, a gente poder monitorar, então, aí o  
2290 Conselho vai se manifestar. Ok? Eu chamaria a conselheira Cristiane, então, e a  
2291 conselheira Nívia para fazer a apresentação. Para fazer a apresentação do próximo  
2292 ponto de pauta que seria a metodologia e análise de elaboração do plano estadual de  
2293 assistência social. Sob a coordenação da Comissão de Orçamento que é a Cristiane  
2294 Nazareth e a Subsecretária de Assistência Social, Nívia. CRISTIANE NAZARETH -

2295 Boa tarde a todos! Eu vou pedir licença à Mesa para que eu possa ficar lá em baixo.  
2296 Fora do palco. Em relação à análise dos planos de assistência social foi feita uma  
2297 solicitação por parte da URCMAS de Montes Claros já, foi até mandado por e-mail,  
2298 que é exatamente a dificuldade de fazer análises dos planos de assistência social dos  
2299 municípios, né? Como que é feita essa análise, como que é pensado, como que os  
2300 Conselhos Municipais e o Conselho Estadual fazem o monitoramento do plano de  
2301 assistência social. Então, como exemplo desse processo, o Conselho Estadual traz  
2302 para vocês a metodologia que o Conselho Estadual adquiriu e traz, também, algumas  
2303 dicas em relação à essa questão do monitoramento do plano de assistência social e  
2304 orçamento dos municípios. Pois é, e a “Fran” está me lembrando aqui, é  
2305 importantíssimo que os Conselhos fiquem bastante atentos porque ano que vem,  
2306 2013, é ano de elaboração do plano plurianual dos municípios, né? Os prefeitos que  
2307 foram eleitos esse ano, ano que vem eles realizam, ainda, o plano que foi elaborado  
2308 na gestão anterior, e aí ele tem que, até o final do ano, apresentar o plano de ação  
2309 para os quatro anos de governo dos quais serão as prioridades tanto orçamentárias  
2310 quanto as ações que serão desenvolvidas nesses quatro anos, então, é  
2311 importantíssimo que os conselheiros que estão aqui fiquem bastante atentos à essa  
2312 metodologia e, também, vai ser para nós, conselheiros estaduais, um revisitar essa  
2313 metodologia em relação à análise dos planos. Então, como é que nós fazemos... -  
2314 Você passa para mim? -. Primeiro é isso, né, que já foi falado... O Conselho Estadual  
2315 de Assistência está analisando o plano plurianual, o plano de assistência social, 2012  
2316 a 2015, porque esse é o período do Estado, o período municipal já começa 2014, né,  
2317 porque em 2013 ele elabora para 2014. O plano de assistência social é um  
2318 instrumento totalmente estratégico para a gestão. A gente está o tempo todo  
2319 reforçando isso, né, da necessidade de um plano. A Assistência Social deixou, na  
2320 verdade, nunca foi, mas deixou de ser reconhecida como um favor, ela é uma política  
2321 pública, de direito, assim como as outras políticas públicas de Saúde, de Educação,  
2322 ela precisa de ter esse planejamento, então, é importante a gente estar sempre  
2323 ressaltando isso. E a questão do plano de assistência social ele ganha ainda mais  
2324 força quando a gente fala do sistema único de assistência social e da lei orgânica que  
2325 coloca exatamente isso, então é uma lei federal, é um sistema único, também, é  
2326 reconhecido e reafirmado em lei que a gente está falando, né? E aí, a gente está  
2327 sempre reforçando isso, né? Uma das questões que a constituição federal trouxe é a  
2328 autonomia dos entes federados, do município, estado, e a união. E cada um tem  
2329 competências específicas em relação às suas responsabilidades, aquilo que ele deve  
2330 executar, então não existe mais o Governo Federal elaborar um plano para os  
2331 municípios executarem, não é isso, o plano é elaborado, é construído pelo município,

2332 assim como o plano de assistência social estadual é elaborado e pensado pelo  
2333 Estado. Existem diretrizes nacionais, e aí o SUAS está aí, Sistema Único de  
2334 Assistência, está colocando essas diretrizes. Existem as diretrizes, mas o plano é de  
2335 autonomia do município para a sua elaboração. É importante a gente reafirmar  
2336 exatamente essa questão do plano ser esse instrumento estratégico, né, ele tem para  
2337 que ajustes intervenções entre as esferas estaduais o plano de assistência vai  
2338 demonstrar, inclusive, quais são as intervenções do Estado, da União, principalmente  
2339 quando a gente fala da questão do cofinanciamento, até porque, hoje está colocado na  
2340 política o cofinanciamento da política de assistência social e o cofinanciamento  
2341 significa das três esferas, isso é importante a gente estar sempre reafirmando. É um  
2342 instrumento de planejamento técnico e financeiro, então não é um plano de intenções,  
2343 assim, "ah, tem que ter lá, previsto, qual que vai ser o orçamento para que aquela  
2344 ação, para que aquela intervenção seja realmente efetivada", não existe ação sem  
2345 orçamento e é orçamento público, isso tem que estar muito bem claro nesse  
2346 planejamento, senão fica muito bonito, não é, gente? A gente fala sempre isso, papel  
2347 aceita tudo, né? Mas tem que estar garantido nesse planejamento a questão do  
2348 orçamento. E aí ele é o produto, o plano de assistência social, o documento, né, a  
2349 gente está falando de um documento mesmo, um papel, assim, um plano escrito, ele é  
2350 o produto de tudo aquilo que foi discutido, pensado pela gestão juntamente com os  
2351 Conselhos, usuários, a sociedade, das prioridades que são definidas, e aí a gente não  
2352 pode esquecer-se do espaço fundamental de definição de prioridade que são as  
2353 conferências, as conferências estaduais, as conferências municipais, são espaços  
2354 prioritários, são espaços importantes, deliberativos, onde essas prioridades muitas  
2355 vezes vão estar sendo definidas juntamente com a população. Até aqui tudo bem,  
2356 gente? Está dando para acompanhar direitinho? Tranquilo? Beleza? Então está bom.  
2357 O plano de assistência social também é condição para o recebimento de recursos,  
2358 para os municípios receberem recursos de cofinanciamento, e aí, mais uma vez a gente  
2359 reforça a importância da gestão, né. Eu acho que é isso que o SUAS está trazendo de  
2360 tão inovador, né, valorizar uma gestão de qualidade, gestão de qualidade pressupõe  
2361 planejamento, execução, monitoramento, replanejamento e vai por aí a fora. Ele  
2362 requalifica ou ele reafirma todo o processo, então, o tempo todo a gente está... Brigou-  
2363 se muito por isso, para que houvesse a retirada daqueles planos de gabinete. A gente  
2364 sabe muito bem que resultado que tem quando os planejamentos, os projetos, eles  
2365 são elaborados sem a participação popular, eles acabam sendo planos de gabinete e  
2366 não tendo efeito, não tendo resultado que se espera, então, ele tem que, realmente,  
2367 propiciar nesse processo com diálogo, o diálogo e a negociação com os vários atores,  
2368 né, a rede socioassistencial. Quando a gente fala de rede socioassistencial a gente

2369 está falando tanto da rede estatal, CRAS, CREAS, as equipes, quanto das entidades,  
2370 das associações, das entidades que desenvolvem, também, serviços na área de  
2371 assistência social, serviços, programas e projetos. Então, a que se pensar no processo  
2372 de construção do plano que seja realmente participativo, que seja realmente  
2373 democrático para que se possam atender todos esses processos, né? - Pode passar -.  
2374 O Plano, como que... Elementos que a gente teria para poder dizer que esse plano é  
2375 relevante? Ele é relevante quando ele é capaz de fomentar, então, esse debate no  
2376 campo da assistência que é muito favorável para nós. Quando a gente começa a  
2377 trabalhar com a população, com a sociedade sobre a Assistência Social a gente  
2378 desconstrói uma série de conceitos que ainda persistem sobre a Assistência Social de  
2379 que a Assistência Social é favor, que é caridade, que é benevolência, que é cuidar dos  
2380 coitadinhos, e não é essa a Assistência Social que nós construímos, não é essa a  
2381 Assistência Social que nós estamos trabalhando nela. Então, quando o plano é uma  
2382 oportunidade, também, para esse debate, para essa discussão com a população, com  
2383 a sociedade, até para as pessoas entenderem o que cabe dentro de um plano de  
2384 assistência social... O que realmente são ações de assistência social? O repasse, o  
2385 acesso a remédio? É assistência social? Nós sabemos que não, mas muitos dos  
2386 usuários ainda pensam que o acesso a remédio é de responsabilidade da assistência,  
2387 e é da responsabilidade da política de quê? Saúde! Que é universal, então que faça  
2388 chegar à todas as pessoas os direitos que estão colocados. Não é, Tanit, da Saúde?  
2389 Bom, bem que o plano, gente, e aí ele é relevante quando ele é capaz de produzir  
2390 dados consistentes, e aí tem um aspecto que a gente precisa de ter um cuidado  
2391 grande como conselheiros, como cidadãos. Existe uma prática, infelizmente já muito  
2392 difundida em muitos municípios, e isso eu estou falando porque pessoas me contaram,  
2393 eu já ouvi isso nas nossas andanças, de simplesmente serem um processo formal, é,  
2394 na verdade, uma cópia de um plano de outro município, e aí, ou então do plano  
2395 anterior, né? Então, assim, "Ah, nós vamos copiar, o plano é a mesma coisa, esse ano  
2396 não mudou nada, nesses quatro anos não mudou nada"... "Então vamos reconhecer a  
2397 minha incompetência como gestor porque em quatro anos não mudou nada, eu estou  
2398 fazendo o que aqui, né?"... "Eu sou pago para apresentar soluções, né, se eu sou  
2399 gestor", então, por favor, tem essas coisas. Mas então, isso é importante a gente  
2400 analisar se aqueles dados realmente, quase que a gente tem que conferir se aqueles  
2401 dados são realmente do município que a gente faz parte. Inclusive, levantamentos  
2402 sobre as reais vulnerabilidades que existem, ou naqueles grupos, as vulnerabilidades  
2403 territoriais por aí a fora. E é realmente um documento ou um processo que vai  
2404 conduzir os gestores da Assistência social a inserir, inclusive, à Assistência Social na  
2405 agenda pública, afinal de contas, os recursos são sempre escassos. Ontem foi falado

2406 muito aqui da questão da vinculação de recursos, né, a Educação já tem lá recursos,  
2407 pelo menos um percentual garantido de investimento, a Saúde e, também, a  
2408 Assistência Social "Ah, é o que sobrar", não! Não é o que sobrar. Se tem um  
2409 planejamento consistente, se tem pressão, se a gente tem aí um grupo que possa, de  
2410 fato, exigir, né, e aí ele exigir mesmo que os direitos desses usuários ele acaba se  
2411 tornando algo que está dentro da agenda pública, está posto dentro da agenda pública  
2412 assim como as outras políticas. Ok? Prontinho. E aí, qual é a função, então, do  
2413 Conselho Municipal, do Conselho Estadual, nesse processo? Essa participação... O  
2414 Controle Social, quando a gente fala de Controle Social dos planos de assistência...  
2415 Aliás, gente, quando a gente fala de Controle Social nos Conselhos de Assistência  
2416 Social eu, como conselheira estadual, eu não consigo ver nada tão relevante quanto a  
2417 questão do planejamento e do orçamento. A inscrição de entidade é importante, outras  
2418 questões são importantes, mas o que deveria preencher de maneira significativa as  
2419 nossas pautas são... O plano de assistência social, o monitoramento e a execução  
2420 dele, porque isso é monitoramento da política pública, do plano que é público. Então,  
2421 nesse processo, ele é... Esse processo deve ser feito dentro de um modelo ou uma de  
2422 uma forma que realmente favoreça a participação e o fortalecimento dos Conselhos  
2423 Municipais de Assistência Social e, também, do Conselho Estadual. O Conselho  
2424 Municipal, o Conselho de Assistência, ele é responsável pela análise e aprovação do  
2425 plano e o acompanhamento sistemático que é outro aspecto que a gente não pode  
2426 esquecer. Não é só aprovar o plano... Aprovou o plano plurianual, plano para quatro  
2427 anos, e aí quatro anos depois a gente vai descobrir o que aconteceu, não, precisa ter  
2428 um processo dentro do Conselho de monitoramento, de acompanhamento sistemático  
2429 da execução desse plano. O Conselho Estadual de Assistência Social faz isso de três  
2430 em três meses, né, trimestralmente. E esse acompanhamento trimestral está na nossa  
2431 Resolução, então, o gestor, no caso a Nívia, que é a gestora, ela sabe que, como  
2432 gestora, de três em três ela tem que apresentar o relatório trimestral da execução do  
2433 plano de Estado... Relatório físico e financeiro. E como que ela apresenta para gente?  
2434 Nós dizemos para ela o que queremos saber porque nós, também, né, gente,  
2435 conselheiros, não somos bobos, não. Nós construímos um roteiro que favoreça a  
2436 nossa análise porque é muita coisa. É a mesma coisa ali, olha, chegaria um  
2437 calhamaço desse aqui do plano de assistência social para a gente analisar, "não, mas  
2438 espera aí, a gente não dá conta de analisar tudo isso". Então, o que a gente precisa,  
2439 enquanto Conselho, analisar? Quais são as prioridades, os diagnósticos? Vem sim, o  
2440 material todo, mas na hora da apresentação a Secretária, a gestora, faz uma  
2441 apresentação que seja mais fácil para o conselheiro entender. Então é dessa forma.  
2442 Então, o que deve ser observado na análise desses planos? São algumas coisas,

2443 gente, claro que muitas outras poderiam, mas, basicamente, o que precisa ser  
2444 observado. - Pode ir. -. Nós temos que analisar o plano anterior, então é recuperar... O  
2445 que o plano de assistência social anterior traz? E comparar com o novo plano para  
2446 verificar se foi repetido, né. Algumas ações serão repetidas, lógico, porque nós  
2447 trabalhamos numa política que tem ações continuadas, então tem ações que são  
2448 continuadas. Houve aumento da demanda? E aí aquela questão, se os dados são  
2449 consistentes em relação ao município precisa ter uma análise do que avançou, do que  
2450 precisa ser melhorado, se aumentou a demanda, se chegaram migrantes e pessoas  
2451 vieram para o município, se aumento a população, quer dizer, o que aconteceu nesses  
2452 quatro anos? Então, se houve aumento da demanda e se houve aumento ou não dos  
2453 recursos financeiros para a execução da política de assistência social no município,  
2454 né, então, é importante verificar isso. Verificar se há propostas preventivas para evitar  
2455 a repetição dos insucessos. Durante toda a análise do plano de assistência social é  
2456 necessário dizer dos avanços, daquilo que não foi possível alcançar, e aí, isso aí não  
2457 é, a apresentação de plano de assistência social não é o rol de justificativas... É  
2458 apresentar "Olha, aqui avançou, aqui não avançou...", mas no ano, no próximo ano, o  
2459 que vai ser feito para que não haja esses insucessos, caso sejam comprovadas  
2460 algumas questões que não chegaram, que não tiveram êxito por algum motivo.  
2461 Levantar os avanços e desafios apresentados. É preciso analisar, gente, se o plano de  
2462 assistência social está de acordo com as diretrizes, as concepções que hoje estão  
2463 sendo criadas, difundidas, que nós lutamos, né, para que a assistência social tivesse  
2464 essas diretrizes, então, quais... Se esse plano está de acordo com essas diretrizes,  
2465 né, questões mínimas como isso que eu acabei de falar, é um plano de assistência ou  
2466 é um plano de saúde. O que é isso? Não, é um plano de assistência social que tem as  
2467 diretrizes da assistência social. Está colocado na constituição federal, está colocado  
2468 na lei orgânica de assistência social que a responsabilidade maior, como é uma ação  
2469 pública, então, é do poder público, então a oferta de serviços na assistência social,  
2470 hoje, é responsabilidade do poder público. As entidades têm ação complementar,  
2471 então não é responsabilidade das entidades a oferta de serviços de assistência social.  
2472 Elas ofertam de forma complementar, a quem? Ao poder público, ao município, à  
2473 prefeitura. E aí, precisa verificar isso, como que isso está descrito no plano de  
2474 assistência social e se o plano realmente atende as competências legais da gestão.  
2475 Verificar se está isso está inserido no PPAG. O que é o PPAG? O Plano Plurianual,  
2476 nós estamos falando, aqui, dele, do Plano Plurianual, só que o Plano Plurianual trata  
2477 de todas as políticas, não é isso? Vai tratar de tudo, inclusive, de obras, construções,  
2478 tudo. O Plano de Assistência Social é um desses planos que vai estar contido dentro  
2479 do PPAG, então, analisou, a gente depois precisa, depois que o PPAG passa pela

2480 Câmara Municipal, vou focar no município, né, nós aqui, na Assembleia, a gente  
2481 precisa saber se aquele plano que foi aprovado, então, lá na Câmara, se ele realmente  
2482 contempla tudo aquilo que a gente discutiu no Conselho Municipal junto ao gestor,  
2483 então, verificar se está inserido nesse PPAG. Há necessidade... E aí, gente, esse  
2484 negócio do PPAG depende muito do prazo que está sendo analisado pelo Conselho.  
2485 O PPAG tem prazos legais de serem tramitados no município e no estado, então,  
2486 precisa verificar isso. Há, também, o ciclo orçamentário dos órgãos do poder público  
2487 ele compreende o PPAG, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual,  
2488 isso compete ao PPAG de quatro anos, à LDO e à Lei Orçamentária todo ano, isso  
2489 tudo ano acontece. Então a gente precisa estar sempre atento a esses documentos  
2490 também, se eles estão... Se o plano de assistência está articulado com esses  
2491 instrumentos de gestão, se ele está articulado com o pacto de aprimoramento de  
2492 gestão, principalmente isso em geração ao Estado, a gente acompanha esse pacto, e  
2493 dois instrumentos que quem... Os municípios que recebem recurso do Governo  
2494 Federal elaboram que é o Plano de Ação e o demonstrativo físico financeiro que é  
2495 elaborado dentro do sistema SUASWEB, e no caso do Estado é o plano de serviço e o  
2496 demonstrativo que é elaborado dentro do SIM, né... Não é dentro do SIM mais? Do  
2497 site da SEDESE. Então, esses extratos aí que são elaborados dentro de um sistema  
2498 têm que estar de acordo com o plano de assistência social maior, então, gente, o  
2499 plano de assistência social não é o plano de ação para o recurso do Governo Federal  
2500 para o plano de ação com recurso do Governo do Estado. Esses planos... O plano de  
2501 ação demonstrativo físico financeiro está dentro desse processo todo. Na perspectiva  
2502 territorial regional verificar se há a descrição e análise e a explicação em relação à  
2503 realidade social e ao qual, de fato, pretende intervir. O órgão gestor é responsável pela  
2504 elaboração e a execução do plano, então, isso aí está muito claro para a gente. E não  
2505 é o Conselho... Não é nem o Conselho e nenhum conselheiro de assistência social  
2506 que vai elaborar esse plano, quem elabora é o órgão gestor, é a Secretaria de  
2507 Assistência Social, juntamente com sua equipe dentro desse processo que a gente  
2508 está aqui dizendo que tem que ser um processo participativo e democrático. Deve  
2509 definir os limites, inclusive, de sua competência, ele tem... Hoje está muito definido o  
2510 que é a Assistência Social, qual é a competência que está colocada com isso. No  
2511 entanto, a Assistência Social se articula com outra política, ela não está sozinha,  
2512 isolada no mundo, e o plano pode apontar, sem dúvida nenhuma, como serão feitas  
2513 essas articulações. Então, o que tem que ter no plano basicamente como a gente está  
2514 falando até agora? O diagnóstico da realidade do município, não é do outro município,  
2515 não dá para copiar, tem que ter um processo, sim, de diagnóstico, eu acho que a hoje  
2516 a gente teve, aqui, um exemplo na apresentação da SEDESE da importância de você

2517 ir ao local e fazer um diagnóstico do local, conhecer as pessoas, ver o que está  
2518 acontecendo naquele local porque senão você planeja algo que não tem nada a ver  
2519 com aquela realidade, inclusive, tem muitas potencialidades nas realidades, também,  
2520 não é só vulnerabilidade. O mapeamento da cobertura da rede prestadora de serviço,  
2521 isso é importante ter uma visão de todos os serviços que estão no município até  
2522 mesmo para saber onde tem demanda, onde tem cobertura, quais são os territórios,  
2523 as regiões, os bairros, como que está a cobertura na área rural, no campo, desses  
2524 serviços. Então, tanto da rede privada, tanto das entidades, quanto da rede pública, os  
2525 objetivos, as diretrizes e prioridades, metas e previsão de cursos, eu já falei, tem que  
2526 ter lá o orçamento, o financiamento, ou seja, de onde vêm, quais são as fontes de  
2527 financiamento, a forma de monitoramento e avaliação. E aí é um detalhamento de  
2528 cada um desses itens, né, só para a gente aprofundar o que é cada um desses itens.  
2529 O diagnóstico, como eu já disse, é o levantamento da realidade de maneira muito clara  
2530 e ouvindo muito bem os usuários, essa questão da escuta... Quem gosta muito de  
2531 falar isso é psicólogo, essa escuta muito bem qualificada de quais são realmente as  
2532 realidades do que esse usuário traz para e como demanda. Sem esquecer a questão  
2533 da conferência, gente, eu acho que a gente não pode, aqui, deixar de pensar que a  
2534 conferência municipal, a conferência estadual é um espaço de definir, também,  
2535 algumas questões. A rede, como eu já falei, a rede prestadora é de serviços de  
2536 diversos territórios, devendo ser analisada em face, inclusive, das demandas sociais,  
2537 da natureza, das ações, o que cada... Sabe que tem a entidade, mas o que ela faz?  
2538 Qual realmente é a natureza dela? Qual é o serviço que ela presta e como ela presta?  
2539 Que é outro aspecto que é importante, também, estar. Os objetivos, gente, objetivo  
2540 não é ação, a gente sempre fala isso, objetivo é o resultado que se pretende atingir  
2541 com a execução do plano. É a transformação dessa realidade detectada lá no  
2542 diagnóstico, então, tem que estar claro o que vai transformar, o que este plano vai  
2543 mudar... Que se pretende mudar durante essa execução nesses quatro anos. - Pode  
2544 passar -. A priorização, porque claro, vão ter prioridades que vão estar definidas ali,  
2545 vai levantar uma demanda enorme, mas aí vão ter ali o que vai ser priorizado dentro  
2546 desse processo e isso é importante a gente ter com clareza, quais serão de fato essas  
2547 prioridades, até mesmo para gente poder avaliar e monitorar a execução precisa estar  
2548 claro isso. A previsão de custo eu já falei, os recursos que são necessários, os  
2549 orçamentos, a fonte. E um aspecto, gente, que nós conquistamos, estamos  
2550 conquistando nesse processo de construção ou de consolidação do Sistema Único de  
2551 Assistência é o papel real do fundo, então, o recurso da Assistência Social está no  
2552 fundo de Assistência Social. Esse é um aspecto que está colocado para a gente. A  
2553 proposta, então, orçamentária, eu já falei, deve acompanhar a elaboração do

2554 orçamento anual, do executivo, e, a gente precisa lembrar que o orçamento, a gente  
2555 fala muito de orçamento e eu custei a aprender isso no conselho, porque eu achava  
2556 assim, planejou está certo de ser executado, o orçamento está garantido. E aí, eu  
2557 custei a entender o que é orçamento e o que é financeiro. O orçamento não significa  
2558 dinheiro, orçou cem mil reais, não quer dizer que já tem cem mil reais na conta para  
2559 gastar. Então, o orçamento, quando o plano é aprovado pelo Conselho Municipal, ele  
2560 vai para a Câmara, vai para o legislativo, o legislativo, os vereadores aprovaram o  
2561 plano, fizeram audiência pública, né, gente, para o pessoal poder participar porque  
2562 não é assim, não é nem de gabinete, nem no executivo e nem no legislativo. Quando o  
2563 orçamento vai para a Câmara tem que fazer audiência pública para o povo conhecer o  
2564 que está acontecendo e discutido. E aí, depois desse processo todo, não significa,  
2565 ainda, que nós, que esses orçamentos estão garantidos. Significa que o gestor foi  
2566 autorizado a cumprir aquele plano, então, por isso que o monitoramento é importante  
2567 porque a execução orçamentária vai depender muito do nosso trabalho como  
2568 Conselho, do trabalho da sociedade, das cobranças, da pressão mesmo, né, não tem  
2569 jeito porque é dessa forma. Então, essa previsão é nesse sentido. - Pode passar. -.  
2570 Além disso, é necessário prever no plano as estratégias dessa integração que a gente  
2571 chama de serviços, programas, projetos e benefícios, então tem que estar ali descrito.  
2572 Outro aspecto fundamental que a gente pelo menos... De tantos outros que vão estar  
2573 previstos neste plano, mas a gente não pode esquecer, é a questão da formação e  
2574 qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência, e, quando a gente  
2575 fala de trabalhadores do Sistema Único, são os trabalhadores do CRAS, CREAS,  
2576 gestão, mas também os trabalhadores das entidades. A gente está falando aqui de  
2577 trabalhadores que estão envolvidos na prestação de serviços de assistência social  
2578 (para) população, então, assim como o servidor público, o trabalhador público precisa  
2579 de qualificação, aquela assistente social, aquele educador, aquela pessoa que está na  
2580 entidade de Assistência Social, também, precisa ser qualificada e, como as diretrizes  
2581 são dadas pelo poder público, né... Hoje a gente tem várias Resoluções, nada mais  
2582 justo de que ser exatamente o gestor, a gestão, responsável pela qualificação de nós,  
2583 inclusive, eu faço parte de uma entidade, eu já participei de várias qualificações e é  
2584 nesse processo que a gente vai se qualificando para prestar um bom serviço ao  
2585 usuário, então, é importante estar ali, e, também, os conselheiros, então, a  
2586 qualificação do Conselho de Assistência Social também tem que estar prevista no  
2587 plano de assistência social. E aí já foi falado, então, da importância desse  
2588 monitoramento, o Controle Social vai acompanhar as etapas desse orçamento público.  
2589 Nós estamos... Vocês vão ver daqui a pouco, nós, Conselho Estadual, estamos nos  
2590 preparando para participar da audiência pública da Assembleia Legislativa que vai

2591 tratar do orçamento que foi aprovado no Conselho porque a gente sabe das diversas  
2592 forças, das diversas... Pode chamar de embates, né? Mas nas questões que... Nas  
2593 disputas pelo orçamento das outras políticas, então, a gente tem que ajudar a  
2594 Assistência Social a ser reconhecida e tem que defender, inclusive, propor emendas  
2595 para que mais recursos sejam contemplados porque o legislativo tem esse poder de  
2596 colocar emendas, então, a gente propõe, o legislativo acata, já tivemos alguns  
2597 sucessos e a gente vai se preparar aqui, como Conselho Estadual, para ir para  
2598 audiência pública do orçamento estadual que vai ser na Assembleia no mês de  
2599 novembro, então, os Conselhos Municipais também precisam se preparar depois de  
2600 todo esse processo, ainda, de participar na câmara para essas etapas. Tem que  
2601 acompanhar a execução porque a gente tem que garantir. E aí, gente, estabelecer se  
2602 o Conselho Municipal da sua região, do seu município, ainda não estabeleceu uma  
2603 Resolução que estabeleça qual que é a prioridade que o gestor deve, a periodicidade  
2604 que o gestor deve apresentar os relatórios para o Conselho, porque não adianta a  
2605 gente, depois, "Passou um ano, o gestor não apresentou nada, mas qual Resolução  
2606 que estava prevista que ele tinha que apresentar de três em três meses, de quatro em  
2607 quatro meses...", mas do que isso não, viu, gente, porque senão não dá conta. E aí, é  
2608 isso, gente. Muito obrigada! - A cachoeira para a gente poder sentir... NÍVIA - Eu vou  
2609 falar aqui em cima. Bom, pessoal, vocês ouviram uma aula teórica da conselheira  
2610 Cristiane, e agora eu vou fazer, menos ou menos, a parte prática, como que se  
2611 elabora um plano de assistência social, e aí, eu vou fazer aqui uma demonstração de  
2612 como que foi elaborado o plano estadual de assistência social 2012-2015. Ele foi já  
2613 elaborado, concluído neste ano, nós, na verdade, já estamos executando esse plano.  
2614 Ele foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite e está no Conselho de  
2615 Assistência Social para avaliação, estamos colhendo sugestões dos conselheiros  
2616 nesse momento, então, ele está em pleno momento de adequação para que a gente  
2617 possa passar, então, para a etapa de aprovação, de deliberação no Conselho  
2618 Estadual de Assistência Social. Uma vez deliberado no Conselho de Assistência  
2619 Social é que nós podemos, então, de fato, trabalhar em cima da execução conforme o  
2620 planejamento foi aprovado. Então, como que se deu o processo de elaboração do  
2621 nosso plano estadual de assistência social? Aí eu queria só lembrar que os planos de  
2622 assistência social já estão previstos no Artigo nº 30 da LOAS e ele está fazendo parte  
2623 do Capítulo 3 desta nova NOB que nós discutimos aqui, ontem. Então, Capítulo 3 da  
2624 nova NOB está tratando da elaboração dos planos de assistência social. E aí tem  
2625 todas as diretrizes que a Cristiane acabou de dizer aqui, estão descritos neste  
2626 Capítulo 3 da NOB. Então, é difícil elaborar um plano? Não, não é difícil. Na verdade,  
2627 a gente já tem toda uma normativa, a gente já tem toda a legislação que nos orienta, e

2628 aí, em qualquer nível, Federal, Estadual e Municipal, à elaborar os seus planos. O que  
2629 nós temos de diferente é que são contextos diferentes, são realidades diferentes, são  
2630 dimensões diferentes, mas o plano municipal também tem que ser construído em cima  
2631 dessa diretrizes que estão dadas no Artigo 30 e no Capítulo 3 da NOB. Então, quais  
2632 são os elementos que nós consideramos na elaboração do plano estadual de  
2633 assistência social 2012-2015? O pacto de aprimoramento da gestão que foi um outro  
2634 documento elaborado no ano passado, que diz respeito ao período de 2011 a 2015,  
2635 então, nós tivemos que seguir todo o planejamento, tudo que foi pactuado neste  
2636 documento. O plano estadual de capacitação, CAPACITASUAS, que é o plano que  
2637 trata das questões específicas de capacitação profissional dos trabalhadores e  
2638 conselheiros do SUAS e que, agora, segue, também, uma orientação, uma diretriz  
2639 federal, então, esse plano de capacitação, também, já foi elaborado em 2011, em  
2640 2012 nós aprovamos, pactuamos na CIB e aprovamos no Conselho Estadual de  
2641 Assistência Social. Então, o plano estadual de capacitação, também, é parte  
2642 integrante deste planejamento as prioridades nacionais que já estão dadas para o  
2643 Sistema Único de Assistência Social, então, nós temos que obedecer, nós temos que  
2644 seguir, todas as diretrizes que já estão colocadas pela Lei 12.435. No nosso caso nós  
2645 temos a Lei 19.444 que é a adequação da legislação da política estadual de  
2646 assistência social à adequação da LOAS que foi estabelecida pela 12.435, assim  
2647 como a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, e aí vai todas as  
2648 orientações, normativas, para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.  
2649 As deliberações do CEAS, e aí, no nível municipal vocês têm que estar seguindo,  
2650 também, todas as deliberações dadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social  
2651 no regramento da política de assistência social. O PPAG, como a Cristiane disse, que  
2652 é um planejamento plurianual de gestão, que é um documento maior, onde todas as  
2653 políticas, todo o financiamento, todas as ações para os próximos quatro anos estão  
2654 previstos, um documento que é para todo o Estado. No caso de vocês, para todo o  
2655 município, mas aí vocês vão elencar as ações para a Assistência Social que estão  
2656 previstas no PPAG e no estágio de organização do Sistema Único de Assistência  
2657 Social em Minas Gerais, então, a gente precisa de seguir a realidade do Sistema  
2658 Único de Assistência Social no Estado, mas claro, também, definindo ações que  
2659 possam trazer avanços, né, onde a gente possa melhorar, onde a gente possa  
2660 aprimorar o Sistema Único de Assistência Social a partir do estágio em que ele se  
2661 encontra hoje. - Pode passar, for favor -. Então, aqueles lá, de anterior, ele diz do  
2662 marco legal que regula, que oriente, que norteia, as previsões contidas no plano de  
2663 assistência social. Então, como que ficou a estrutura do nosso plano estadual de  
2664 assistência social? O Capítulo 1, Introdução; o Capítulo 2, Apresentação Institucional

2665 do Órgão Gestor; Capítulo 3, O Diagnóstico Socioeconômico, que é importantíssimo e  
2666 que é o Censo SUAS que vai orientá-los na contextualização, no levantamento de  
2667 dados da realidade do município, da realidade instalada e da realidade de demanda  
2668 reprimida por atendimento, da realidade da rede que ainda precisa ser implementada  
2669 no município. No nosso caso os dados socioeconômicos do Estado dividido por  
2670 regiões, dividido por porte de município e, contextualizado com o mapeamento da rede  
2671 socioassistencial implantada hoje em todos os municípios e da rede socioassistencial  
2672 que nós ainda temos que implementar para avançar na estruturação do SUAS no  
2673 Estado. Objetivo geral, objetivos específicos, e aí nós construímos alguns eixos que  
2674 são a implementação do SUAS, o SUAS na dimensão da proteção social básica, o  
2675 SUAS na dimensão da (proteção) social especial, o eixo 4, que é a gestão do trabalho  
2676 que diz da capacitação, que diz da implantação da NOB-RH, da realização de  
2677 concurso, o eixo 5, atua apoio às instâncias de pactuação e deliberação que são a  
2678 Comissão Intergestores Bipartite e o Conselho Estadual de Assistência Social, o eixo  
2679 6, que vai tratar do financiamento desse planejamento, o eixo 7, na informação,  
2680 monitoramento e avaliação que é a vigilância socioassistencial, o eixo 8, que são as  
2681 ações itnersectoriais do Estado, o eixo 3, que trata da avaliação e o monitoramento da  
2682 execução do plano de assistência social, e o Capítulo 4, de toda a bibliografia que  
2683 orienta a elaboração. - Pode passar, por favor -. Então, eu trouxe de forma sintética,  
2684 né, essas partes do Plano, então, o objetivo geral que busca avançar na consolidação  
2685 do Sistema Único de Assistência Social por meio da estruturação da gestão municipal  
2686 e busca contribuir para o apoio do aprimoramento dos serviços, programas e  
2687 benefícios ofertados à população em situação de vulnerabilidade social no Estado. -  
2688 Pode passar -. Dos objetivos específicos, no nosso caso, do órgão gestor do Estado  
2689 que (ia) apoiar todos os municípios no aprimoramento da gestão do SUAS,  
2690 universalizar o cofinanciamento da Assistência Social à todos os municípios até o ano  
2691 de 2013, que no nosso caso é o Piso Mineiro da Assistência Social, que no ano de  
2692 2013 irá contemplar todos os 853 municípios. Universalizar a proteção social básica,  
2693 estendendo a rede de CRAS aos 853 municípios. Nós ainda temos, no nosso Estado,  
2694 19 municípios que ainda não possuem o equipamento CRAS, então, um dos nossos  
2695 objetivos é dar essa cobertura a todos os municípios, pelo menos 1 CRAS em cada  
2696 município. Organizar os serviços regionalizados de proteção social e especial de  
2697 média e alta complexidade, no Estado, ainda é o nosso grande desafio, a proteção  
2698 social e especial de média e alta complexidade é, no que diz respeito às competências  
2699 do Estado, que são CREAS regionais, que são serviços regionalizados para esse  
2700 atendimento, no caso das regiões que tem municípios que não têm demanda para um  
2701 serviço municipal, mas que num conjunto de municípios próximos há demanda por um

2702 atendimento regional. Então, nós estamos trabalhando nessa perspectiva de começar  
2703 a implantação desses serviços, então, temos toda uma previsão de concluir em quatro  
2704 anos. Coordenar o Programa Bolsa Família em todo o Estado, a coordenação estadual  
2705 deste Programa fica a cargo da Subsecretaria de Assistência Social. - Pode passar,  
2706 por favor -. Então, cada tópico ali, cada objetivo específico, demanda um conjunto de  
2707 ações, demanda um conjunto de execuções a nível de município, e alguns ali  
2708 setorializados, então a gente tem as diversas superintendências e diretorias que ficam  
2709 responsáveis por suas áreas específicas. Dentro ainda dos objetivos específicos,  
2710 coordenar, gerenciar e executar programa de capacitação continuada para os atores  
2711 da Assistência Social, que é a execução do plano estadual de capacitação, monitorar  
2712 os serviços da proteção social básica, proteção social especial e benefícios eventuais  
2713 cofinanciados pelo Estado por meio do sistema de informação e monitoramento,  
2714 então, é todo o trabalho de vigilância socioassistencial, monitoramento e informação  
2715 que a gente precisa fazer, né, no acompanhamento da execução da política no  
2716 Estado, no acompanhamento da execução físico financeira do cofinanciamento, tanto  
2717 estadual quanto federal. - Pode passar, por favor -. E é esse monitoramento que vai  
2718 nos dizer como que os municípios estão executando a política de assistência social,  
2719 qual que é a capacidade de atendimento, de execução dos recursos que são  
2720 repassados para os municípios para que a gente possa, em cima deste  
2721 monitoramento, defender ações estratégicas de assessoramento técnico à esses  
2722 municípios de capacitação, de modo que a gente cumpra com outro objetivo, que é  
2723 apoiar os municípios na implementação do Sistema Único. Dentro do eixo de  
2724 monitoramento e avaliação, então, o eixo deverá ser constituído de diferentes etapas,  
2725 e aí, há toda uma previsão de instrumentais e de ações para que a gente execute este  
2726 monitoramento, e aí, para cada objetivo específico a gente vai ter uma sistemática de  
2727 monitoramento da execução. O monitoramento e avaliação serão executados de forma  
2728 compartilhada entre as instâncias de gestão, pactuação e controle social. Então,  
2729 quando a Cristiane fala da prestação de contas, da avaliação, da execução físico  
2730 financeira do Estado, é dessa forma que nós vamos prestar contas para o Controle  
2731 social da execução dessas ações que estão planejadas, então, no nível municipal é da  
2732 mesma forma que deve se dar. A gente precisa, periodicamente, a partir do nosso  
2733 monitoramento, apresentar para a instância de controle como que está este  
2734 monitoramento, quais são os resultados alcançados, como que está a execução  
2735 financeira, como que está a execução física, e aí, a gente precisa fazer um  
2736 comparativo daquilo que está planejamento, daquilo que foi executado naquele  
2737 período, quais foram as dificuldades encontradas, o que a gente não conseguiu  
2738 alcançar 100%, "por quê?", e definir o que nós vamos fazer no restante de tempo que

2739 a gente tem pela frente para que a gente consiga chegar no final de cada ano com um  
2740 nível máximo possível de percentual, de execução das ações e do recurso planejado.  
2741 E aí, eu vou dizer para vocês, não é fácil. - Volta, por favor, Consolação -. E aí, gente,  
2742 não é fácil, porque nós precisamos estar acompanhando todas as metas que estão  
2743 previstas no plano, nós precisamos estar fazendo uma análise comparada dos  
2744 resultados das previsões com o alcance, nós precisamos estar acompanhando as  
2745 deliberações da conferência estadual de Assistência Social, e aí, essas deliberações  
2746 devem estar ali já contidas, esse planejamento, com previsão de prazos para  
2747 execução, com previsão de metas, e aí, no momento do monitoramento é muito  
2748 importante a participação do Controle Social, porque é ele que vai avaliar conosco  
2749 qual que está sendo a nossa capacidade de execução, né... Como que está a nossa  
2750 capacidade de execução? Onde que a gente está falhando? Onde a gente está tendo  
2751 dificuldade? Nós precisamos de estar reivindicando mais orçamento para o ano  
2752 seguinte porque o orçamento daquele ano não foi suficiente para a gente alcançar as  
2753 metas que estavam previstas? Então, é um momento onde o Controle Social vai ter  
2754 uma importância muito grande para o trabalho do órgão gestor. Não é que ele está  
2755 fiscalizando o órgão gestor, ele está acompanhando junto com o órgão gestor, ele está  
2756 analisando junto com o órgão gestor, a gente precisa discutir com o Conselho de  
2757 Controle Social das nossas dificuldades, das nossas limitações. É importante que  
2758 vocês do nível municipal tragam o contador junto com vocês para essas avaliações  
2759 que são feitas no Conselho, porque muitas vezes vocês têm dificuldade lá com o  
2760 contador, que não deixa gastar o recurso, que tem medo de gastar o recurso, que tem  
2761 um entendimento equivocado, muitas vezes, do uso daquele recurso. Então, o  
2762 Controle Social ajuda nesse momento porque ele vai fazer um trabalho de  
2763 esclarecimento, porque ele tem esse papel de cobrar, tem esse papel de acompanhar,  
2764 ele tem esse papel de controlar a execução. - Pode passar. Ah, sim, acabou. - Então é  
2765 isso, gente, o planejamento da política de assistência social é importantíssimo. O  
2766 plano de assistência social é a bússola que vai nortear a gestão da política de  
2767 assistência social, e vamos dizer que o Controle Social, o Conselho Municipal de  
2768 Assistência Social é que vai nos ajudar a acompanhar o desempenho dessa bússola.  
2769 Então, a gente, com este documento bem elaborado, bem planejado, discutido...  
2770 Baseado num diagnóstico consistente, em cima de dados reais dos municípios, com  
2771 metas muito bem planejadas, com a proposta orçamentária muito bem construída com  
2772 o prefeito, com a câmara de vereadores, é importante que vocês defendam nas  
2773 câmaras de vereadores, assim como a gente vai na Assembleia Legislativa discutir  
2774 com os deputados que o nosso orçamento ainda está pouco, que a gente ainda  
2775 gostaria que fosse mais, que a gente ainda precisa de mais recurso porque como a

2776 Assistência Social ainda não tem uma receita vinculada, nós não temos uma  
2777 destinação do orçamento público destinado como uma garantia de lei para a  
2778 Assistência Social, é preciso que a gente faça essas defesas... Eu vi ontem um  
2779 município dizendo aqui que não tem um centavo de aporte de recurso municipal no  
2780 seu orçamento, no seu fundo municipal, mas é muito importante que o Controle Social,  
2781 que as equipes da gestão municipal, participem de reuniões com a Câmara,  
2782 promovam reuniões com a Câmara de Vereadores, para que eles, na hora da  
2783 construção do orçamento municipal, possam defender uma garantia de parte do  
2784 orçamento municipal para a Assistência Social, que é a disputa de orçamento que a  
2785 Cristiane disse aqui. Então, nós temos que ir lá defender a nossa política, mostrar a  
2786 importância da nossa política para o município, e, de forma qualificada, se você tem  
2787 um plano na mão muito bem elaborado com dados reais do município, das demandas  
2788 reais do município, comparando a oferta que você tem e a demanda reprimida por  
2789 oferta, quanto que isso custaria para o município, você tem condições de defender  
2790 quanto que você gostaria que o legislativo garantisse no orçamento para a Assistência  
2791 Social para os próximos anos, ou, minimamente para o ano seguinte porque a cada  
2792 ano é que o orçamento é definido para o ano seguinte. Então, é dessa forma que a  
2793 gente trabalha com o planejamento. Ele é a nossa ferramenta principal de trabalho na  
2794 gestão, então, é a nossa cartilha, né, é ele que vai dizer o que nós temos para fazer  
2795 nos próximos quatro anos e como que ele está planejado, cada ação, para cada ano.  
2796 Cada etapas de metas para cada ano, então, a gente tem a noção do que a gente tem  
2797 para trabalhar nos próximos quatro anos... Quanto que nós vamos precisar a cada ano  
2798 para executar aquelas ações que ali estão previstas. Então é isso, a gente fica a  
2799 disposição se tiver alguma pergunta. Se tiver alguma dúvida ainda. [Fala fora do  
2800 alcance]. No caso do Estado, é de 2012 a 2015, então, esses quadriênios são  
2801 diferentes do Estado para o município e para a União. Então, Estado e União  
2802 obedecem esses quatro anos que estão colocados ali para nós, que no caso é 2012 a  
2803 2015. Quando, no caso do município, ele assume a gestão no ano que vem, por  
2804 exemplo, então, no ano que vem, 2013, o município vai estar planejando as ações  
2805 dele de 2014 a 2017. Então, o primeiro ano de gestão é planejar, o segundo ano já  
2806 começa a executar este plano que é para os próximos quatro anos. Então, ele diverge,  
2807 Estado e Município, porque os prazos de mandatos são diferentes. Tem mais alguma  
2808 questão, gente? Nenhuma dúvida? Cris, acho que todo mundo aprendeu direitinho. Ou  
2809 não. CRISTIANE NAZARETH - Só verificar, então, a Fátima está inscrita, se tem mais  
2810 alguma inscrição porque aí a gente já faz as inscrições e depois já passa para os  
2811 outros pontos. Então, é só a Fátima. FÁTIMA - Nívia, esse relatório que você colocou  
2812 ali tem todas as áreas da Assistência Social, né. Como, no caso aí nosso,

2813 conselheiros, como que... Porque eu gostaria de participar da Assembleia Legislativa e  
2814 do PPAG... Como que a gente vai analisar? Baseado em quê? Porque nós estamos  
2815 preparando porque eu vi ali vários tópicos, então, como que nós vamos trabalhar  
2816 porque agora as inscrições vão terminar agora no dia 31, a inscrição para PPAG na  
2817 Assembleia, como que nós vamos trabalhar, porque na Assembleia anterior falou que  
2818 nós estaríamos preparando para participarmos do PPAG. Eu vi ali vários tópicos, acho  
2819 que foram treze itens. Como que nós vamos estar preparados? Eu gostaria de saber  
2820 porque eu gostaria de participar e gostaria, também, que o Conselho ficasse atento  
2821 porque a inscrição vai terminar até o dia 31, para a gente tirar aqui as pessoas que  
2822 possam ali participar. E pela quantidade de itens a gente poderia estar trabalhando  
2823 cada um numa área porque a gente sabe que é diversificada o recurso, para a gente  
2824 ficar atento para não perdermos os recursos. NÍVIA - É interessante a pergunta da  
2825 Fátima. Quando a gente fala que a gente vai discutir o orçamento com o legislativo,  
2826 nós vamos discutir a lei orçamentária anual para o ano seguinte. O período de  
2827 elaboração, de apresentação para o legislativo e de aprovação para o legislativo é de  
2828 agosto a outubro, então nós já passamos do prazo de apresentar. Nós já  
2829 apresentamos no Conselho a nossa LOA 2013, o Conselho aprovou, nós enviamos  
2830 para a Assembleia Legislativa. Claro que o Governo mandou para todas as suas áreas  
2831 temáticas, né, e dentro do PPAG para 2013, e a LOA da Assistência Social está  
2832 contida nesse documento. A proposta orçamentária que nós fizemos da Assistência  
2833 Social ela não foi aprovada pelo Governo da forma como a gente gostaria. Ela  
2834 contempla as nossas demandas, mas a gente gostaria que tivesse um aporte maior de  
2835 recurso, então agora, no nosso próximo ponto de pauta, é discutir o que nós vamos  
2836 apresentar de proposta, enquanto Controle Social, de acréscimo porque é lá na  
2837 Assembleia que batem o martelo sobre o valor que vai ser disponibilizado, que vai ser  
2838 garantido para a execução das políticas, né, e aí, a nossa LOAS já está lá, já passou o  
2839 prazo de a gente apresentar. Agora, dia 31, vai ser a discussão lá na Assembleia,  
2840 então é um espaço aberto assim como nas câmaras de vereadores devem acontecer  
2841 a discussão do orçamento. Nós vamos estar lá, inscritos, e vamos enviar a nossa  
2842 proposta de Emenda ao orçamento que a gente vai aprovar aqui, agora. Ta? Então  
2843 nós já fizemos um conjunto de debates com a Comissão de Orçamento e  
2844 Financiamento, definimos o que seria pertinente a gente estar demandando de  
2845 Emenda ao nosso orçamento, a gente vai aprovar aqui, agora. Da forma como for  
2846 aprovada aqui é que nós vamos apresentar na Assembleia no dia 31. Ok? E assim  
2847 acontece no nível municipal, gente, assim que deve acontecer. Vocês têm que estar  
2848 atentos a esses prazos de definição do orçamento, de aprovação, de aprovação pelo  
2849 legislativo e ir lá fazer um trabalho reivindicatório junto aos vereadores para aportar

2850 recurso para Assistência Social. Tem mais pergunta? Então vou voltar para a Mesa.

2851 GERALDO GONÇALVES - Eu queria só fazer uma pergunta ainda, Nívia, mas não é

2852 para conselheira Nívia e nem para a conselheira Cris, mas sim para os conselheiros

2853 que aqui estão. Era saber se realmente a forma como foi apresentada aqui o Plano

2854 Estadual se, também, se apresenta no município de vocês pelo gestor. Segundo, eu

2855 queria saber se os conselheiros municipais que aqui estão se realmente têm

2856 consciência do real desse orçamento público do ciclo orçamentário como um todo, não

2857 só dentro do PPAG, como da própria LDO, que dita às prioridades para a LOA, e aí, a

2858 aprovação. E saber se abre, realmente, orçamento público, o gestor, dentro do

2859 Conselho. Se os conselheiros quando aprovam se realmente sabem o que está dentro

2860 do orçamento público. Eu quero ouvir dos conselheiros municipais. Parece que estou

2861 com uma inscrição ali. INTERLOCUTORA - Sim, em meu município, Brasília de Minas,

2862 apresenta tudo. Tudo é discutido com o Conselho. Nós temos conhecimento, tudo é

2863 discutido, há reuniões antes da elaboração para ver as metas, nós seguimos todas as

2864 regras. INTERLOCUTORA - Também, na minha cidade, Verdelândia, também há... A

2865 gestora de lá se preocupa muito em estar auxiliando os conselheiros. Como na nossa

2866 cidade algumas pessoas que fazem parte do Conselho moram um pouco distante da

2867 casa de Conselho onde nós nos reunimos, tem um carro que fica disponível para estar

2868 buscando os conselheiros, tem essa preocupação de estar junto, também, com o

2869 contador na nossa cidade, graças a Deus, a gente tem esse respaldo, do contador.

2870 Assim, eu e a minha colega aqui, não é, Morena? A gente estava até conversando

2871 aqui que acreditamos que o Conselho de Verdelândia, de fato, ele existe, de fato, ele

2872 atua e tem um respaldo muito grande por parte do gestor municipal de Verdelândia.

2873 GERALDO GONÇALVES - Ok. Então, para a região Norte, Brasília de Minas e

2874 Verdelândia, está cumprindo literalmente o que a gente pensa que é o mais correto.

2875 Aqueles municípios que não tiverem, então, nós temos dois municípios no Norte que

2876 podem contribuir. E depois, necessariamente, se houverem outros que não estão

2877 nessa condição, também, podemos fazer isso através de Bete que é a Presidente da

2878 URCMAS, aqui, para fazer discussão e trocar experiência. Ok? Muito obrigado,

2879 conselheira Nívia, conselheira Cristiane. Parabéns pela competência aqui que foi feito.

2880 Nós gostaríamos de chamar, outra vez, a conselheira Cristiane, que o próximo ponto

2881 de pauta é a relatoria do processo de Usina PCH Mariano, município de São Francisco

2882 da Glória, e a Cristiane vai apresentar. CRISTIANE NAZARETH - Só um

2883 esclarecimento para a Plenária, para o grupo. Esse processo que a gente vai fazer

2884 aqui, agora, é de análise de um plano de assistência social que foi elaborado por um

2885 empreendedor que vai implantar uma Usina no município de São Francisco do Glória,

2886 então, antes da implantação da Usina o empreendimento tem que apresentar... Tem

2887 vários processos, né, e entre esse processo é a apresentação de um plano de  
2888 assistência social para minimizar os impactos da implementação de uma Usina para o  
2889 Conselho Estadual de Assistência e o Conselho Estadual aprecia esse plano, né? É  
2890 um plano do empreendimento, e acompanha esse plano no processo de  
2891 desenvolvimento do empreendimento da Usina, e ao final, dá o seu parecer em  
2892 relação da implantação ou não deste plano, então, não é um plano, é um plano de  
2893 assistência social, mas por uma ação específica elaborada por um empreendimento,  
2894 por uma empresa, para a implementação de uma Usina em São Francisco do Glória.  
2895 Ta? E eu sou a relatora desse processo. Então, o processo é apreciação, então, do  
2896 plano de assistência social, o nome do empreendimento é PCH Mariano, Pequena  
2897 Central Hidrelétrica Mariano, o nome do empreendedor é a Poente Empreendimentos  
2898 Ltda, e o responsável pela elaboração do plano de assistência é Azurit Engenharia  
2899 Ltda, o município envolvido é São Francisco do Glória, o tipo de processo é  
2900 apreciação do PAS. Nós recebemos esse processo do Conselho Estadual de  
2901 Assistência no dia 09 de julho, e estamos, então, hoje, fazendo essa análise, fazendo  
2902 essa entrega. Não houve necessidade de diligências por parte da relatora, e, passo  
2903 agora a fundamentação do parecer. Os dados constantes (nessa relatoria) foram  
2904 fundamentados no plano de assistência social e no relatório técnico elaborado pela  
2905 técnica do Conselho Estadual de Assistência, Luciana Ferreira, que realizou visita  
2906 técnica no período de 03 a 06 de setembro de 2012. A técnica visitou proprietários  
2907 atingidos e se reuniu com o Conselho Municipal de Assistência Social da cidade de  
2908 São Francisco do Glória. A PCH Mariano será instalada na Bacia Hidrográfica do Rio  
2909 Glória, no município de São Francisco do Glória. Segundo o IBGE, o município está  
2910 situado na mesma região da Zona da Mata e na microrregião de Muriaé. Ainda,  
2911 conforme o Censo do IBGE 2010, a população total do município é de 5.178  
2912 habitantes. A área diretamente afetada pela PCH Mariano compreende quatro imóveis  
2913 rurais, todos localizados no município de São Francisco do Glória. Parte da área de  
2914 interesse para implantação do empreendimento já foi adquirida pelo empreendedor.  
2915 Conforme relatório de visita e entrevista aos proprietários foi constatado pela técnica  
2916 Luciana Ferreira que os mesmos estavam informados sobre o empreendimento e  
2917 estão satisfeitos com as negociações realizadas na modalidade de indenizações por  
2918 parte da propriedade. As áreas atingidas das propriedades eram utilizadas como  
2919 pastagem de gado e não possuíam nenhuma benfeitoria. Segundo relatório técnico, as  
2920 áreas adquiridas pelo empreendimento não iriam comprometer as atividades  
2921 produtivas dos proprietários. O PAS apresentado pela Azurit Engenharia possui um  
2922 longo diagnóstico da área de influência indireta, sendo considerados os municípios de  
2923 Carangola e Muriaé, por serem municípios polos da região e referência de acesso da

2924 população de São Francisco do Glória a determinados serviços na área de Educação  
2925 e Saúde, apresentado, também, diagnóstico da área de influência direta sendo  
2926 identificados os municípios de Fervedouro e Miradouro, considerando os impactos  
2927 decorrentes da migração de pessoas em busca de trabalho. Os dados relevantes de  
2928 Assistência Social do município de São Francisco constante no PAS, o município está  
2929 habilitado ao SUAS na gestão básica, órgão gestor, é a Secretaria Municipal de  
2930 Assistência Social, gestor da política de assistência. Tem uma informação dada pelo  
2931 empreendimento no PAS que eu senti necessidade de fazer uma correção que é a  
2932 seguinte, lá no PAS apresenta um equívoco que de interpretação que informa que a  
2933 Secretaria Municipal de Assistência Social é subordinada à Regional da SEDESE,  
2934 então, isso é uma informação equivocada e eu senti necessidade de fazer essa  
2935 pequena correção para isso não constar no documento, então, as Secretarias  
2936 Municipais não são subordinadas às Regionais da SEDESE. Possui Conselho  
2937 Municipal de Assistência Social, possui um Centro de Referência da Assistência  
2938 Social, né, um CRAS criado em 2008. Lá no PAS está dizendo que está localizado no  
2939 centro do município em espaço provisório com equipe composta por coordenador  
2940 geral, assistente social, psicólogo, técnico administrativo, auxiliar de serviços gerais,  
2941 gestor e técnico do Programa Bolsa Família, coordenador e dois orientadores do  
2942 PROJOVEM ADOLESCENTE, e três oficinairos. O PAS informa a construção de uma  
2943 nova sede em um outro local. Da proteção social especial, o PAS informa que os  
2944 usuários são encaminhados ao serviço de proteção social especial de média  
2945 complexidade do CREAS, do município de Fervedouro. O município possui uma  
2946 instituição de longa permanência para idosos. O município que eu falei aí é São  
2947 Francisco do Glória. No município há 465 famílias beneficiadas do Programa Bolsa  
2948 Família e 32 pessoas beneficiárias pelo benefício de prestação continuada. Segundo  
2949 relato do PAS, as situações de violações já presentes no município são: Violência  
2950 doméstica, agravada em períodos de festividades; evasão escolar; e exploração  
2951 sexual infanto-juvenil agravada pela proximidade com a BR 116. Lá no PAS os  
2952 técnicos usaram o nome de prostituição infantil, como a gente não usa essa  
2953 terminologia, então, eu já estou utilizando a terminologia comumente usada que é  
2954 "exploração sexual de crianças e adolescentes". Com relação à minimização dos  
2955 impactos sociais produzidos pelo empreendimento, destaca-se que o PAS apresenta  
2956 os seguintes programas: Programa de monitoramento e avaliação das situações  
2957 relacionadas aos impactos, ao... CRISTIANE NAZARETH - ... difícil acesso à área da  
2958 Usina, cabe destacar que o PAS apresenta um cronograma de execução do posto  
2959 com previsão de encerramento das suas atividades três meses após o início da  
2960 operação da PCH. Tal previsão não deve ser considerada nesse processo de análise

2961 considerando que tal definição é feita pelo CEAS no processo de análise dos relatórios  
2962 de execução do PAS. Tem o programa de negociação de terras que já foi executado e  
2963 lá está colocado o processo... Comunicação social, eles usam esse termo, né,  
2964 prevenção à prostituição infanto-juvenil, na verdade seria prevenção à exploração  
2965 sexual de infanto-juvenil... Mobilização de mão de obras, há previsão de contratação  
2966 de aproximadamente 200 trabalhadores no pico da obra, preferencialmente da região.  
2967 Cronograma de execução da obra consta de 22 meses. E o último programa que  
2968 consta no PAS é a priorização dos fornecedores locais. Parecer conclusivo, a partir do  
2969 exposto e considerando que o plano de assistência social está de acordo com a  
2970 Resolução nº 317 de 2010, somos pela aprovação do PAS. Eu coloco apenas um  
2971 encaminhamento de esclarecimento para o empreendedor, que é informar ao  
2972 empreendedor que o término das atividades do posto de atendimento será definido  
2973 pelo CEAS na análise da execução do PAS, portanto, não foi acatado o cronograma  
2974 de encerramento das atividades três meses o início da operação da PCH, isso porque  
2975 só durante esse processo que a gente pode dizer da data de encerramento do posto.  
2976 Como o cronograma está colocado no plano de assistência eu achei prudente  
2977 destacar isso para o empreendedor para não ficar entendido que foi acatado já a data  
2978 de encerramento do posto. Então são essas as questões. GERALDO GONÇALVES -  
2979 Só dando um esclarecimento às pessoas que aqui estão ainda não têm o  
2980 conhecimento desse sistema de avaliação por parte do Conselho. Poderia ter feito  
2981 antes mesmo da apresentação da conselheira Cristiane, mas existe um processo de  
2982 sorteio dos empreendimentos que chegam e depende de autorização do plano de  
2983 assistência social que é a origem para que se dê a Licença de Instalação e Operação  
2984 dos empreendimentos, e, assim sendo, para não ter o problema do vício até a dupla  
2985 relatoria por um conselheiro só ou ter conhecimento de quem será... Existe um sorteio  
2986 que não se repete, então, cada empreendimento é um conselheiro que faz a relatoria,  
2987 então, cabe a ele fazer a relatoria em cima de um relatório técnico ou até promover  
2988 diligência. E aí faz a relatoria para a apreciação dos conselheiros. Os conselheiros em  
2989 cima da relatoria podem pedir vistas ao processo, fazer nova diligência, e pode, e  
2990 deve, fazer questionamento daquilo que não foi entendido, e, assim sendo, o voto logo  
2991 em seguida dos esclarecimentos, em função disso o voto é qualificado e cada um se  
2992 apresenta qualificando o voto. Ok? Estão abertas, então, as perguntas, os  
2993 questionamentos para os conselheiros que acabaram de ver a apresentação.  
2994 Conselheira Nívia. NÍVIA - Cristiane, eu queria só que você esclarecesse um pouco  
2995 melhor sobre esse parecer conclusivo quando você fala ali que "portanto não foi  
2996 acatado cronograma o encerramento das atividades três meses após o início da  
2997 operação do PCH"... Não ficou claro para mim. CRISTIANE NAZARETH - É que o

2998 plano de assistência social que eles apresentam... O plano de ação é bastante  
2999 completo e ele, inclusive, traz um cronograma da execução das ações, quando que  
3000 cada ação será realizada, e especificamente sobre a ação de implantação do posto, lá  
3001 no cronograma que está constando no documento, está falando assim, que as  
3002 atividades do posto serão encerradas três meses depois da obtenção da Licença de  
3003 Operação, quer dizer, a gente não pode acatar isso, por quê? Na análise, durante todo  
3004 o processo de análise, se houver necessidade que o posto funcione mais algum tempo  
3005 quem vai definir isso é o Conselho Estadual, e como a gente está aprovando o plano  
3006 se a gente não diz isso fica parecendo que a gente aprovou o plano, inclusive, com a  
3007 data de encerramento do posto. Ficou mais claro? NÍVIA - Eu queria sugerir, então,  
3008 talvez clarear melhor ali, esse último parágrafo, "Portanto não foi acatado o  
3009 encerramento previsto no cronograma, o encerramento das atividades três meses  
3010 após o início previsto no cronograma", só para ficar mais claro, porque eu li umas três  
3011 vezes e não entendi, agora ficou claro. [Fala fora do alcance] Ok! Contemplou.  
3012 GERALDO GONÇALVES - Conselheiro Marcelo. MARCELO ARMANDO - Conselheira  
3013 Cristiane, é só para entender o efeito prático disso, porque a Resolução que vai ser  
3014 editada trata especificamente "Aprova ou não aprova", não é? E essa proposta que  
3015 você tem para além da aprovação você está fazendo um outro encaminhamento, não  
3016 é? Então, eu só quero entender de que forma que nós vamos chegar ao  
3017 empreendimento para poder dizer para ele isso, entendeu? Essa que é a forma,  
3018 porque... A Resolução só vai dizer "Aprova ou não aprova", e aí, talvez... CRISTIANE  
3019 NAZARETH - Eu estou entendendo que é a emissão de um ofício do Conselho  
3020 Estadual de Assistência Social ao empreendedor informando que essa data de  
3021 encerramento não foi acatada. Nesse sentido. Contempla, Marcelo, do ponto de  
3022 vista... Sim, é, é só o encaminhamento desse ofício do Conselho Estadual. JULIANA -  
3023 Boa tarde, Conselho, boa tarde, participantes! Meu nome é Juliana e eu represento a  
3024 Poente Empreendimentos, sou Azurit Engenharia. Eu só queria manifestar e  
3025 corroborar com a sua colocação de que o empreendedor não tem acesso a esse  
3026 parecer, nem antes e nem depois dessa Plenária, então, toda vez que for colocado  
3027 algum tipo de observação dessa que realmente seja encaminhado, ou então,  
3028 disponibilizar pelo menos o parecer para a gente antes para podermos saber o que  
3029 está acontecendo e quais são as sugestões e alterações sugeridas por vocês para a  
3030 gente saber até o que a gente traz para cá para a Plenária para participar com vocês.  
3031 Tá bom? GERALDO GONÇALVES - Juliana... Juliana... É Juliana? Eu li daqui, mas a  
3032 idade já não permite fazer a leitura tão clara assim, não. Não precisa rir, não, porque  
3033 vocês vão chegar lá. Eu espero que vocês cheguem, senão vão morrer cedo. Juliana,  
3034 é óbvio que o Conselho dará informativa ao empreendedor, bem como ao atingido

3035 quando se fizer necessário, contudo, se traz aqui uma relatoria, e é nesse momento  
3036 que o Conselho, através dos seus componentes, aprecia a relatoria, e aí, quando ela,  
3037 no parecer, diz que entende-se que não pode ser os três meses, né, que não concorda  
3038 com os três, então, aí que o Colegiado vai fazer apreciação, então vai votar pela  
3039 aprovação ou não, então, se concordarmos em maioria de votos que existe a  
3040 concordância aí, então, você receberá com toda a certeza esse comunicado. E aí, foi o  
3041 Conselho, foi a Plenária, foram os componentes do Conselho, como Colegiado, que  
3042 aprovaram nessa condição. Ainda sim você terá condição de expor o contraditório, né,  
3043 de concordar ou não. O que não quer dizer que se você não concorde, por exemplo,  
3044 que a Plenária vai concordar com a sua não concordância, mas aí é um processo,  
3045 realmente, mas é *posteriori*, com toda certeza você vai ter. Só não dá para fazer isso  
3046 antes porque não é decisão final, ainda que ela seja relatora, a decisão precisa passar  
3047 pelo Colegiado. Ok? Continua, conselheiros. Alguma outra inscrição? Conselheiro  
3048 George? GEORGE - Meus queridos, poderia voltar à lâmina ali quando você fala de  
3049 Fervedouro e outra cidade lá? A demanda por trabalho, a demanda do pessoal por  
3050 trabalho... [Fala fora do alcance]... É. Aqui, olha, "apresenta, também, diagnóstico da  
3051 área de ( ), identificados municípios de Fervedouro e Miradouro, considerando-se ( )  
3052 da corrente da migração de pessoas em busca de trabalho". Poderia explicar melhor,  
3053 por favor? CRISTIANE NAZARETH - É o seguinte, senhor George, toda vez que se  
3054 coloca a possibilidade de um empreendimento chegar a determinado município há  
3055 uma reação já prevista que é a possível migração de pessoas em busca de trabalho,  
3056 quer dizer, anunciou que vai ter o empreendimento... Não é assim, Juliana? A Juliana  
3057 que é do empreendimento pode me ajudar, inclusive... Anunciou que vai ter o  
3058 empreendimento em determinado local, pode acontecer das pessoas começarem a ir  
3059 para aquele município em busca de trabalho, isso já foi verificado em vários  
3060 empreendimentos essa migração. Então, o que o empreendimento fez? Ele fez um  
3061 diagnóstico das regiões, de quais eram os municípios próximos e tudo, e identificou,  
3062 essa identificação foi do empreendimento que os municípios de Fervedouro e  
3063 Miradouro, pela proximidade, podem ser exatamente esses municípios que vão ser  
3064 afetados com essa migração, pode ser, inclusive, de esses municípios migrarem para  
3065 São Francisco do Glória ou pessoas irem até esses municípios em busca de trabalho,  
3066 então, é esse movimento migratório que pode acontecer em função do anúncio do  
3067 empreendimento em determinado local, então, eles identificaram esses dois  
3068 municípios. Ficou claro? GERALDO GONÇALVES - Ok, sem mais inscrição, vamos à  
3069 votação. Por favor, pode começar. Por favor, queira se identificar porque o voto é  
3070 qualificado. TANIT SARSUR - Tanit, conselheira governamental, representando a  
3071 Saúde, pela aprovação. ROSILENE - Rosilene, conselheira governamental da

3072 Assistência Social, ( ) com a relatoria. GUILHERMINA TORGA - Guilhermina Torga,  
3073 pela Secretaria de Fazenda, com a relatoria. MARIA DE LOURDES - Maria de  
3074 Lourdes, pela aprovação. NÍVIA - Nívia, conselheira governamental, com relatora pela  
3075 aprovação. ANA PAULA - Ana Paula, conselheira governamental, Conselho de Belo  
3076 Horizonte, voto com a relatora, pela aprovação. GEORGE - George, CMAS de Lagoa  
3077 Santa, pela aprovação. MARCUS - Marcus, FETAEMG, pela aprovação. MÁRCIO -  
3078 Márcio, sociedade civil, ASSPROM, pela aprovação. MARCELO ARMANDO - Marcelo,  
3079 pela aprovação. FÁTIMA - Fátima, conselheira governamental, pela SEPLAG, pela  
3080 aprovação. GERALDO GONÇALVES - Geraldo Gonçalves, conselheiro da sociedade  
3081 civil, representando o SINTIBREF, pela aprovação, voto com a relatora. Ok, então, por  
3082 unanimidade, está aprovado o projeto PCH Mariano do município de São Francisco. O  
3083 próximo ponto de pauta é a distribuição, conforme eu já disse aqui antes, e é a CGH  
3084 Cachoeirinha, fica no município de Bueno Brandão, e que fica a cargo da conselheira  
3085 Edir Petrucelli. CGH Limoeiro, no município de Bueno Brandão, fica a cargo da  
3086 conselheira Adriana Rocha. Nós vamos fazer a tratativa, agora, de um tema cujo a  
3087 incursão é um dos três foi feita uma incursão no período da manhã, e em função de  
3088 algumas demandas que nós temos aqui por parte de quem está presente nós vamos  
3089 iniciar com o processo de inscrição de entidade a cargo do conselheiro Marcelo. Eu só  
3090 queria chamar rapidamente a atenção das pessoas que aqui estão, principalmente,  
3091 dos conselheiros de municípios, que todo esse processo quando é sorteado cabe ao  
3092 relator, principalmente a visita técnica, apreciar todo o resultado que o  
3093 empreendimento dá quando chega ao município. Ele chega, promove o investimento,  
3094 isso é bom para trazer a empregabilidade, no entanto, ele, pela própria natureza, viola  
3095 direitos, e às vezes viola direitos que nem sempre podem ser ressarcidos com valor  
3096 material e/ou econômico. Esse é impossível a gente avaliar, mas dá para se tratar. A  
3097 outra observação é que quando se trata dos atingidos é bom que a gente observe  
3098 algumas leis federais que, inclusive, regulamenta alguns artigos da constituição  
3099 federal, por exemplo, a 8069 que é o estatuto que ratifica o artigo 227 da constituição  
3100 federal, estatuto da criança e do adolescente. A própria situação do estatuto do idoso,  
3101 então, quando se tem atingidos que vivem essa situação peculiar de cuidado especial  
3102 é bom que a gente observe. E lembrar que com o empreendimento, a medida que  
3103 precisa de qualificação técnica para mão de obra que se aplica no próprio  
3104 empreendimento, e se ela é importada de fora quanto maior o quantitativo maior são  
3105 as possibilidades de que aconteça algumas violações de direitos em função da  
3106 importação de situações que a gente tem. Quando se tem trabalhadores, e quanto  
3107 maior, pior, que vão para o município e ficam um tempo longe da cidade, então, é  
3108 preciso que haja um processo preventivo, principalmente com criança e adolescente

3109 mais voltados para exploração e abuso sexual. Normalmente ficam as mazelas, e aí  
3110 acaba o município ficando com algumas mazelas dentro as quais pode haver,  
3111 inclusive, prioridade absoluta gerando outra prioridade absoluta, e quando existe esse  
3112 caso o empreendimento não paga imposto suficiente para isso, e assim, outras  
3113 consequências poderão ( ) no processo. Não que o empreendimento queira, mas o  
3114 capital não tem memória e nem coração. As pessoas que representam o capital têm,  
3115 mas nem sempre têm a sua compreensão. Então, é importante que os conselheiros  
3116 tenham essa visão, e principalmente os estaduais que fazem avaliação e a relatoria do  
3117 processo para aprovação do Colegiado. É só para clarear um pouquinho mais para as  
3118 pessoas que não estão aqui ainda, e é bom que a gente tenha representante do  
3119 empreendimento aqui, ainda, porque é bom que esses empreendimentos deem certo,  
3120 e para dar certo é importante que as pessoas que representam (o capital) saibam  
3121 apreciar as pessoas que estão sendo atingidas, conhecer o perfil característico de  
3122 cada uma e principalmente conhecer o perfil característico como um todo com a visão  
3123 da política pública que deve ser intersetorial, exatamente para poder tirar os atingidos  
3124 da situação que se encontram e tentar ressarcir os direitos que foram violados,  
3125 principalmente, no quesito que diz respeito a reativação econômica. Conselheiro  
3126 Marcelo, então, com o que diz respeito à inscrição de entidades, penso que aqui na  
3127 região Norte é muito importante esse tema em função até do quantitativo enorme que  
3128 temos das associações de bairros comunitários e principalmente as rurais. MARCELO  
3129 ARMANDO - A Comissão de Normas, como eu disse ontem, a Comissão de Normas e  
3130 Política do Conselho Estadual debruçou sobre o assunto considerando as demandas  
3131 que surgiram de todo o Estado e especificamente demandas próprias aqui da região  
3132 do Norte de Minas que têm elementos especiais no tocante à associações rurais que  
3133 em muito contribuem para o trabalho de todos vocês, e até mesmo, citando como  
3134 exemplo, o que foi apresentado ontem dos CRAS Rurais, do CRAS Rural, que tem um  
3135 trabalho fantástico com as associações rurais das comunidades por onde eles  
3136 passam. Bom, mas nós temos... Aí eu dirijo aos conselheiros porque nós temos alguns  
3137 pontos que foram discutidos na Comissão de Normas e Política e que deverão ser  
3138 deliberados por nós uma vez que a Comissão simplesmente consensuou alguns  
3139 aspectos e que, portanto, a gente vai colocar em discussão e deliberação sobre essa  
3140 possibilidade daquilo que nós chegamos ao consenso. Pois bem, são seis pontos que  
3141 nós consesuamos, o primeiro diz respeito... E aí eu perguntaria, Presidente, para cada  
3142 ponto a gente delibera ou a gente lê os seis e depois delibera? [Fala fora do alcance].  
3143 É? O que os conselheiros acham melhor? A gente lê todos e depois... [Fala fora do  
3144 alcance]... Pode ser? Então está bem. Tem como projetar isso aí? Onde estiver  
3145 cortado, está cortado, não é? Vou fazer a leitura, Ami, e aí parece que não tem

3146 condições de ter isso não apresentado, não. E aí o senhor fique atento naquilo que a  
3147 gente puder discutir. Bom, o primeiro ponto que nós consesuamos, conselheiros, se a  
3148 entidade for identificada como entidade de assistência social, de atendimento de  
3149 direitos e/ou assessoramento, então, portanto, é uma entidade de assistência social,  
3150 não há necessidade de inscrever seus programas, projetos, serviços e benefícios. Por  
3151 que disso? Olha, se ela é uma entidade de assistência social, necessariamente ela  
3152 trabalha com serviços, programas, projetos e benefícios, então, ela inscrever  
3153 especificamente serviços, programas e projetos, ela torna-se desnecessário isso, ok?  
3154 Isto porque a própria Resolução nº 16, que trata da inscrição de entidades, ela vai  
3155 dizer, especificamente, quando for tratar de entidades que devem inscrever seus  
3156 serviços, programas, projetos e benefícios, Ponto 1, né. Então, Ponto 2, inscrição da  
3157 entidade e dos serviços, programas, projetos e benefícios, de acordo com a Resolução  
3158 nº 16 de 2010, considera-se área de ação preponderante aquela definida como  
3159 atividade econômica principal da entidade que consta no CNPJ. Essa atividade  
3160 econômica deverá corresponder ao principal objeto de atuação da entidade verificado  
3161 nas demonstrações contábeis e, caso necessário, nos seus atos constitutivos e  
3162 relatórios de atividades. A entidade, independente da preponderância, pode inscrever  
3163 serviço tipificado, programa, projeto e benefício separadamente. Ok? 3º Ponto,  
3164 inscrição de entidades que oferecem benefícios eventuais, a entidade possui caráter  
3165 complementar, assim, o benefício oferecido é complementar ao serviço, né? Se a  
3166 entidade possui um caráter complementar porque a obrigação é do Estado, mas como  
3167 ela possui um caráter complementar ela pode ofertar benefícios de caráter, também,  
3168 complementar ao serviço. A entidade entendida sempre como complementar ao  
3169 serviço público, ao ofertar um benefício, este, também, será complementar ao serviço  
3170 a ser ofertado. Tem que, também, verificar a sua relevância, ou seja, a relevância do  
3171 benefício, e se a entidade atende aos critérios da Resolução nº 16, especialmente, o  
3172 Artigo 7º, aí sim, ela poderá ser inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social.  
3173 4º Ponto, inscrição de associações comunitárias rurais/urbanas, as entidades rurais  
3174 como associações, também, devem ser identificadas em seus estatutos como de fins  
3175 não econômicos, isso não significa que não possam praticar atividades econômicas e  
3176 que não possam ter lucros, contudo, seu objetivo deve contribuir para a redução da  
3177 pobreza apoiando investimentos comunitários de natureza produtiva e social  
3178 planejados e executados diretamente por elas, visando as comunidades e seus  
3179 sujeitos e protagonistas de suas ações. Sua documentação deverá ser analisada uma  
3180 vez que ela poderá ser avaliada como de defesa de direitos de cidadania, lembrando  
3181 que nem toda associação será de assistência social. Há o risco de ao ser analisada a  
3182 documentação das associações da atividade meio ser confundida como atividade fim,

3183 a distinção entre a atividade e finalidade é fundamental, ao oportunizar, por exemplo, a  
3184 venda coletiva de mel para agricultores familiares, por exemplo, a produção do mel  
3185 deve ser vista como meio para promoção e reinserção da família à atividade e não  
3186 finalidade. É importante lembrar que as associações visam atender, também o usuário  
3187 da assistência social, ou seja, família em situação de vulnerabilidade social decorrente  
3188 da pobreza do precário ou nulo acesso aos serviços públicos e/ou qualquer outra  
3189 situação de vulnerabilidade e risco social residente nos territórios de sua abrangência,  
3190 deve ser considerado para essa análise o princípio da dignidade humana que devem  
3191 essas associações defenderem e isso está previsto na constituição da república.  
3192 Embora uma entidade seja de defesa de direitos não significa que ela seja de  
3193 Assistência Social, devendo se avaliar quais os direitos são defendidos pela  
3194 Assistência Social e, portanto, a importância de se analisar caso a caso. O 5º Ponto,  
3195 comunidades terapêuticas, as comunidades terapêuticas são de responsabilidade de  
3196 Saúde, porém, há possibilidade de que seus serviços, programas, projetos e  
3197 benefícios sejam inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social conforme  
3198 prevê a Resolução nº 16. A intersectorialidade não isenta a responsabilidade da área, o  
3199 fato de uma entidade ter ações intersectoriais não a isenta de estar sob a  
3200 responsabilidade da sua área preponderante, conforme a legislação que a vincula  
3201 diretamente à Saúde, à Educação, à Assistência Social, por exemplo. O usuário pode,  
3202 sim, ser atendido no PAIF. Aos usuários das comunidades terapêuticas, também, são  
3203 ofertados os atendimentos nos CRAS e CREAS. Ok? Último Ponto, composição dos  
3204 Conselhos, o fato de uma entidade ter preponderância numa determinada área não a  
3205 impede de ter a oportunidade de participar do Conselho de Assistência Social. O  
3206 trabalhador, o usuário e entidades com programas, projetos, serviços e benefícios  
3207 inscritos no Conselho de Assistência Social podem ter assento nesse Conselho  
3208 conforme a Resolução nº 396 de 2012 do CEAS. E aí, pontos que serão debatidos na  
3209 próxima reunião a gente deixa para discutir posteriormente, Presidente. GERALDO  
3210 GONÇALVES - Dúvidas? Aberta a inscrição. Eu quero fazer uma observação. No Item  
3211 1, Marcelo, que quando se fala de entidades de assistência social, e aí, o Ponto 1,  
3212 você volta para mim, por favor, Consolação. Eu notei aqui que guardando os pré-  
3213 requisitos necessários para se ter uma entidade de assistência social. Eu não sei se  
3214 (isso) ficou inscrito... - Olha lá. - Se a entidade for identificada como de Assistência  
3215 Social atendimento de defesa de direitos e/ou assessoramento, não há necessidade  
3216 de inscrever seus programas, projetos, serviços e benefícios separados. Aí é só  
3217 observar que se ela é de Assistência Social isso cabe, não só de atendimento como  
3218 de assessoramento e defesa e garantia de direitos, alguns pré-requisitos, tais quais,  
3219 os serviços não podem sofrer descontinuidade, não têm que ser permanentes. Não

3220 pode haver contrapartida prioritariamente ao financeiro por parte de nenhum  
3221 beneficiário e/ou usuário, e ainda, o direito tem que ser universal. Então, eu estou  
3222 falando isso porque no caso específico de associações, principalmente rurais, em  
3223 muitos casos, o que a gente observa na prática é que se confunde com o  
3224 cooperativismo, e aí, até estatutariamente, o que a gente vê é dizer que o beneficiário,  
3225 o usuário, que compõe, ele vai dar uma contrapartida mensal de um real, dois reais ou  
3226 três reais, então, ainda que seja pequena, nós precisamos observar esses estatutos o  
3227 que dizem, senão, descaracteriza como sendo de Assistência Social pelo simples fato  
3228 de ter uma contrapartida do usuário. A outra situação que tem é a confusão, duas  
3229 confusões, e aí, em função da prática que a gente observa. Uma delas é tornar o  
3230 serviço de cooperativismo porque aí se rateia o custo, por exemplo, da compra de um  
3231 equipamento pesado, e aí, se rateia com as pessoas que vão usar, fazer uso daquele  
3232 equipamento, por exemplo, em horas gastas em cada uma das terras, então, se  
3233 mistura o papel, e a outra situação, ainda, que eu diria que se confunde, é porque  
3234 essas associações, principalmente as comunitárias de bairro e urbana, um pouco,  
3235 também, as rurais, elas, originalmente, fazem uma mistura na prática, diferentemente  
3236 daquilo que deu origem, conforme diz o estatuto, porque se existe uma associação de  
3237 comunidade, de bairro, ela existe para, primeiro, conhecer a sua comunidade e traçar  
3238 o perfil característico da sua comunidade para tentar ter a visão intersetorial e saber  
3239 qual é a aplicabilidade da normativa para tirar a pessoa daquela situação para  
3240 minimizar os problemas e prejuízos que têm. E normalmente o que se vê são as  
3241 lideranças dessas entidades terem um processo eletivo do corpo diretivo que  
3242 normalmente não tem participação do usuário e/ou do beneficiário. Parece-nos que  
3243 não queremos essa participação porque temos medo de perder o cargo na diligência  
3244 ou poder. A outra situação é quando essas lideranças distorcem o objetivo fim das  
3245 associações e faz da associação, ao invés do cumprimento desse papel, um cabo  
3246 eleitoral da política partidária, e aí, é lamentável porque o que a gente vê é politicagem  
3247 sendo feita por politiquero, ao invés de política pública por pessoas que têm  
3248 capacidade (de dádiva) e espírito de solidariedade ou que queiram realmente pensar  
3249 coletivamente pela sua comunidade. Então, são observações que eu faço em função  
3250 do próprio conhecimento que se tem dessas entidades, e é uma observação feita para  
3251 se atentar ao estatuto da empresa. No Item 4, o Marcelo frisa muito bem e eu, aqui,  
3252 quero ratificar, talvez com outras palavras, o 4, quando diz que a entidade sem fim  
3253 lucrativo ou de fim não econômico, conforme a alteração última do código civil  
3254 brasileiro, é bom que se tenha atividades lucrativas dentro da atividade sem fim  
3255 lucrativo, e aí, a gente passa a chamar de resultados positivos para que esse  
3256 resultado positivo de uma determinada atividade possa arcar com os custos

3257 deficitários de outra atividade. Então, só como exemplo, pega a Santa Casa, e vocês  
3258 têm aqui em Montes Claros, para a nossa tristeza no alto grau de degradação de  
3259 problema financeiro. Você tem na Santa Casa um atendimento eclético, você tem a  
3260 Assistência Social, Saúde e Educação. E nesse atendimento que a Santa Casa  
3261 promove a gente vê, então, alguma atividade lucrativa, em paralelo, na mesma  
3262 situação, Santa Casa de Belo Horizonte, tem um sistema funerário, né, altamente  
3263 lucrativo, e essa atividade funerária altamente lucrativa é que banca as outras que são  
3264 deficitárias. Então, é bom que as entidades, também, pensem assim para buscar a  
3265 autossustentação. Por que buscar a autossustentação? Porque a mim parece que as  
3266 entidades, ruim ou bom, mas com nível de avanço da normativa, muito mais estreita o  
3267 caminho do exercício de direito do que abre muito mais divide do que soma. E aí, é  
3268 importante que a gente diga que as entidades que constitucionalmente são chamadas  
3269 para contribuir no processo construtivo e deliberativo da política pública é parceira do  
3270 Estado. Isso está fundamentado na constituição federal. Não é favor de Governo, nem  
3271 da Prefeitura, do Estado ou da União, por isso que a gente pede e briga para que a  
3272 política seja permanente e não política de Governo. E o que a gente vê é normalmente  
3273 as entidades, por mais necessárias que são nos municípios, ficarem renegadas à  
3274 vontade política dos prefeitos. O prefeito dá o que quer, o prefeito faz o valor do  
3275 convênio que quer, o prefeito corta quando quer e corta percentuais. Isso que estou  
3276 falando aqui eu não estou inventando, é retrato que a gente vê no Estado. "Ah, caiu o  
3277 orçamento, então, eu estou caindo...", ora, o fundo de repasse de participação  
3278 municipal nos últimos três anos cai sistematicamente para todos os municípios sem  
3279 exceção. Agora, isso é uma outra luta que através desse órgão e dessa entidade que  
3280 nós estamos aqui, que é a Associação dos Municípios, briguem coletivamente com o  
3281 Governo Federal para que tenham um repasse maior, para que o repasse seja voltado  
3282 para os municípios porque são arrecadados de cada um dos municípios, mas o que se  
3283 não pode é transferir esse estreitamento de recurso do Tesouro Municipal e  
3284 simplesmente cortar os convênios, principalmente, quando estão em andamento. A  
3285 visão que eu tenho é essa e isso é a prática que a gente tem visto, e aí, prejudica  
3286 muito porque as entidades são parceiras quando o ente federado entende e precisa  
3287 dos serviços que ela presta, mas aí, só para ratificar a minha fala, eu quero dizer que  
3288 se a política, hoje, avança, e quer qualificação, quer é uma melhor qualidade na  
3289 prestação do serviço porque quer agora dar aplicabilidade da intersetorialidade para o  
3290 beneficiário, no sentido de tirar ele daquela situação, então, nós precisamos saber se  
3291 realmente o valor que se paga no convênio consegue enxergar essa qualidade na  
3292 prestação do serviço porque fazer um convênio de acordo com a vontade política do  
3293 prefeito, você me desculpa, mas vai continuar dando coisa pobre para gente pobre. É

3294 só avaliar nos projetos que têm, nos convênios que se fecha com as entidades que  
3295 tem em cada município. Então, essa compreensão eu acho que nós precisamos ter,  
3296 principalmente, nos municípios de cada um. É o reparo que eu faço. Muito obrigado.  
3297 MARCELO ARMANDO - Bom, eu pediria à Comissão de Normas e Política naquilo  
3298 que eu omiti em cima da fala do Geraldo para tentar respondê-lo. Primeiro, ratificar,  
3299 viu, Presidente, a sua manifestação inicial sobre a questão das entidades de  
3300 assistência social. De fato, por ela ser entidade de assistência social,  
3301 necessariamente, ela deverá cumprir todos os requisitos e objetivos que estão  
3302 previstos na NOB SUAS, portanto, os seus serviços têm que ser continuados, a  
3303 qualificação dos serviços e aquilo tudo que você já disse. Agora, quanto vamos tratar  
3304 do 4º Item, que é das associações rurais, nós quisemos dar um trato especial à ela, e  
3305 quisemos dar um trato especial à ela da mesma forma que nós quisemos dar um trato  
3306 especial para a inscrição de serviços, programas e projetos terem assentos nos  
3307 Conselhos. De alguma forma, contrariando o que prevê as normativas do CNAS. Está  
3308 certo? Isso, para clarear os conselheiros. Por que nós quisemos dar um trato  
3309 especial? Mas um trato especial de forma muito, no nosso entendimento, nós  
3310 buscamos conteúdos da própria constituição da República, que quando vai tratar da  
3311 dignidade humana, que todo aquele cidadão tem o direito ao exercício da cidadania,  
3312 todo cidadão tem o direito de se associar, todo cidadão tem o direito de ter acesso aos  
3313 serviços, e, em se tratando de área rural, tem um Artigo, que aí eu não sei precisar  
3314 onde ele instala na LOAS, que nós discutimos quando tratava da redução da pobreza,  
3315 nos projetos de redução da pobreza, que é um Inciso que está dentro de um Artigo  
3316 novo que está previsto na LOAS naquela nova modificação que ocorreu. E ao  
3317 entendermos da redução da pobreza, na redução da miséria, nós vamos entender que  
3318 uma associação rural diferencia muito na relação das cooperativas porque as  
3319 cooperativas têm uma normativa própria, uma lei que trata especificamente do seu  
3320 formato e de como ela deve existir, ao passo que, as associações rurais, elas, quando  
3321 buscam, talvez, em determinado momento, repartir o recurso para os associados, a  
3322 finalidade daquele repasse não é atividade finalística da associação. É aquele  
3323 exemplo que eu dei do mel. O mel... O objetivo da entidade é o associativismo de  
3324 forma a superar a redução da miséria naquela região, especificamente, rural. Então,  
3325 portanto, quando nós tivemos esse olhar sensível para essas entidades, nós quisemos  
3326 entender que o fato de uma entidade repassar o recurso de uma ação que ele tenha,  
3327 ele, ao distribuir essa parte desse recurso de uma determinada ação, ele quiser, com  
3328 isso, a associação quiser, com isso, reduzir a miséria, reduzir a pobreza naquela  
3329 região. Então, portanto, nós entendemos naquele momento e ainda ratificamos aqui  
3330 que a associação rural tem um perfil totalmente diferenciado daquilo que a gente vê

3331 normalmente nas associações que têm um trato, às vezes, de que aquela ação que  
3332 ele está fazendo venha se transformar lá na frente numa cooperativa. Não é? A gente  
3333 sente isso em algumas associações porque elas criam determinada atividade para que  
3334 a pessoa possa ter junto aquele grupo e criam uma cooperativa em cima daquela  
3335 ação, sendo que, na atividade rural, nós tivemos esse olhar no sentido de buscar a  
3336 redução da pobreza e a redução da miséria considerando as dificuldades porque  
3337 passam as pessoas que moram na zona rural, então, essa foi a discussão, e aí, peço  
3338 a contribuição dos conselheiros se eu deixei alguma coisa no ar. GERALDO  
3339 GONÇALVES - Conselheiro André, depois conselheiro Ami. Ok, conselheira Cris,  
3340 André e Ami... Conselheira Cristiane e ( )... ANDRÉ - Conselheiro Marcelo, na prática,  
3341 essa parte aí eu tive esclarecimento, ficou tranquilo, mas quando não se enquadra o  
3342 Presidente disse que a casa, a Santa Casa, ela atende, ela enquadra na questão  
3343 Saúde e questão Social, então, me dê um exemplo de como é que ela poderia se  
3344 inscrever no Conselho. Não associação... MARCELO ARMANDO - Não, você está  
3345 dizendo a Santa Casa, a Santa Casa é entidade de saúde, se ela tiver um programa...  
3346 Se ela tiver um serviço, um programa, benefício ou um projeto, ela vai inscrever o  
3347 programa, o serviço, o benefício, o projeto... ANDRÉ - Sim. Programa, o que seria  
3348 programa ou o que seria serviço e o projeto? MARCELO ARMANDO - Eu vou pedir a  
3349 contribuição dos conselheiros. ANDRÉ - Isso, o objetivo é esse. ROBERTA - Vamos  
3350 supor que a Santa Casa tenha lá toda a atividade dela de Saúde, aí ela fala assim "Eu  
3351 vou fazer um programa para atender, por exemplo, as mães que vêm ganhar neném  
3352 aqui que são desnutridas, eu vou dar um enxolvazinho para elas, vou dar um benefício  
3353 para elas, por exemplo...", entendeu? Aí ela estabelece um critério e fala assim, olha,  
3354 "Esse programa meu vai ser assim para tantas mulheres 'parará', ou, também, um  
3355 benefício, eu quero dar um benefício para tantas mulheres, para os homens...", ela  
3356 inventa alguma coisa que ela acha, seleciona fora da função dela normal de ofertar a  
3357 Saúde. Aí, também, pode ser programa, aí é só você ver o conceito, porque veja bem,  
3358 gente, eu também não posso, aqui, trabalhar conceito de programa e projeto porque o  
3359 projeto... [Fala fora do alcance]... Pois é, o projeto, por exemplo... [Fala fora do  
3360 alcance]... É, pode ser um programa e pode ser um projeto, entendeu? Porque ainda,  
3361 também, você tem programa, tem projeto, tem serviço, é uma... MARCELO  
3362 ARMANDO - Programas, projetos, serviços e benefícios voltados à Assistência Social  
3363 e não aqueles de Saúde e Educação. ANA PAULA - Só complementando, porque a  
3364 inscrição de programas, projetos, serviços e benefícios... Os conceitos de programas e  
3365 projetos estão na 12.435, estão na LOAS, né, complemento. E serviço, é o serviço  
3366 tipificado, é o que está na tipificação. [Fala fora do alcance]... Não, sim, o que ele está  
3367 colocando é que a entidade não tem essa concepção, a gente tem em função dessa

3368 prática e desse ( )... Aí eu acho que cabe ao Conselho um movimento no sentido da  
3369 formação, da capacitação, da discussão com a rede do município em relação às  
3370 condições dos critérios para a inscrição, então, é nesse sentido, só esclarecendo.  
3371 GERALDO GONÇALVES - Conselheiro Ami, e aí, conselheiro André, eu só quero  
3372 lembrar, conforme disse a Ana Paula, nós temos duas situações que estão na LOAS e  
3373 uma que está na 109 do CNAS. E, também, te dizer que é uma discussão que se faz  
3374 mesmo porque a de Saúde hoje vai ao Ministério da Saúde direto, e da Educação ao  
3375 Ministério da Educação. Conselheiro Ami. AMI RIBEIRO - Eu queria fazer algumas  
3376 observações aqui, primeiro é na preponderância, o CNAE, estabelecida pelo IBGE, ele  
3377 não é claro sobre essa questão, porque ( ) fará serviço social sem alojamento. O que  
3378 significa isso? Não significa nada. Então, eu acho que uma das coisas que a gente  
3379 teria que fazer é tentar mudar isso e especificar mais, então, eu acho que aí ( )  
3380 combinação do CNAE com as demonstrações contábeis e com o estatuto. Eu acho  
3381 que essas três coisas têm que ser iguais, dar a mesma informação. Então, essa é uma  
3382 questão. Outra questão é a questão dos não econômicos, esse tema, para mim, ele  
3383 está completamente errado. Por quê? Qualquer atividade que a gente exerce no dia  
3384 de hoje ela (não) é uma atividade econômica. Se eu vendo, se eu compro, se eu pago  
3385 um serviço, então, eu acho que aí teria que mudar para atividade sem fins lucrativos  
3386 mesmo, e não distribuição de resultados para os associados. E aqueles associados  
3387 que não necessitam dos benefícios, que não precisam daqueles serviços da  
3388 instituição... Porque, voltando aos associados da associação rural, esses, sim,  
3389 precisam porque eles são objetos da Assistência Social. Outra questão é evitar  
3390 critérios subjetivos para a inscrição de serviços e associações e entidades nos  
3391 Conselhos, porque se você coloca critérios subjetivos a entidade fica à mercê da boa  
3392 vontade de um ou outro conselheiro, e aqui eu percebo que tem alguns critérios  
3393 subjetivos, e eu acho que poderia trabalhar mais com critérios objetivos. E, por fim, a  
3394 Resolução nº 16 de 2010, a Presidente, ontem, do CNAS, falou que ela vai ser, em  
3395 sua parte grande, modificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por causa  
3396 desses equívocos e problemas que estão causando aos Conselhos Municipais. Então,  
3397 são essas observações que eu gostaria de fazer. MARCELO ARMANDO - Na  
3398 verdade, quando a Resolução nº 16 for colocada à apreciação, né, Ami, a gente vai  
3399 poder ter condições de contribuir no processo todo de alterações. Concordo com você  
3400 quando, na sua primeira manifestação, quando você trata dessa questão do CNAE, e  
3401 aí, eu acho que isso aí ele vai contribuir de forma a ficar mais esclarecedor. Quanto à  
3402 sua fala no que diz respeito às associações que são de fins não econômicos ou de fins  
3403 econômicos a gente tem que fazer uma discussão um pouco jurídica do assunto e aí,  
3404 você me permita, o código civil de 1916, ele não tratava as associações, todas as

3405 associações, elas eram tratadas como as de sem fins lucrativos, né, é o que tratava o  
3406 código civil de 1916. E, com isso, não só as associações civis sem fins lucrativos, mas  
3407 como as associações comerciais de direito privado, elas, também, tinham o mesmo  
3408 caráter no código civil. Ao criar no novo código civil, quando foi tratar de sem fins não  
3409 econômicos, foi para dar um trato diferenciado para essas associações civis de direito  
3410 privado sem fins econômicos que, no nome, poderia ser sem fins lucrativos, mas quis  
3411 o código civil de dar uma diferenciação às entidades de direito privado como sendo  
3412 entidades sem fins econômicos e dando um caráter para aquelas outras associações  
3413 empresariais como um caráter diferenciado. Foi isso que aconteceu. A terminologia  
3414 sem fins não econômicos nós não temos como modificar considerando que é uma lei  
3415 que está dentro do código civil e, portanto, a gente não tem forma de legislar sobre  
3416 esse ponto. Então, eu até concordo... [Fala fora do alcance]... AMI RIBEIRO - ... tem  
3417 gerado uma confusão muito grande, principalmente, para a receita federal, quando  
3418 uma entidade apresenta lá uma atividade de geração de renda, a receita federal quer  
3419 restringir a instituição... Alguns fiscais vão lá na entidade e falam "Vocês não podem  
3420 fazer esse tipo de atividade, vocês não podem comercializar", porque a gente fica à  
3421 mercê é dos fiscais, porque tem um fiscal lá na Amazônia que entende de uma coisa,  
3422 lá do Rio Grande do Sul entende outra completamente diferente, aí, vai lá no  
3423 Nordeste, outra coisa diferente, então, a lei não pode permitir que haja dez  
3424 interpretações diferentes para um assunto em que é um problema nacional, isso não é  
3425 problema só de Minas Gerais, de Montes Claros, é um problema nacional, então, isso  
3426 tem que ser mudado. Outra questão que eu esqueci de falar aqui, Marcelo, é a  
3427 questão da diferença, a associação rural... Eu trabalhei muito aqui na década de 80,  
3428 aqui, na zona rural de Montes Claros, a associação rural difere de uma entidade onde  
3429 os associados são pessoas independentes que não precisam daquele benefício. A  
3430 associação rural... São os próprios beneficiados que se organizam para crescer, para  
3431 se transformar, então, eu acho que isso aí tem que ter um tratamento todo especial  
3432 para essa instituição que está sendo criada, eu penso assim. Então, eu acho que todo  
3433 movimento que tiver naquela entidade tem que ser prestigiado e tem que ser  
3434 considerado de Assistência Social, a meu ver. GERALDO GONÇALVES - Eu não vou  
3435 ferir o número de inscrições, não, é só questão de ordem. Penso eu que, em cima da  
3436 sua fala, Ami, o código civil quando trouxe essa última alteração e saiu de entidade  
3437 sem fim lucrativo para entidade de fins não econômicos, realmente, nós precisamos,  
3438 em cima disso, Marcelo, eu penso que é de uma regulamentação, porque uma coisa é  
3439 a gente fazer a tradução literal do que está escrito na alteração do código civil, e a  
3440 outra é interpretar qual foi a intenção de quem legislou. E o Marcelo disse bem aqui,  
3441 traduziu a intenção de quem inscreveu, mas não é essa a tradução literal que se faz,

3442 porque realmente essa confusão que o conselheiro Ami traz é verídica e se faz, hoje,  
3443 na aplicabilidade da normativa, no estado inteiro. Fica parecendo que é uma coisa  
3444 muito técnica, mas o que eu sugiro é que a gente apanhe, como temos direito de fazer  
3445 isso, a assessoria técnica mais específica, para que a gente tenha uma definição mais  
3446 clara, e se preciso for fazer, realmente, uma regulamentação dessa alteração do  
3447 código civil. O que não pode é por uma interpretação literal da alteração do código civil  
3448 prejudicar a maioria das entidades que são de Assistência Social, que são  
3449 beneficentes. E aí, nós precisamos, inclusive, avançar na beneficência como sendo  
3450 realmente aquilo que os entendedores do assunto falam que é o gênero, e que esse  
3451 gênero beneficência tem duas espécies que são a filantropia e assistência social.  
3452 Então, nós vamos precisar fazer isso porque senão, está na tradução literal que,  
3453 inclusive, nós temos uma normativa, não se pratica a assistência e/ou a filantropia sem  
3454 o gênero beneficência. Então, para tornar mais cristalina a política pública de  
3455 assistência social, para fazer valer a política pública na mesma situação de grandeza  
3456 como as outras políticas que nós chamamos de primas ricas, que são a Saúde e  
3457 Educação, não precisamos exterminar alguns termos que literalmente já estão  
3458 traduzidos no nosso dicionário, é esse o meu entendimento. Eu acho que o GT vai  
3459 precisar de assessoria e penso que a gente tem pessoas boas para se somar,  
3460 técnicos que a gente pode estar comprando para comprar essa briga. E quando eu  
3461 digo "Comprar essa briga", não é nossa, interna, do Conselho. Eu penso que é uma  
3462 situação que a gente vai definir em função da necessidade e desse cuidado peculiar e  
3463 inerente ao Estado de Minas Gerais. Talvez seja o estado que mais tem associações  
3464 rurais, associações de bairro e comunitárias. E eu gostaria de ver quantas prefeituras  
3465 nos nossos 853 municípios que são capazes de fazerem uma gestão sem essas  
3466 entidades, aí eu gostaria de ver. Então, isso mostra a importância que nós temos, e  
3467 Minas tem sido pioneira em levantar situações e levar até ao Governo Federal, até ao  
3468 MDS e ao CNAS, dessas tratativas que nós temos porque o nosso Estado é rico, não  
3469 só em grandeza geográfica, mas, também, em adversidade, e é isso que a gente leva  
3470 para lá, nos fóruns nacionais. Vamos continuar com a inscrição, então, conselheira  
3471 Cristiane. CRISTIANE NAZARETH - Só uma questão, colocar para o grupo, aos  
3472 conselheiros estaduais, principalmente, eu não sou da Comissão de Política e não sou  
3473 da Comissão de Normas, mas me auto convidei para fazer parte do grupo e as duas  
3474 Comissões me acolheram e agradei, e eu participei das duas reuniões que trataram  
3475 dessas questões, e são questões que estão vindo já, como o Marcelo falou, né, sendo  
3476 cobradas por vários Conselhos Municipais, de orientação em relação a esse processo  
3477 de inscrição, eu queria ressaltar para o pessoal que está participando duas questões  
3478 que para gente foi fundamental para chegar nessas conclusões aqui, que aí eu

3479 concordo, senhor Ami, o que está descrito ali são ideias que precisam ser detalhadas  
3480 que o Conselho, nosso Conselho Estadual, temos que detalhar para sair orientações  
3481 mais claras se forem aprovadas para os Conselhos, mas não dava tempo para o grupo  
3482 fazer tudo isso, não é, Ana Paula? Nós estávamos trabalhando as ideias para  
3483 exatamente... É, aí argumentação, detalhamento, nós do Conselho Estadual vamos,  
3484 de fato, construir. Mas o que nos ajudou muito foi exatamente ler com mais calma, né,  
3485 o Marcelo ajudou a gente muito nisso a questão da legislação, e atentar-se muito, sim,  
3486 às normativas do Conselho Nacional, lembrar que tem, além da tipificação de serviços  
3487 socioassistenciais que é a Resolução nº 109, tem a resolução que trata de  
3488 assessoramento e defesa de direitos, que abriu exatamente essa discussão em  
3489 relação às associações que atuam no meio rural, então, esse aspecto, senhor, como o  
3490 Conselho Nacional soltou primeiro a tipificação, eu acho que isso causou uma  
3491 confusão danada na nossa cabeça porque ficou parecendo que a entidade só poderia  
3492 ser de Assistência Social se ela fizesse atendimento. E aí, a partir do momento que a  
3493 gente, depois de quase dois anos, né, porque a tipificação saiu em 2009, a resolução  
3494 de assessoramento e defesa de direito saiu em 2011, a gente teve acesso a uma outra  
3495 regulamentação que nos ajudou, enquanto Conselho, falo isso, também, porque já fui  
3496 conselheira de Belo Horizonte, a perceber que existia outras formas de exercer a ação  
3497 de assistência social para além do atendimento, então, assessoramento e defesas de  
3498 direitos, também, contempla esse aspecto. Uma questão que nós discutimos muito no  
3499 grupo é de que direitos nós estamos falando quando nós falamos de defesa de  
3500 direitos, então, como vocês podem ver, os senhores podem ver, ainda tem questões  
3501 que a gente precisa discutir mais, mas esse eu acho que é uma saída que o Conselho  
3502 Estadual encontrou uma saída ou uma proposição que é muito interessante que é  
3503 grupo de trabalho, grupo de estudo, a gente precisa estudar, a gente precisa ler mais,  
3504 a gente precisa entender mais, a gente precisa aprofundar mais. E ressaltando, isso já  
3505 foi falado muito pela Mesa, mas eu gostaria de ressaltar mais uma vez, a  
3506 apresentação ontem do CRAS Rural ressaltou ainda mais para a gente a necessidade  
3507 do reconhecimento, da relevância das associações que atuam no campo porque ficou  
3508 muito claro aqui na fala da... - Como que ela chama? - Vaina? Ivaina? Né? Ah, gente...  
3509 [Fala fora do alcance]. Isso. A assistente social que é coordenadora do CRAS que...  
3510 Ela até disse isso, né, a associação foi fundamental para poder fazer o  
3511 desenvolvimento das ações dela, das ações que são públicas, que o papel é o  
3512 mesmo, do órgão gestor, o papel é da prefeitura e levar os serviços lá, mas precisou  
3513 contar com as associações. E todos nós sabemos que existem entidades (em)  
3514 entidades, não quer dizer que a gente "Ah, então, agora, vai inscrever todas as  
3515 associações?", não. Os Conselhos Municipais continuam sendo responsáveis por

3516 analisarem esses processos. E aí, Fran, se você me permite, você me fez uma  
3517 pergunta ali e eu vou colocar... A Fran até me perguntou assim "A gente pode,  
3518 inclusive, pedir outros documentos?", pode, não é, Marcelo? O Conselho Municipal de  
3519 Assistência Social... Porque a Resolução nº 16 coloca documentos que são básicos,  
3520 esses documentos precisam ser, são essenciais, estatuto, a gente tem que analisar o  
3521 estatuto. Não é, Ami? Estou aprendendo isso com o Ami. O estatuto é a identidade da  
3522 entidade, ele que diz o que a entidade realmente foi criada para quê, tem que analisar  
3523 o plano da entidade, nós falamos aqui de plano, então, vamos ter que analisar o plano  
3524 de trabalho da entidade, o relatório de atividades caso ela já exista, né, porque  
3525 lembrando que a inscrição é prévia, quer dizer, tudo isso continua sendo função do  
3526 Conselho Municipal. O que o Conselho Estadual está fazendo é aprofundando ainda  
3527 mais, principalmente, essas questões que ainda apresentam dificuldades para os  
3528 Conselhos, então, com certeza, a partir da discussão daqui da aprovação, vai ter que  
3529 sair um detalhamento, eu acho que a gente... Não me lembro, Marcelo, se fechou  
3530 aquela questão... Mas a gente discutiu, não foi, "Consola", que tem que sair uma  
3531 orientação detalhada a partir da aprovação, né, para que esteja mais claro e que  
3532 esses critérios, como o Ami disse, sejam realmente objetivos, então, é só para estar lá  
3533 como... A cartilha da metodologia, então, só para colocar essas questões, assim,  
3534 agradecer às duas Comissões por terem me acolhido muito bem para eu poder estar  
3535 colaborando e, também, me capacitando nesse processo de discussão porque foi  
3536 muito rico o trabalho em grupo porque a gente realmente estudou mesmo, a gente leu,  
3537 a gente discutiu, a gente debateu, a gente discordou, e a gente teve alguns  
3538 consensos. GERALDO GONÇALVES - Franciele... "Fran", se você puder, faz um  
3539 favor, repete essa pergunta que você fez sobre o documento, só para... FRANCIELE -  
3540 Boa tarde! A pergunta que eu fiz à Cris foi quando o Marcelo falou dos documentos  
3541 contábeis, então eu disse que anteriormente as Resoluções anteriores pediam esse  
3542 documento, só que com a 16 esse documento foi extinto, então, nós, Conselhos  
3543 Municipais, não solicitamos mais as prestações de conta, documentos contábeis à  
3544 entidade. Ok? GERALDO GONÇALVES - Eu vou pedir ao conselheiro Ami para fazer  
3545 um comentário sobre essa pergunta sua porque eu acho que é importante, e aí, Ami,  
3546 antes de você até se manifestar, eu gostaria de estar te convidando para você compor  
3547 o grupo da Comissão de Normas porque eu acho que vai somar muito nessa  
3548 empreitada. E colocar já de antemão, Cris, que eu penso que a gente não deve  
3549 deliberar aqui, não. Acho que é bom a gente ter de trabalhar mais este ( ) pela  
3550 responsabilidade que nós temos, enquanto Minas Gerais, para levar isso à Brasília. E  
3551 diria mais, que eu acho que nós vamos ter um outro dever de casa, enquanto grupo de  
3552 trabalho, que é conhecer mais o documento que está sendo elaborado chamado de

3553 Marco Regulatório do Terceiro Setor, que (dá) dentro do Gabinete Civil da Presidente  
3554 da República, Dilma, aos cuidados do nosso Ministro Gilberto Carvalho. E no  
3555 FONACEAS nós vamos estar ouvindo uma explanação a respeito do que está  
3556 construído, até então, no final do mês se de repente a gente vai poder socializar  
3557 depois com todos vocês. Ok? Conselheiro Ami... AMI RIBEIRO - Pois é, nós podemos  
3558 fazer uma analogia com a Portaria nº 353 do MDS. Portaria nº 353 determinou que a  
3559 partir de novembro de 2011 os processos que seriam enviados para o MDS não  
3560 precisariam mandar mais a demonstração contábil. Então, nós, também, podemos  
3561 seguir esse caminho porque as demonstrações contábeis só serão exigidas para  
3562 manutenção da imunidade e das isenções. Então, quando a Receita Federal for lá na  
3563 entidade ela vai cobrar as demonstrações contábeis de acordo com as normas  
3564 brasileiras de contabilidade. Ok? Então, você não vai exigir, mas você vai alertar a  
3565 entidade dizendo "Nós não estamos exigindo, mas vocês vão ter que fazer isso e isso  
3566 com as demonstrações contábeis". Porque aí qualquer hora a Receita Federal pode  
3567 chegar lá e exigir eles ( ). GERALDO GONÇALVES - Ela só atendeu a minha  
3568 solicitação, está dada a resposta e espero, e agora faça a sua colocação. Obrigado!  
3569 FRANCIELE - Eu gostaria, antes de qualquer coisa, de parabenizar a Comissão por  
3570 esse olhar especial para as associações rurais comunitárias, viu, Marcelo. Parabenizar  
3571 a Comissão por esse olhar especial para as associações rurais comunitárias, então, é  
3572 uma demanda nossa e todo mundo fica sem saber o que fazer. A Cristiane esteve na  
3573 reunião do CNAS discutindo, então, essa foi a minha bandeira, e a minha pergunta,  
3574 antes de qualquer coisa, Geraldo, a maioria das associações sobrevivem com as  
3575 contribuições dos sócios, então, isso ainda é desafio para gente. Então, a gente vê  
3576 que, por exemplo, nos serviços de acolhimento (das) entidades de longa permanência  
3577 para idosos têm essa prerrogativa aí de se cobrar. Então, será que as associações  
3578 rurais comunitárias não seria, também, eficaz? Mas a minha pergunta não é essa, não.  
3579 Quando se diz que associações de defesas de direitos têm que olhar caso a caso o  
3580 que elas defendem, aí eu retorno a pergunta que eu fiz ao CNAS... As associações  
3581 rurais comunitárias defendem água, estrada... "Peço" que o PSF atenda aquela  
3582 comunidade, que a Educação atenda aquela comunidade, que o CRAS atenda a  
3583 comunidade... Não são demandas, especificamente, da política de assistência social,  
3584 mas, como eu sempre lembro, a Assistência tem que tornar o usuário alcançável pelas  
3585 demais políticas públicas. Eu entendo que a associação trabalha nesse sentido, isso aí  
3586 é um princípio da Assistência Social. Então, quando ela fizer essa defesa de direitos  
3587 que não são só direitos socioassistenciais, é uma defesa de direitos bem ampla. Nós  
3588 podemos entender como defesa de direitos porque o trabalho delas aqui, em Montes  
3589 Claros, né, Érika, é esse, é basicamente esse, não são somente direitos

3590 socioassistenciais. E lembrando outra coisa, a CODEVASF, para perfurar um posto  
3591 artesiano naquela comunidade para ter água, que é um recurso de sobrevivência, ela  
3592 exige da associação a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.  
3593 Obrigada! GERALDO GONÇALVES - Bom, está aí a pergunta que "Frans" faz, eu  
3594 acho que faz a reflexão... Faz a gente refletir muito mais porque vai muito além do que  
3595 a gente está pensando. Conselheira Ana Paula. Deixa ela falar, por favor. Conselheira  
3596 Ana Paula na inscrição porque eu quero que ela já dê uma parte da resposta à  
3597 Franciele. Só um minutinho, Marcos, por favor, segure a onda aí. ANA PAULA - Bom,  
3598 tem algumas questões que eu acho que são importantes de a gente considerar.  
3599 Algumas questões que o Ami pondera em relação ao CNAE. O CNAE realmente há  
3600 uma defasagem da classificação em relação aos serviços socioassistenciais. Então,  
3601 você tem lá no CNAE, por exemplo, entidade religiosa. Isso está sendo trabalhado  
3602 pelo MDS é importante porque isso já foi alertado ao MDS várias vezes, essa  
3603 discussão, e ao Conselho Nacional, via Conselho Nacional, o MDS tem ciência disso,  
3604 por isso ele está centrando tanta força no Censo SUAS. Porque o Censo SUAS vai  
3605 mapear e vai criar o cadastro nacional de entidades onde isso vai poder estar sendo  
3606 discutido no campo intersetorial do MDS com a Receita Federal, com o IBGE, para  
3607 uma atualização do CNAE. E aí, a gente vai avançar nessa questão da discussão da  
3608 preponderância. A preponderância... Tem um outro ponto que eu acho que ele... Nós  
3609 vamos ter que voltar para o grupo e iluminar um pouco melhor essa discussão quando  
3610 a gente diz a questão dos critérios para certificação e os critérios para a inscrição. São  
3611 duas ações distintas. Nós não podemos confundir uma entidade, o que é necessário  
3612 para que ela seja certificada, e o que é necessário para ser inscrita, porque a  
3613 certificação é de âmbito nacional, de âmbito federal, então, isso muitas vezes é  
3614 confuso para os Conselhos Municipais, principalmente depois da Lei 12.101. Em  
3615 relação ao CNAE o que pode ajudar nesse campo da aferição da preponderância, no  
3616 caso de entidades que atuam em mais de uma área, a Lei 12.101 diz à  
3617 preponderância dada pelo CNPJ. Se o CNPJ encontra-se nessa situação que o Ami  
3618 colocou, e gente ainda tem a referência da Resolução nº 16, que nos isenta, nos  
3619 coloca... Não nos obriga mais à aferição dos documentos contábeis, existem outros  
3620 documentos que são do campo da assistência social como um plano de atividades, um  
3621 relatório de atividades do exercício anterior, né, o quadro do campo da própria  
3622 entidade, estatuto, plano de atividades em que você vai mensurar, são delas no  
3623 campo da assistência, então, isso também ilumina quando nós temos essa questão do  
3624 CNAE para efeito de inscrição dos Conselhos Municipais porque há certificação, um  
3625 dos critérios é que tenha a inscrição nos Conselhos Municipais. Uma outra questão  
3626 que a Cristiane coloca, que eu acho importante, também, no campo das entidades

3627 elas são classificadas em assessoramento, defesa e atendimento. Nós só temos  
3628 tipificação para o atendimento, para os serviços de atendimento. Para os serviços de  
3629 defesa e assessoramento não há tipificação nessa área, o que torna mais difícil a  
3630 nossa análise e o limite entre o que está no campo da defesa e no campo do  
3631 assessoramento. Então, isso também é um outro complicador que eu acho que nós  
3632 vamos ter que nos detalhar. Tem uma questão que a “Fran” coloca aí, agora, que eu  
3633 acho importante, que é essa questão do campo da defesa de direitos, o que você traz  
3634 é o campo da defesa de direitos difusos que extrapola um campo da política de  
3635 assistência. E aí, eu acho que nós vamos ter que nos debruçar, de fato, o grupo nessa  
3636 discussão porque há uma lacuna na interpretação desta área, a gente sempre está  
3637 fazendo uma defesa da própria política em que ela fique circunscrita à sua ação no  
3638 sentido de não repetir a história da assistência que foi sempre colocada no lugar do  
3639 campo e da ausência das outras políticas públicas, então, eu acho que a gente tem  
3640 que estar sempre atento para esse olhar, para a gente não repetir o lugar que a  
3641 política de assistência vem fazendo o esforço para romper. Isto não significa atitudes  
3642 extremas, esse é o cuidado que eu acho que a gente está tendo na discussão para  
3643 que não haja uma falta de cobertura em relação ao usuário. Mas nós temos que estar  
3644 atentos e lidando com essas duas extremidades, uma é a questão que a Assistência  
3645 não tem competência do ponto de vista técnico para se responsabilizar e nem é do  
3646 seu escopo regulatório das suas normativas se responsabilizar pelo campo da defesa  
3647 de direitos difusos de todas as defesas de direitos, a ausência da questão da  
3648 Educação, da Saúde, da Política Urbana, enfim. E a gente criando até critérios de  
3649 inscrição que ultrapassem a nossa capacidade de análise. Esse é um ponto que eu  
3650 acho que a gente vai ter que observar no grupo, uma vez que existe essa realidade  
3651 que vocês estão trazendo, até como condicionante para execução de projeto à  
3652 inscrição no Conselho de Assistência, o que isso traz de responsabilidade para o  
3653 campo da Assistência que ela não tem instrumento técnico para aferir sobre isso. O  
3654 campo técnico dela está sendo cada vez melhor demarcado. Eu acho que eu concordo  
3655 com a Geralda, eu acho que vamos ter que voltar e trabalhar melhor essas questões  
3656 para trazer de uma forma, não sei se os meus colegas de Comissão, acho que trazer  
3657 de uma forma mais clara para se transformar, de fato, numa orientação aos  
3658 municípios, eu acho que nós já avançamos muito no trabalho da Comissão, nós nos  
3659 debruçamos em cima da legislação da Assistência e outras legislações afins porque  
3660 nós estamos dizendo do campo, principalmente, das entidades de defesas, as  
3661 associações rurais, mas essa lacuna permanece, eu acho que a gente tem que estar  
3662 atento. E a nossa defesa foi que eu coloquei ontem, eu acho que o campo da  
3663 intersectorialidade é diferente do campo da responsabilidade, a responsabilidade

3664 permanece sendo a Assistência ter responsabilidade sobre a sua demarcação  
3665 enquanto política. Isso não a isenta de estabelecer a intersectorialidade com outras,  
3666 mas não se responsabilizar por ações que extrapolam o seu campo. GERALDO  
3667 GONÇALVES - Ok! Conselheiro Marcus... E segura mais um pouquinho porque eu  
3668 quero fazer um comentário em cima do que a Ana Paula colocou. Vou chamar a  
3669 Fátima e a "Frans", pela responsabilidade que vocês terão. Se somar com "Bete",  
3670 enquanto Presidente da URCMAS aqui do Norte. E a gente sabe o quantitativo grande  
3671 que a gente tem. E por quê? Porque uma coisa, Ana Paula, aí é uma discussão que a  
3672 gente precisa mesmo avançar, e muito. Essa adversidade, eu penso que ela está em  
3673 todos os estados, pelo que a gente detenhemos de conhecimento, porque nós estamos,  
3674 hoje, no FONACEAS, na presidência do FONACEAS, que é o Fórum Nacional dos  
3675 Conselhos Estaduais. Então, essa experiência dos outros estados a gente  
3676 acompanha, também, de perto. O que a gente vê é o seguinte, o Censo SUAS, no  
3677 modelo do avanço da normativa, a gente vai falar de entidades que buscam o  
3678 cadastro, que buscam o vínculo SUAS e, principalmente, aquelas que vão compor o  
3679 cadastro nacional de entidade. Então nós estamos falando de 30% das entidades que  
3680 o Brasil têm, nós não estamos falando de 100%. É a minoria. Por quê? A grande  
3681 maioria aqui, Montes Claros, que a região Norte apresenta, são entidades que buscam  
3682 a inscrição para o conveniamento com o ente federado municipal. Elas não buscam a  
3683 inscrição no Conselho Municipal como condição ( ) para chegar no certificado de  
3684 beneficência e Assistência Social, que é aquele que o MDS passa para o Ministério da  
3685 Fazenda para determinar a Receita Federal de dar isenção fiscal, porque 80% das  
3686 entidades que nós temos no Brasil, hoje, nas quase quatrocentas mil, 80% delas não  
3687 têm a isenção fiscal. Então, esse entendimento nós vamos ter que fazer sob pena de  
3688 prejudicar a grande maioria das entidades que a gente tem nesse estado e que  
3689 depende necessariamente dessa inscrição para o conveniamento municipal. Então,  
3690 não é confundir essas entidades como sendo o modelo assistencialista antigo com o  
3691 modelo da Assistência Social. O fato de a gente avançar na política pública e tornar  
3692 cristalina e falar de assistência não quer dizer que nós vamos matar as entidades.  
3693 Então essa é a compreensão que nós precisamos ter, e essa discussão nós  
3694 precisamos fazer, e mais do que isso, eu sei que é muito técnico, pode parecer chato,  
3695 mas eu quero comungar com a Ana Paula e o Ami quando falar do CNAE. Olha, o  
3696 CONCLA, quando se reuniu e se somou ao CNAE, foi para estabelecer com a visão  
3697 tributária e fiscal arrecadadora. E aí, para mim é um equívoco quando o MDS... E já  
3698 tive oportunidade de fazer e farei, e vou fazer até o final... Quando o MDS busca no  
3699 que CNAE conceituar alguma coisa com a visão da política pública e não com a visão  
3700 arrecadadora, então nós misturamos as coisas, nós misturamos as coisas. Por quê?

3701 Se fala e não apresentar os documentos contábeis... A Portaria do Ministério falou  
3702 isso, mas como é que fala ( ) representar os demonstrativos contábeis quando se  
3703 pretende (atribuir)? De que forma que você vai a tributação ali dentro? Se você sem  
3704 o instrumento contábil, sem os demonstrativos de origem e aplicação de fundo? Sem o  
3705 demonstrativo de resultado? Isso, humanamente... Tecnicamente, humanamente, não,  
3706 tecnicamente impossível. Tecnicamente impossível. [Fala fora do alcance]. Então, é o  
3707 cadastro nacional de entidade, feito pelo Ministério da Fazenda. São pessoas que  
3708 somaram. Ele conceitua, ele tenta conceituar o ramo de atividade de todas as  
3709 empresas. Uma vez pega as empresas que têm no Brasil, as separa pelo ramo de  
3710 atividade, e tenta conceituar aquele ramo de atividade, e aí, nessa conceituação... Por  
3711 isso que a Ana Paula citou as entidades religiosas. Agora, nós não podemos perder de  
3712 vista, literalmente, a origem dessa situação, porque nós ( ) entidade religiosa, já está  
3713 claro para todo mundo como partido político e sindicato, não é de Assistência Social,  
3714 embora não se proíba que faça ou se inscreva programa, projeto, serviço e/ou  
3715 benefício, isto é uma coisa. A outra é saber que a maioria delas é que dão origem as  
3716 mantenedoras das entidades que fazem a Assistência Social. Então, isso, querendo  
3717 ou não, nós não podemos negar, é um fato, é um fato, está registrado em Minas  
3718 Gerais. Nós vamos ter que aprofundar mais, e aí nós vamos precisar da contribuição,  
3719 Fátima, sua, de "Bete" e de "Frans". "Frans" já teve intervenção em Brasília quando  
3720 fizemos GT, e intervenção aqui em Montes Claros ( ) que se fez valer, hoje, na  
3721 normativa nacional. Então, nossa região aqui pode somar muito, sim, com toda  
3722 certeza. Eu não tenho dúvida nenhuma. Conselheiro Marcus, agora você vai falar.  
3723 MARCOS VINÍCIUS - Na verdade, eu acho que a discussão que veio ela já, inclusive,  
3724 as contribuições já foram, em parte, contempladas, mas acho que só acrescentar, ou  
3725 talvez reforçar algumas colocações que vieram anterior que, mais específica com  
3726 relação à essa questão das associações rurais, da dinâmica que se coloca, por  
3727 exemplo, hoje tem a questão do PNAE, ele se organiza lá, está organizado, vai sair  
3728 uma chamada pública, então, através da associação eles se organizam e vão, mas  
3729 ele, de uma certa forma, acaba vendendo de forma individual, não se utiliza naquele  
3730 momento a associação para se vender o produto muitas vezes. Eles criam, inclusive,  
3731 eles, hoje, através do cartão do produtor, emitem uma nota fiscal específica de cada  
3732 um. A outra questão que eu acho que já foi colocada aqui, que é a questão, na  
3733 verdade, que a associação ( ) utilizar de uma forma geral, seria um projeto do PCPR,  
3734 se vem a questão da água, vem do PRONAF, que se organiza o grupo lá, então, vai  
3735 se trabalhar o PRONAF, então, como que organiza? "Não, vamos organizar  
3736 associações e cada dia uma vai estar indo ao sindicato ou na EMATER para organizar  
3737 a emissão das DAP". Hoje, a gente tem, por exemplo, a questão da habitação rural,

3738 então, reunindo o grupo lá na comunidade e vai identificar qual que é o, as famílias,  
3739 qual que é o perfil que pode ser beneficiado, então, esse processo de mobilização e  
3740 de organização é feito através das associações. E vai se organizar, por exemplo, o  
3741 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, então quem que vai estar  
3742 representando? São as associações. Da mesma forma, quando se chega... Às vezes a  
3743 Secretaria de Assistência Social tem uma determinada demanda que vai beneficiar o  
3744 município, como que se faz isso? Reúnem as associações rurais e vão estar  
3745 encaminhando de qual que é a forma, quais que são os critérios, então, assim, da  
3746 importância hoje que a gente tem dessas associações para o desenvolvimento, para a  
3747 organização. E aí eu acho que eu concordo quando se traz, na verdade, que não vai  
3748 ser exclusiva ( ) uma entidade para se trabalhar com a Assistência Social, mas dentro  
3749 dela e parte de serviços que ela vai estar desenvolvendo ela vai contemplar, sim, a  
3750 política de assistência social. Então, acho que nesse sentido a gente pode estar  
3751 reforçando esse trabalho, e aí eu acho que o que Ana coloca a gente reforçar e  
3752 amadurecer um pouco essa discussão. GERALDO GONÇALVES - Pessoal, está aí o  
3753 barulho, viram que a responsabilidade nossa é grande, com, obviamente, o  
3754 cumprimento aqui da região Norte. Mas eu vou passar para a conselheira Cristiane, a  
3755 gente dá a sequência ao ponto de pauta que vai falar agora sobre a mobilização para  
3756 a audiência pública. Preparação para audiência pública do orçamento 2013. Acho que  
3757 é interessante, também, para os municípios aqui presentes porque é o que a gente  
3758 precisa, também, fazer na nossa Câmara de Vereadores em cada um dos nossos  
3759 municípios. Vamos lá, conselheira Cristiane. CRISTIANE NAZARETH - Então, como  
3760 eu falei, essa é a discussão, o orçamento já foi aprovado, já passou pelo Conselho,  
3761 nós já discutimos e agora a gente vai para a Assembleia Legislativa, Fátima, esse era  
3762 o ponto que você tinha me perguntado, né, para a audiência pública na Assembleia  
3763 Legislativa, e aí, cabe a gente, aqui, discutir, apreciar o que nós vamos levar para a  
3764 Assembleia. Eu quero contar com a compreensão dos conselheiros estaduais que  
3765 como nós não tivemos reunião de Comissão ontem, então, a gente não teve, enquanto  
3766 Comissão, tempo para discutir ainda mais, aprofundar, então, essas questões nós  
3767 vamos fazer de maneira conjunta. Então, em relação ao Piso Mineiro, que está  
3768 previsto a metafísica para 2013, então lembrando, esse é o orçamento 2013,  
3769 atendimento a 853 municípios com o valor previsto de 48 milhões, o que nós estamos  
3770 discutindo para propor? Para levar para a Assembleia para que seja proposta como  
3771 Emenda? E aí a gente precisa decidir. Vocês vão se lembrar que na Plenária do  
3772 Conselho Estadual surgiu essa questão e aí a gente pediu uma análise da questão do  
3773 impacto em relação... Ou ajustar o valor do cálculo de todos os municípios para 2,20...  
3774 - Deixa eu ler que fica mais fácil -. Então, apresentar só... A gente tem as seguintes

3775 opções, apresentar só o valor aprovado pelo CEAS que está colocado ali de 48  
3776 milhões, ou, propor alteração para R\$ 54.045.694,20 passando a base de cálculo de  
3777 todos os municípios para 2,20 mantendo a base de dados do CAD-ÚNICO de 2010,  
3778 ou, propor a alteração para R\$ 57.622.778,40 passando a base de cálculo de todos os  
3779 municípios para 2,20 associado à base de dados do CAD-ÚNICO de 2012. Então, nós  
3780 temos essas opções e aí a gente pediu uma análise, dados, né, em relação à essa  
3781 questão da mudança e esses são os valores que foram colocados nessa mudança. E  
3782 eu estou me lembrando que parece que naquela discussão a Roberta tinha solicitado,  
3783 se me engano, me perdoe, que a base de CADÚNICO de dados fosse de agosto  
3784 2012. Não foi isso? Então, né... Essa foi uma questão que me pareceu, que me  
3785 lembrei aqui que parece que você tinha colocado naquela discussão. Então a gente  
3786 precisa, conselheiros estaduais... - Cadê os conselheiros estaduais? -... Bom, isso é  
3787 ponto de deliberação, Presidente, e é ponto de quórum qualificado, eu só queria  
3788 chamar a atenção. Lê todos os pontos e aprova? Então vamos seguir. Presidente?  
3789 [Fala fora do alcance]. Três propostas. Ler todos... São três pontos. GERALDO  
3790 GONÇALVES - Estou olhando porque no olhar seus aí está pensando em  
3791 "Conselheiro saiu...", conselheiro estadual, não? CRISTIANE NAZARETH - Não, é que  
3792 eu olhei aqui e fiquei procurando, está aqui, está aqui, é porque está... Estão aqui.  
3793 GERALDO GONÇALVES - Ok. CRISTIANE NAZARETH - Eu estou perguntando se é  
3794 para ler todos os pontos e depois a gente delibera cada um? GERALDO GONÇALVES  
3795 - Vamos fazer ponto a ponto, ué. CRISTIANE NAZARETH - Então vamos. Então essa  
3796 é a primeira questão. GERALDO GONÇALVES - Está apresentado, algum conselheiro  
3797 quer fazer algum questionamento sobre essa situação que se coloca? CRISTIANE  
3798 NAZARETH - A gente precisa votar, né, nesse caso. GERALDO GONÇALVES - Não?  
3799 Ok. CRISTIANE NAZARETH - Eu acabei de dizer, conselheiro Marcelo, que como nós  
3800 não tivemos reunião da Comissão ontem não foi possível a Comissão propor, então,  
3801 nós estamos trazendo o que foi colocado... Tanto o de 54 mil quanto o de 57 mil a  
3802 gente está propondo aumento... E baseado na discussão que houve na Plenária. O  
3803 que a gente precisa decidir, né, se for o caso. Ou altera passando a base de cálculo  
3804 de todos os municípios para 2,20, isso está posto nas duas propostas, mas uma  
3805 proposta mantém a base de dados do cálculo do CAD-ÚNICO de 2010, e a outra  
3806 proposta mantém a base de dados do cálculo do CAD-ÚNICO de 2012. GERALDO  
3807 GONÇALVES - Conselheira Gilvânia pediu inscrição... CRISTIANE NAZARETH - É,  
3808 altera... Mantém o 2,20 e altera a base de dados. GERALDO GONÇALVES -  
3809 Conselheira Gilvânia... GILVÂNIA - Então, eu queria só esclarecer que a proposta  
3810 atual, a que foi para Assembleia de R\$ 48.134.410... GILVÂNIA - ... que a gente já  
3811 desenvolveu com o Fernando da SEPLAG, e que no dia que nós pensamos a gente

3812 achou plausível o raciocínio dele de que como nós estamos há dois anos pagando  
3813 Piso pra 822 menos 214, me ajudem aí... Menos 100... 722 estão recebendo 1,80 até  
3814 2012, receberão, também, 2013 nesse primeiro cálculo. E só os 100 primeiros que  
3815 eram da série histórica do CRAS custeio é que recebem 2,20. Então o que seria um  
3816 raciocínio justo, primeiro universalizar com esse raciocínio da Resolução 459 que é  
3817 1,80 pra todos e 2,20 só pra série histórica e depois passar todo mundo pra 2,20. Eu  
3818 acho, também, que é um raciocínio de justiça. Só queria fazer essas ponderações.  
3819 2,20 os 100 primeiros que já recebiam CRAS custeio. E os demais estão recebendo  
3820 na base de cálculo de 1,80. E a Resolução previu passar todo mundo pra 2,20 a partir  
3821 de 2015. Como o Piso foi antecipado em um ano a gente acredita que conseguiremos  
3822 antecipar pra 2,20 em 2014. Essa será uma outra discussão orçamentário no próximo  
3823 ano. CRISTIANE NAZARETH - Só pra esclarecer, o que a gente está propondo? Que  
3824 antecipar a universalização pra 2,20 pra 2013. Não é? É isso que está colocado ali. A  
3825 universalização, que ela seja antecipada pra 2013 e num aspecto mantém a base de  
3826 cálculo do CADÚNICO que é a base que está sendo utilizada que é 2010 e no outro  
3827 muda-se pra base de cálculo do CADÚNICO DE 2012. É o que está sendo colocado. (  
3828 )... Nós temos que levar isso para a Assembléia Legislativa e propor como emenda,  
3829 então... [Fala fora do alcance]... Não, uma vez colocado como emenda... [Fala fora do  
3830 alcance]... Não, essa é uma proposta do Conselho Estadual de Assistência Social que  
3831 nós vamos propor lá na Assembléia Legislativa ao que a SEPLAG... [Fala fora do  
3832 alcance]... O trâmite no executivo já foi feito, a SEPLAG... São os quarenta e oito  
3833 milhões que estão lá. Nós estamos levando (como) Conselho, mobilização, pressão e  
3834 vai por aí, para a Assembléia Legislativa a proposta de aumentar esse recurso pra  
3835 universalizar o valor de 2,20 para todos os municípios já em 2013. INTERLOCUTOR -  
3836 Se é pra brigar vamos brigar pela ( ) mesmo. 2,20 até 2012... GERALDO  
3837 GONÇALVES - Ok, então em regime de votação, Cristiane dá o primeiro voto... Pois  
3838 não, Consolação. CONSOLAÇÃO - Desculpa, é só pra lembrar, talvez posso até  
3839 tentar, talvez essa última proposta, mas lembrar que na negociação a gente tem que  
3840 propor de onde que o dinheiro, também, está saindo. Quando a gente vai na revisão  
3841 do PPAG a gente tem que demonstrar de onde você está tirando o dinheiro, também.  
3842 ROBERTA - Aqui, gente, veja bem, na audiência não é função. Faz as propostas e na  
3843 hora da comissão a comissão é que negocia isso junto com o executivo de dizer  
3844 assim, olha, por exemplo: "Vieram trinta emendas pra Assistência Social no orçamento  
3845 do FEAS". Ok. O que pode ser colocado, o que tem que ser tirado? Agora, não é na  
3846 audiência, isso é na comissão que faz essas negociações, entendeu? Do ponto de  
3847 vista do orçamento do Estado como um todo... Aí que é a disputa real do orçamento.  
3848 O que os movimentos têm que fazer e obviamente o Controle Social é colocar o seu

3849 anseio e a sua demanda. GERALDO GONÇALVES - Conselheira Roberta, aproveite  
3850 que está com o microfone e deixe seu voto, por favor, e em sequência a Cristiane e  
3851 vamos por aí a fora. Está em regime de votação. Conselheira Cristiane inicia já que  
3852 você fez a apresentação. CRISTIANE – Cristiane, pela proposta "C". MARIA DE  
3853 LOURDES - Maria de Lourdes, pela proposta "C". NÍVIA – Nívia, pela proposta "C".  
3854 ANA PAULA - Ana Paula, pela proposta "C". GEORGE – George, pela proposta "C".  
3855 MARCOS – Marcos, pela proposta "C". FÁTIMA – Fátima, pela proposta "C".  
3856 GERALDO GONÇALVES – Geraldo, pela proposta "C". VOLNEY – Volney, pela  
3857 proposta "C". GERALDO GONÇALVES - Ok. Conselheira Roberta... ROBERTA -  
3858 Proposta "C". GERALDO GONÇALVES - Ok, então, por unanimidade, proposta "C",  
3859 Cristiane passa... [Fala fora do alcance] Falta ainda? Faltam dois? ROSILENE -  
3860 Rosilene pela proposta "C". GUILHERMINA - Guilhermina pela proposta "C".  
3861 GERALDO GONÇALVES - Então é por unanimidade. Aprovação pela proposta "C".  
3862 Cristiane, dê sequência, por favor, ao próximo item. CRISTIANE - Em relação à ação  
3863 de cofinanciamento de serviços e benefícios para municípios na execução da proteção  
3864 social básica, cujo a metafísica prevista já e aprovada no Conselho de 104 unidades e  
3865 o valor da LOA é de três milhões. O que nós observamos? Que está previsto no  
3866 plano... A gente sempre fala da cobertura dos CRAS's, não é? E lá, no diagnóstico,  
3867 estão previsto ainda os municípios que não possuem CRAS. Então nós estamos  
3868 propondo para a Assembléia uma emenda no valor de um milhão e quinhentos mil  
3869 para investimentos. O valor de três milhões já previsto é para custeio, então a gente  
3870 está prevendo incluir o valor de um milhão e quinhentos mil para investimentos que  
3871 seriam para construção CRAS's em municípios de gestão inicial para o SUAS. Então,  
3872 colocados no diagnóstico existem 15 municípios que não têm CRAS's. Então a gente  
3873 fez uma proposição de que seja aí um milhão e quinhentos para o atendimento à essa  
3874 demanda. É cofinanciamento, gente, não é para construção do CRAS inteiro, mas é  
3875 para cofinanciamento, então essa é a proposta. GERALDO GONÇALVES - É bom  
3876 lembrar que aqui na região Norte nós temos três municípios de gestão plena, né? De  
3877 92 nós temos só em gestão plena, aqui. Ali nós estamos falando de gestão inicial,  
3878 penso eu que até em detrimento se fosse caso do orçamento eu votaria a favor dessa  
3879 emenda. Não dá mais pra tentar consolidar SUAS, avançar com SUAS se não tiver um  
3880 CRAS que é o portal de entrada. Então, alguém quer comentar alguma coisa? Fazer  
3881 alguma pergunta? Conselheira Nívia? NÍVIA - Eu quero só fazer um comentário para a  
3882 nossa reflexão. Dentre estes municípios que ainda estão em G.I. e/ou que ainda não  
3883 têm CRAS, muitos deles os prefeitos não querem nem mudar de gestão inicial para  
3884 básica e nem implantar CRAS. Nós fizemos um levantamento este ano, visitamos  
3885 todos os municípios. Vamos pedir a Deus para que os prefeitos tenham mudado de

3886 ideia ou não tenham sido reeleitos porque senão a gente briga pra garantir o  
3887 orçamento aqui e aí o município pode não querer executar. GERALDO GONÇALVES -  
3888 Ok, mais ninguém? Mais ninguém? Então em regime de votação. Vamos parar de  
3889 comer, Marcelo, por favor. MARCELO ARMANDO - Me perdoe a minha dúvida, mas  
3890 município que está em gestão inicial pode receber CRAS? Essa é uma pergunta. A  
3891 outra pergunta... CRAS, pela nova LOAS, CRAS e CREAS estão lá, na lei, que são  
3892 unidades públicas estatais, portanto, está na lei a existência de CRAS e CREAS, pode  
3893 o município querer ou não querer? Por quê? (CONSOLAÇÃO) - Muitos desses  
3894 municípios dizem não ter demanda para atendimento da Assistência Social e nem  
3895 básica. GERALDO GONÇALVES - É lá que eu quero morar, só tem município rico  
3896 sem pobre. (CONSOLAÇÃO) - Infelizmente. Não estou dizendo que são todos, não, ta,  
3897 gente? Nós já conseguimos alterar a gestão inicial pra básica este ano de 11  
3898 municípios. Nós diminuimos bastante essa fila este ano através do trabalho de  
3899 conscientização com os prefeitos, com os gestores municipais e com os conselhos  
3900 municipais. Vamos continuar. GERALDO GONÇALVES - Eu penso que vale o  
3901 sacrifício nosso da demanda de levar independente se o cofinanciamento se aprovar  
3902 um milhão e meio e alguns não quiserem, que o cofinanciamento seja menor para  
3903 aqueles que aceitarem, mas pelo menos a gente consolida o SUAS. O que não dá pra  
3904 entender é que tem algumas cabeças que acham que o município deles não depende  
3905 mais de ter assistência social lá dentro. Vamos em regime de votação? Ou ainda tem  
3906 comentários. CRISTIANE - Com base na discussão do Marcelo, só pra gente clarear,  
3907 que a proposta de um milhão e quinhentos mil para investimento, construção de  
3908 CRAS, claro que depois precisa melhorar a proposta, criteriar e tudo... ROBERTA -  
3909 Deixa só eu esclarecer uma questão, a escrita dessas emendas não pode ser nessa  
3910 linha de quadro porque da proposta você lê, você tem uma metafísica você está  
3911 pedindo mais dinheiro, obviamente se você aumenta o dinheiro você aumenta a  
3912 metafísica e ali não está correlacionado, ali é uma proposta nova para um milhão e  
3913 quinhentos, como ela disse, de investimento, na hora que for formular lá você tem que  
3914 pensar nisso e não em encaixar... Eu acho que não tem que ter essa preocupação de  
3915 encaixar na lógica do orçamento aqui porque isso é uma tarefa dos universitários da  
3916 Assembléia Legislativa. Eu acho que nós temos que expressar na escrita o que nós  
3917 queremos, agora, sair desse lugar de ficar encaixando, entendeu... Porque senão dá  
3918 errado, aí eles não conseguem entender a proposta que a gente está fazendo.  
3919 GERALDO GONÇALVES - Então está claro. A proposta cofinanciamento em quinze  
3920 municípios. CRISTIANE - De investimento para CRAS. GERALDO GONÇALVES - Ok.  
3921 MARCELO ARMANDO - [Fala fora do alcance] INTERLOCUTORA - Pode ter, que  
3922 vocês estão perguntando, é no sentido de receber o cofinanciamento? Então, o

3923 cofinanciamento federal, o Governo Federal só faz para municípios a partir de gestão  
3924 básica. O Piso Mineiro não considerou o nível de gestão dos municípios, nós  
3925 consideramos universalizar o cofinanciamento, então nós transferimos recursos para  
3926 município em gestão inicial. O CRAS é um requisito para o município se habilitar em  
3927 gestão básica, ele pode estar em gestão inicial ter ou não ter CRAS, porque isso parte  
3928 da vontade dele, da condição dele de implantar o equipamento... Que ele pode  
3929 implantar com recurso próprio. [Fala fora do alcance]. Sim. É. Não, a coerência que ele  
3930 está falando é de outro fundo. [Fala fora do alcance] CRISTIANE - Marcelo, se nós  
3931 colocarmos... Porque isso depois a gente vai precisar fazer uma fundamentação,  
3932 inclusive, para a emenda, não é? O que a gente precisa? De um milhão é quinhentos  
3933 mil para CRAS investimento em municípios que não possuem CRAS, "ponto". Não é?  
3934 Então é um milhão e quinhentos mil... INTERLOCUTORA - Ah, ta, não é gestão inicial,  
3935 não... CRISTIANE - É, isso que está colocando, para os municípios que ainda não  
3936 possuem CRAS. Obrigada, nobre colega conselheiro Marcelo. GERALDO  
3937 GONÇALVES - Pronto, já feita a modificação, pode começar com votação...  
3938 CRISTIANE - Pela aprovação da proposta. INTERLOCUTORA - Pela aprovação da  
3939 proposta. GUILHERMINA - Guilhermina, pela aprovação da proposta. MARIA DE  
3940 LOURDES - Maria de Lourdes, pela aprovação da proposta. NÍVIA - Nívia, pela  
3941 aprovação. MARCELO ARMANDO - Marcelo Armando, pela aprovação. ANA PAULA -  
3942 Ana Paula, pela aprovação. GERALDO GONÇALVES - Geraldo, pela aprovação.  
3943 GEORGE - George, pela aprovação. MARCUS - Marcus, pela aprovação. MÁRCIO -  
3944 Márcio, pela aprovação. GERALDO GONÇALVES - Por unanimidade, sem abstenção  
3945 e sem voto contrário, foi aprovado, Item C, Terceiro... Pois não, conselheira Cristiane?  
3946 CRISTIANE - Em relação à operacionalização do Conselho Estadual de Assistência  
3947 Social nós vivenciamos a apresentação do orçamento e para o CEAS isso aí é o  
3948 orçamento para a operacionalização do CEAS e, também, da Conferência Estadual de  
3949 Assistência Social e o valor aprovado foi de seiscentos e cinquenta e nova mil, e a  
3950 proposta de emenda é de aporte de seiscentos mil reais para... No caso é para  
3951 delegação de Minas participar da Conferência Nacional atendendo a solicitação  
3952 deliberada na Conferência Nacional que foi... A moção que nós recebemos em relação  
3953 à participação da delegação do poder público. Bom, enfim, a gente tinha feito no  
3954 Conselho Estadual um levantamento dos valores para a realização da Conferência e  
3955 chegamos a este valor de mais seiscentos mil reais, então, a proposta é de aporte de  
3956 seiscentos mil para realização da Conferência para a delegação ir à Conferência  
3957 Nacional. GERALDO GONÇALVES - Ok, em regime de votação, sou pela a  
3958 aprovação, em função eu quero qualificar o meu voto e dizer, inclusive, que é por  
3959 solicitação do MDS e pela própria distância que guarda Estado de Minas à Brasília.

3960 Sou pela aprovação, de acordo. CRISTIANE - Cristiane, pela aprovação. ROSILENE -  
3961 Rosilene, pela aprovação. GUILHERMINA - Guilhermina, pela aprovação. NÍVIA -  
3962 Nívia, pela aprovação. ANA PAULA - Ana Paula, pela aprovação. MARCELO  
3963 ARMANDO - Marcelo, pela aprovação. GEORGE - George, pela aprovação. MARCOS  
3964 - Marcos, pela aprovação. MÁRCIO - Márcio, pela aprovação. GERALDO  
3965 GONÇALVES – Então, aprovado sem voto contrário e sem abstenção, muito obrigado,  
3966 conselheira Cristiane. Gostaria de passar o seguinte ponto de pauta que foi uma  
3967 inclusão feita segunda e penúltima do dia a cargo da conselheira Ana Paula que vai  
3968 nos falar a respeito de denúncia sobre população em situação de rua.  
3969 INTERLOCUTORA - O ponto de pauta foi a inclusão dados apresentados pelo  
3970 conselheiro Francisco. Os dados são oriundos do Centro Nacional de Defesa dos  
3971 Direitos Humanos da população em situação de rua e catadores de materiais  
3972 recicláveis. Foi uma denúncia apresentada pelo conselheiro em reunião Plenária do  
3973 Conselho Estadual. Nós fizemos, só para qualificar o encaminhamento, uma reunião...  
3974 Constituímos, na realidade, um GT para discutirmos esse assunto e na discussão  
3975 foram levantados... Os dados foram apresentados a este grupo e a partir da análise  
3976 dos dados e da discussão do próprio grupo nós fizemos alguns encaminhamentos que  
3977 na realidade são, ainda, parte do trabalho que o grupo vai ter que fazer. O primeiro  
3978 encaminhamento foi apresentado um ofício à SEDESE com os dados gerais, são os  
3979 dados que nós trabalhamos no grupo. No grupo foi discutido, foi avaliado que o papel  
3980 do Conselho Estadual, nesse caso, seria de articulador abrindo discussão com  
3981 diversos atores envolvidos na questão. Diz respeito ao atendimento à população em  
3982 situação de rua no município de Belo Horizonte, então, o Conselho Estadual seria aí  
3983 um articulador para apuração dessa demanda, dos dados relativos à essa denúncia, a  
3984 articulação e o retorno... Pensar em estratégias de retorno ao próprio conselheiro e ao  
3985 próprio Conselho. A sugestão de encaminhamento, primeira, construir uma pauta  
3986 conjunta de discussão entre o Estado e o município. Publicizar a atuação do Estado e  
3987 do município primeiro para os próprios conselheiros estaduais. Então, o primeiro  
3988 encaminhamento foi apresentar para os próprios conselheiros estaduais qual é a  
3989 atuação do Estado na atenção à população em situação de rua e qual é a atuação do  
3990 município de Belo Horizonte no atendimento à população em situação de rua. Abrir  
3991 uma agenda para a discussão do tema, Conselho Estadual e Comitê Municipal,  
3992 Comissões, em novembro. A população de rua em Belo Horizonte é tratada como... O  
3993 atendimento à população em situação de rua em Belo Horizonte é de atenção da  
3994 Secretaria Municipal de Governo porque é entendida (à) política pra população em  
3995 situação de rua é entendida como uma política de governo que atravesse e ultrapassa  
3996 somente a política de assistência social. Então, foi formado no município um Comitê

3997 Governamental Intersecretarial que trata de todas as ações no campo da atenção à  
3998 população em situação de rua. Está formado pelas políticas de Educação, Saúde,  
3999 Assistência, Segurança, Guarda Municipal... Então esse é um Comitê Institucional que  
4000 responde pela atuação, pela atenção, pela política de atenção à população em  
4001 situação de rua. Então, abriram uma agenda do CEAS com o Comitê apresentando  
4002 como é feito esse modelo de atenção em Belo Horizonte nas comissões de trabalho  
4003 do CAS em novembro. O outro encaminhamento foi o contato com o Centro Nacional  
4004 de Defesa, que está instalado no município de Belo Horizonte, informando sobre a  
4005 colheita dos dados e as providências adotadas pelo Conselho Estadual. Os dados são  
4006 divulgados pelo Centro Nacional, então nós vamos fazer essa devolutiva ao Centro  
4007 Nacional esclarecendo sobre os encaminhamentos que nós discutimos no grupo.  
4008 Reunir com outros Conselhos, construir a relação de interface que, também, foi  
4009 pontuado no grupo a questão da população em situação de rua ultrapassa os limites  
4010 da política de assistência social. Ela tem uma atuação específica no que compete à  
4011 Assistência Social, mas as questões ultrapassam a própria política, então o CEAS aí,  
4012 numa articulação com os outros Conselhos de políticas, para a atenção sobre esse  
4013 tema, então, também, nós discutimos isso, consumir a interface. E discutir com a  
4014 Secretaria de Estado de Defesa Social as questões da violência, a Subsecretaria de  
4015 Assistência Social e a Subsecretaria de Direitos Humanos, numa agenda com a  
4016 Secretaria de Defesa Social. Aí a Subsecretaria a Nívia informou dessa agenda  
4017 construída entre as três Secretarias para tratar, especificamente, na atenção à  
4018 população em situação de rua das questões relacionadas à violência e segurança,  
4019 porque os dados que estão citados pelo Centro Nacional dizem respeito a homicídio e  
4020 tentativa de homicídio, também. Então, no campo da atenção a esses dois aspectos a  
4021 Subsecretaria de Assistência está organizando essa agenda conjunta com a Defesa  
4022 Social e a Subsecretaria de Direitos Humanos, então, esses foram os  
4023 encaminhamentos, Presidente, em relação àquela demanda feita pelo conselheiro na  
4024 última reunião Plenária.

4025 GERALDO GONÇALVES - Aberto para comentários, conselheiros. Conselheira  
4026 Nívia... NÍVIA - Eu queria só dividir com vocês uma informação que nós participamos  
4027 anteontem de uma mesa temática no Fórum Estadual Lixo e Cidadania justamente  
4028 sobre a questão do atendimento à população em situação de rua e nós fizemos parte  
4029 da mesa junto com a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Movimento  
4030 Nacional da População de Rua onde a gente discutiu a intersectorialidade das políticas  
4031 públicas para o atendimento à essa população. E foi muito interessante porque na  
4032 hora do debate a maioria das perguntas vinha para mim, vinham para a Assistência

4033 Social, e assim, a gente percebe que há um entendimento por parte da sociedade de  
4034 que a questão da população de rua compete só à Assistência Social, então isso ficou  
4035 muito evidente, muito claro, a gente teve que fazer um trabalho de esclarecimento,  
4036 apesar de que minha fala foi explicando como que a gente trabalha na  
4037 intersetorialidade para o atendimento à população de rua de que é uma questão que  
4038 compete à diversas outras políticas, principalmente, à Segurança Pública no que diz  
4039 respeito à prevenção à violência, a questão da moradia, a questão do trabalho renda,  
4040 a questão do atendimento à saúde, mas no final foi muito interessante porque o  
4041 Samuel, coordenador do Movimento Nacional, foi até à Mesa e disse "Gente, eu quero  
4042 reforçar, aqui, a fala da Subsecretaria e deixar claro para vocês que a política de  
4043 assistência social, hoje, tem sido a nossa porta de entrada onde a gente tem recebido  
4044 mais acolhido e mais atenção, mas a gente precisa ter clareza de que as questões  
4045 ligadas à população de rua não passam só pela Assistência Social. A Assistência  
4046 Social é a política mais nova...", e ele ainda brincou assim "... É a política mais jovem e  
4047 mais pobre, que não tem recurso, que tem menos recurso garantido no seu  
4048 orçamento, mas é a que nos últimos anos vem feito um trabalho de mais destaque e  
4049 de atuação ao atendimento à população em situação de rua". Foi uma Mesa muito  
4050 interessante, o debate foi muito rico, a gente tinha na platéia numa grande maioria o  
4051 pessoal ligado ao movimento, usuários da nossa política, e foi interessante a gente  
4052 poder, também, levar esse esclarecimento para esse público num evento que discutia  
4053 essas questões. Falei do trabalho do Conselho Estadual de Assistência Social, falei  
4054 desse grupo temática que foi constituído agora, recentemente, onde a gente vai  
4055 começar essas discussões de forma intersetorial para tentar contribuir com os avanços  
4056 para o atendimento e para construção de políticas para essa população. GERALDO  
4057 GONÇALVES - Ok, eu quero, aqui... Conselheiro Marcelo, quer falar? Ok, eu quero,  
4058 aqui, ratificar a falar e enobrecer a relatoria feita pela conselheira Ana Paula, ratificado  
4059 pela conselheira Nívia e dizer que para os nossos irmãos, população em situação de  
4060 rua, para aqueles que não os têm como irmão em Cristo, que pelo menos trabalhemos  
4061 em função da defesa do exercício do direito. E aí, cabe a política de assistência social  
4062 estabelecer essa proteção social e nós como um colegiado estadual temos, no  
4063 mínimo, o dever de cuidar dessas ( ) e dos encaminhamentos feitos. Então, muito  
4064 obrigado! Se algum conselheiro tiver voto em contrário, por favor, manifeste. Se  
4065 alguém quiser abster ao voto, se abstenha. Não? Ok, então está aprovado por  
4066 unanimidade esse encaminhamento. Eu passo ao conselheiro Marcelo que quer  
4067 solicitar uma deliberação desse colegiado no que diz respeito à proposta que ele fez  
4068 para a composição dos Conselhos e acompanhamento por parte da Promotoria  
4069 Pública dos municípios. MARCELO ARMANDO - Sim, como eu disse mais cedo, nós

4070 fizemos uma discussão do pleno do nosso Conselho de Serviço Social através de uma  
4071 demanda que veio da Seccional de Montes Claros de uma discussão que eles fazem,  
4072 os assistentes sociais têm feito nos Conselho Municipais, quanto à participação do  
4073 Ministério Público na contribuição do processo que eles discutem nos Conselhos  
4074 Municipais. Então eu disse que o Conselho Estadual não tem competência para poder  
4075 exigir a presença de Ministério Público nas reuniões, mas o que a gente poderia  
4076 contribuir, se caso a Plenária acate, é de nós enviarmos ofício ao Ministério Público  
4077 para que ele... Nós sensibilizemos o Ministério Público para que ele tenha uma  
4078 participação nas reuniões dos Conselhos Municipais assim que for demandada a sua  
4079 presença. Então essa é uma proposta de deliberação para que seja oficiado ao  
4080 Ministério Público. GERALDO GONÇALVES - Algum comentário por parte dos  
4081 conselheiros. MARCELO ARMANDO - Pois é, o ofício seria ao Ministério Público  
4082 Estadual para que se chegue aos demais... GERALDO GONÇALVES - Com certeza.  
4083 Conselheiro Volney. VOLNEY - Marcelo, pelo levantamento de vocês quantas  
4084 comarcas têm aqui no Note de Minas para atender quantas cidades? MARCELO  
4085 ARMANDO - São quantos municípios aqui na região de Montes Claros? [Fala fora do  
4086 alcance]. 92. Cada município deve ter sua comarca, se não tiver, gente, existem  
4087 municípios que não têm comarca, mas o município pertence à uma determinada  
4088 comarca. Não necessariamente, a proposta, é que o Ministério Público vá para as  
4089 reuniões porque a gente, também, demanda isso no Estadual, não é? Mas quando a  
4090 gente necessita da presença dele a gente oficia para que ele participe. A nossa  
4091 proposta é de que a gente já officie ao Ministério Público que assim que um Conselho  
4092 Municipal demande a sua presença ele, dentro da sua disponibilidade, possa participar  
4093 das discussões. GERALDO GONÇALVES - Ok, algum voto contrário? Não? Alguma  
4094 abstenção? Então está aprovado, o Conselho, então, expedirá essa carta. O último  
4095 item de pauta do dia e eu queria... Cabe a mim mesmo apresentar, eu queria colocar  
4096 para os senhores que o Conselho Estadual, através da sua presidência, esse  
4097 conselheiro que vos fala, esteve na Promotoria Pública Federal por intimação para  
4098 responder seu processo de Barra do Braúna. É, também, um empreendimento de  
4099 geração de energia e que se arrasta a longo tempo e depois de tantas tratativas, idas  
4100 e vindas e ação desse Conselho e, inclusive, extrapolando seu parcial de Controle  
4101 Social indo até à operacionalização e tentativa de aplicabilidade à alguma normativa,  
4102 foi possível que a gente vencesse algumas dificuldades e, a partir dessas dificuldades,  
4103 conseguisse fazer com que os representantes atingidos sentassem com os  
4104 empreendedores e eles, enquanto Comissão, decidiram e caminharam para um  
4105 projeto de reativação econômica e para indenização daqueles atingidos que ainda não  
4106 tinha tido e para algumas complementações de valores de indenizações, que

4107 entenderam que era baixa, enfim, essas tratativas todas ao longo do tempo foram  
4108 feitas e muitas delas cumpridas. Junto à Promotoria Pública Federal, ele queria ouvir  
4109 as três partes, atingido, empreendedor e o Conselho, para saber se movem um  
4110 inquérito civil público contra os municípios... Contra o empreendedor. Enfim, ou seria  
4111 uma ação civil pública ou uma ação civil administrativa, então elas se equivalem, no  
4112 entanto, a ação civil pública é muito pior. Coube, a mim, enquanto representante  
4113 desse colegiado, dizer que todo acompanhamento e monitoramento técnico têm sido  
4114 feitos com os nossos técnicos da Secretaria Executiva do Conselho e, que assim  
4115 sendo, não nos cabe nesse momento da posição final uma vez que as tratativas que  
4116 dizem respeito ao cumprimento do ressarcimento de direito violado muitas delas  
4117 encontram em andamento. Então, o resultado só saberemos mais a frente, até então...  
4118 E a posição dos atingidos e empreendedores é que realmente estavam a contento,  
4119 estavam satisfeitos com a posição até então trazida. Muito embora a gente sabe, pelo  
4120 acompanhamento técnico da Secretaria Executiva que muitas coisas ainda estão por  
4121 acontecer, o fato de despendido valor representativo dentro dos vários projetos  
4122 apresentados não quer dizer, necessariamente, que assegure aos atingidos à  
4123 reativação econômico ou ressarcimento de direito, mas ainda sim como foi vontade  
4124 manifestada por ambas as partes coube a esse colegiado, também, compartilhar com  
4125 eles e dizer que o monitoramento continua independente da posição do Ministério  
4126 Público Federal. Ok? Com isso eu quero encerrar a nossa 173ª Plenária do Conselho  
4127 Estadual. É uma pena que, assim, está no final, mas a Corporação Militar esteve  
4128 conosco, aqui, esses dois dias, eles acabaram de sair da sala, mas queria agradecer  
4129 porque estiveram conosco este tempo todo. E sabemos como árdua é a função que  
4130 eles desempenham, mas é muito tranquilo quando o desempenho é um espaço igual a  
4131 este aqui, um espaço democrático sem nenhum tipo de problema e trauma.  
4132 Aprendemos ao longo da caminhada, nessa jornada nossa, social, a fazer nossas  
4133 tratativas de forma bem construtiva. Gostaria que eles não tivessem que enfrentar  
4134 tantos problemas de violência generalizada que encontramos, mas isso é fruto dessa  
4135 sociedade perversa e ( ) e que nós nessa política lutamos para tentarmos reduzir essa  
4136 desigualdade social. Tenham todos um bom retorno aos seus lares, que Deus os  
4137 ilumine. Muito obrigado pela presença e agradeço com o comprometimento que vocês  
4138 estiveram presentes nessa Plenária. E antes que vocês levantem para ir embora o  
4139 conselheiro Ami quer fazer uma manifestação. Muito obrigado! AMI - O senhor  
4140 Presidente não informou, mas eu acho que é um dever eu informar que nos meses de  
4141 setembro e outubro nós estivemos com o presidente Geraldo fazendo uma série de  
4142 palestras em várias cidades do Estado de Minas Gerais, inclusive, o Presidente  
4143 falando sobre o CEAS, representando o CEAS, falando como Presidente do CEAS e

4144 falando sobre as inscrições das entidades dos Conselhos Municipais de Assistência  
4145 Social. Então ele não falou e eu gostaria de registrar esse trabalho em que o  
4146 Presidente realizou durante esse período. É só isso. GERALDO GONÇALVES -  
4147 Obrigado, conselheiro Ami. Está registrado, então, para a nossa Plenária. Muito  
4148 obrigado, bom retorno a todos e obrigado por estarem conosco aqui, até agora.  
4149 FÁTIMA - Gente, boa tarde! Quero agradecer mesmo, de coração, o Conselho  
4150 Estadual, na pessoa do Geraldo, os demais conselheiros estaduais. Conselho este  
4151 que eu tive a honra de participar por um tempo. Eu vi, aqui, vários colegas  
4152 conselheiros. E agradecer em nome do nosso Presidente, Valmir, do Secretário  
4153 Executivo, Luis Lôbo, e dizer que a Associação dos Municípios da Área Mineira do  
4154 Sudene está sempre aberta a vocês para qualquer evento, para qualquer iniciativa  
4155 desse porte, desse nível. Fiquei encantada com o comprometimento de vocês saírem  
4156 de 450 km para virem aqui fazer uma Plenária em Montes Claros e era uma  
4157 oportunidade ímpar de termos os 92 municípios daqui do Norte de Minas para que  
4158 aprendermos o que é ser conselheiro. Como se faz uma Plenária de um Conselho...  
4159 Porque não tem diferença o Municipal do Estadual, a perspectiva é a mesma, não é?  
4160 Consolidação de uma política pública de assistência social. E é nesse caminho, é  
4161 nesse viés que temos que ir, todos. Quem é o nosso exemplo maior é o Estado, nós  
4162 aqui no município temos que nos espelhar em vocês. Vocês são os nossos  
4163 orientadores e vocês estão de parabéns, obrigado pelo desprendimento, pela  
4164 responsabilidade, pelo comprometimento. Isso não é fácil, viajar de ônibus... A gente  
4165 sabe disso quando a gente vai daqui para lá, também, para nos orientar, fazer que a  
4166 gente viva verdadeiramente, participe de uma Plenária como essa e com assuntos  
4167 pertinentes à nossa região. Quando se falou em mineradora, quando se falou em  
4168 barragens. Ano que vem nós estamos vivendo essas dificuldades aqui. Nós temos  
4169 quase vinte municípios aqui do Norte de Minas que ano que vem estamos passando  
4170 por essas questões, de mineradores e Barragem do Jequitai. Não sei se já chegou lá  
4171 para vocês, ainda. Comunidades de quinhentas famílias e vão ser inundadas  
4172 literalmente em quatro municípios aqui, vizinhos nossos. O pessoal acabou de sair  
4173 agora, seis horas, porque eles tinham que viajar. Um dos municípios é Francisco  
4174 Dumont, Jequitai, Claro dos Poções, Augusto de Lima até Lassance. Nós temos aqui  
4175 no outro lado do Norte, são os municípios das mineradoras, Rio Parto de Minas,  
4176 Taiobeiras, Grão Mogol, Fruta de Leite, vários municípios que a gente vai estar  
4177 vivenciando isso tudo que foi passado aqui, hoje, nós conselheiros. Muito obrigada, de  
4178 coração, vocês estão de parabéns. Obrigada pela responsabilidade com o  
4179 comprometimento, não pela implantação, pois já está implantado, nosso barco já está  
4180 em alto mar, mas a consolidação do Sistema Único de Assistência Social aqui nos 853

4181 municípios mineiros, que seremos sim respaldo, exemplo para todos os estados  
4182 brasileiros. Com certeza, um grande abraço, um bom retorno para todos e fiquemos  
4183 com Deus! GERALDO GONÇALVES - Olha, pessoal, quando esse ( ) aqui que eu não  
4184 vou pegar onde está, traduz e verbaliza esse sentimento é isso que nos move e nos  
4185 faz ter cada vez mais comprometimento com a causa. Obrigado, Fátima, pela sua  
4186 casa, obrigado por essa terra. Posso te garantir que tenho os meus dois pés aqui, o  
4187 meu pai é de Rebentão da Vereda, hoje, cidade de Coração de Jesus, que era distrito  
4188 de Montes Claros. E minha mãe e minha avó materna são de Bocaiúva, terra de  
4189 Patrus e, também, nascida aqui nos morrinhos, em Montes Claros. Então eu tenho os  
4190 dois pés aqui plantados em Montes Claros. Sou muito montesclareense. Então, são  
4191 essas palavras que realmente nos motivam e faz com que esse Conselho possa estar  
4192 Descentralizado em todo o nosso Estado. Muito obrigado a você ( ), você é uma  
4193 companheira de coração e realmente caminha conosco e está comprometida com a  
4194 causa. Obrigado! Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que  
4195 após lida e aprovada será assinada pelos presentes.